



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

HÉLIA MARINA MONTEIRO

EDUCAÇÃO POPULAR E ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR: UM ESTUDO DE
CASO COM AS JUVENTUDES DO TRILHA UNI DO CAJUEIRO

GOIÂNIA
2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

Hélia Marina Monteiro

3. Título do trabalho

Educação popular e acesso à educação superior: um estudo de caso com as juventudes do Trilha Uni do Cajueiro

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento [x] SIM [] NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

- a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);
- b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Hélia Marina Monteiro, Discente**, em 20/02/2023, às 15:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Miriam Fábria Alves, Professor do Magistério Superior**, em 24/02/2023, às 11:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3513301** e o código CRC **7DEFA43A**.

HÉLIA MARINA MONTEIRO

EDUCAÇÃO POPULAR E ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR: UM ESTUDO DE
CASO COM AS JUVENTUDES DO TRILHA UNI DO CAJUEIRO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito para obtenção do título de Mestra em Educação.

Área de concentração: Educação

Linha de pesquisa: Estado, Política e História da Educação

Orientador (a): Professora Doutora Miriam Fábria Alves

GOIÂNIA

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

MONTEIRO, HÉLIA MARINA

Educação popular e acesso à educação superior: Um estudo de caso com as juventudes do Trilha Uni do Cajueiro [manuscrito] / HÉLIA MARINA MONTEIRO. - 2022.

CLI, 151 f.

Orientador: Prof. Dr. Miriam Fábila Alves.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação (FE), Programa de Pós-Graduação em Educação, Goiânia, 2022.

Bibliografia. Anexos.

Inclui fotografias, gráfico, tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Juventudes. 2. Curso Popular. 3. Cajueiro. 4. Ensino Médio. I. Alves, Miriam Fábila, orient. II. Título.

CDU 37



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata Nº **158** da sessão de Defesa de Dissertação de **Hélia Marina Monteiro** que confere o título de **Mestra em Educação** pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás-PPGE/FE/UFG, na *área de concentração em Educação*.

Aos **três dias do mês de outubro de dois mil e vinte e dois (03/10/2022)**, a partir das **9h**, nas dependências da Faculdade de Educação, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada "**Educação popular e acesso à educação superior: um estudo de caso com as juventudes do Trilha Uni do Cajueiro**". Os trabalhos foram instalados pela Orientadora Prof^ª. Dr^ª. **Miriam Fábria Alves (PPGE/FE/UFG)**, doutora em **Educação** pela **UFMG**, com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Prof. Dr. **João Ferreira de Oliveira (PPGE/FE/UFG)**, doutor em **Educação** pela **USP** - integrante titular interno e Prof. Dr. **Erlando da Silva Rêses (FE/UnB)**, doutor em **Sociologia** pela **UNB** - integrante titular externo. Durante a arguição os integrantes da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido a candidata **aprovada** pelos seus integrantes. Proclamados os resultados pela Prof^ª. Dr^ª. **Miriam Fábria Alves**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Integrantes da Banca Examinadora, aos três dias do mês de outubro de dois mil e vinte e dois.

Banca Examinadora:

Prof^ª. Dr^ª. **Miriam Fábria Alves**

Prof. Dr. **João Ferreira de Oliveira**

Prof. Dr. **Erlando da Silva Rêses**

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Miriam Fábia Alves, Professor do Magistério Superior**, em 13/02/2023, às 18:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **João Ferreira De Oliveira, Professor do Magistério Superior**, em 14/02/2023, às 06:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Da Costa Britto Pereira Lima, Coordenadora de Pós-Graduação**, em 14/02/2023, às 11:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3513295** e o código CRC **7027E5E5**.

Referência: Processo nº 23070.052553/2022-33

SEI nº 3513295

*Às juventudes, ao Cajueiro – Centro de
Pesquisa em Juventude e ao amigo
querido Lourival Rodrigues (in
memoriam)*

AGRADECIMENTOS

Gratidão a Deus de amor maternal e paternal, por ser presença em minha vida através de tantas pessoas e lugares. Esta dissertação teve uma gestação precoce e só foi possível ser realizada pelo apoio e presença dessas pessoas a quem agradeço.

Gratidão à minha família,

Mãe, Maria José de Jesus Monteiro, pai, Elísio Monteiro, e meu irmão Pedro Junior Monteiro, vocês são minha base, meu sustento, sou privilegiada por tê-los em minha vida e, sem o apoio de vocês, eu não teria chegado até a conclusão deste mestrado.

Às minhas tias mulheres guerreiras, Lindalva e Hélia, pelo carinho, presença e incentivo. No nome de vocês, estendo o meu agradecimento ao restante da família.

Gratidão aos amigos e amigas,

Marcelo Lemos, Marcelo Maia, Vinicius Borges, Jéssica e Karlla, vocês são como aquela música do Milton Nascimento em minha vida, “há um menino, há um moleque brincando sempre em meu coração, toda vez que o adulto balança, ele vem para me dar a mão”. Todas as vezes que balancei, que precisei, vocês me ajudaram a voltar para mim, me deram a mão. Rafael e Ariely, amigos que levarei do trabalho para a vida, foram torcida, incentivo e colaboração nas minhas dificuldades com a tecnologia.

Minha gratidão ao CAJUEIRO por não desistir das juventudes, por não desistir do sonho de construir outro mundo possível, por seguir firme e forte rumo aos dez anos de vida. Aos amigos e amigas do CAJUEIRO, que quero aqui representar a todos/as por meio dos nomes de:

Carmem Lúcia Teixeira, por ser casa, paciência, escuta, colaboração, por sonhar junto, por refletir junto, por cobrar participação, por emprestar livros e disponibilizar os documentos para a pesquisa. Que sorte e privilégio caminhar junto de você, Carmem.

Aurisberg Leite Matutino, por ser alegria, celebração, por ser artista e disponibilizar as artes das publicações do CAJUEIRO para as figuras desta dissertação.

Mercedes, *que me dio clases de español, ayudando me en el proceso de selección del máster.*

Gratidão aos anjos da guarda, Lourival, Katyusca e Janaína (*in memoriam*), tenho certeza que vocês estavam na torcida e intercedendo aí de cima pela realização desta pesquisa.

Gratidão aos professores,

João Ferreira de Oliveira e Erlando da Silva Resês, membros da banca de qualificação, pela disponibilidade do diálogo, da leitura e avaliação criteriosa do texto, suas contribuições ajudaram de forma significativa no direcionamento e aprimoração desta pesquisa.

Gratidão,

À Miriam Fabia Alves, professora, amiga, orientadora, companheira de luta e de defesa da vida das juventudes, por acreditar que eu conseguiria quando eu já estava deixando de acreditar, por aceitar esta empreitada de orientar uma dissertação no período curto de cinco meses, pela generosidade e objetividade na orientação, você é inspiração, professora, e sou grata a Deus por sua vida e presença.

Ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (PPGEUFG), e a todos/as professores/as e colegas de mestrado por se reinventarem nesse período de pandemia, e conseguirem, mesmo em tempos sombrios, fornecer espaços de diálogo e processos de ensino-aprendizagem.

À Pastoral da Juventude, por ser a maior escola da minha vida, me ensinando a ser grupo, a ser coletividade.

Agradeço por fim às juventudes e a todos/as que lutam pelas causas das juventudes, por serem anúncio de esperança.

Não sou nem otimista, nem pessimista. Os otimistas são ingênuos, e os pessimistas amargos. Sou um realista esperançoso. Sou um homem da esperança. Sei que é para um futuro muito longínquo. Sonho com o dia em que o sol de Deus vai espalhar justiça pelo mundo todo.

Ariano Suassuna

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo investigar como jovens do projeto “Na Trilha da Universidade”, conhecido como Trilha Uni, percebem e enfrentam o lugar que a sociedade destina para eles. Ganham foco na pesquisa os jovens da periferia de Goiânia que buscam continuidade dos estudos, na educação superior, por meio da aprovação no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), e o Centro de Formação, Pesquisa e Assessoria em Juventude (CAJUEIRO), que atua na perspectiva da educação popular. A problemática pode ser assim enunciada: quais as percepções das juventudes que chegam ao Trilha Uni em relação ao seu lugar na sociedade? O estudo de caso se dará a partir da análise bibliográfica e documental. A pesquisa documental foi organizada com um recorte temporal que abarcou os anos de 2016 a 2019, considerando os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e a documentação do Trilha: as fichas de inscrição e avaliação dos estudantes, informações do site, redes sociais e estatuto do CAJUEIRO, além de relatórios da equipe de coordenação do curso. Como fundamentação teórica, são utilizados principalmente Alves (2016, 2018, 2022), Brandão (2013), Freire (2005, 2006, 2011, 2014, 2021) e Silva e Teixeira (2011, 2012). Por fim, conclui-se que o processo pelo qual as juventudes passam para o ingresso na universidade engloba múltiplos fatores, que devem ser refletidos e analisados em sua integralidade. Para isso, estudos que tragam à tona as vozes das juventudes sobre sua realidade são fundamentais.

Palavras-chave: Juventudes. Curso Popular. CAJUEIRO. Ensino médio.

RESUMEN

Esta investigación tiene como objetivo establecer cómo los jóvenes del curso “En la Trilha de la Universidad” (En el Sendero de la Universidad), conocido como Trilha Uni. (Sendero Uni.), perciben y enfrentan el lugar que la sociedad les tiene destinado. Ganan foco en la investigación jóvenes de la periferia de Goiânia que buscan la continuidad de los estudios, en la educación universitaria, a través de la aprobación del Examen Nacional de Enseñanza Media (ENEM) y el Centro de Formación, Investigación y Atención a la Juventud (CAJUEIRO), que trabaja desde la perspectiva de la educación popular. El problema se puede plantear de la siguiente manera: ¿Cuáles son las percepciones de los jóvenes que llegan a la Trilha Uni. (Sendero Uni.) en relación a su lugar en la sociedad? La investigación se basará en el análisis bibliográfico y documental. La investigación documental se organizará con un marco temporal entre los años 2016 y 2019, para eso se considerarán los datos del INEP y la documentación de la Trilha Uni. (Sendero Uni.): como los formularios de inscripción y evaluación de los alumnos, información del sitio web y de las redes sociales del CAJUEIRO, además de informes del equipo de coordinación del curso. Como fundamento teórico tenemos los autores: Alves (2016, 2018, 2022), Brandão (2013), Freire (2005, 2006, 2011, 2014, 2021), Silva y Teixeira (2011, 2012). Finalmente, se concluye que el proceso por el que atraviesan los jóvenes para ingresar a la universidad engloba múltiples factores que deben ser reflexionados y analizados en su totalidad, y para ello son fundamentales estudios que hagan aflorar las voces de los jóvenes sobre sus realidades.

Palabras clave: Jóvenes. Curso Popular. CAJUEIRO. Escuela secundaria.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Publicações do Cajueiro: Rodas de Conversa e demais produções	50
Figura 2 - Publicações do Cajueiro: Juventudes – Educação e Religião em cenários de Violência	52
Figura 3 - Publicações do Cajueiro: Coleção na Trilha do Grupo de jovens	53

LISTA DE FOTOS

Foto 1 - Parte do grupo de associados e associadas do CAJUEIRO em 2013 na Casa do Lourival, primeira cede do CAJUEIRO.	41
Foto 2 - Grupo do Cajueiro iniciando assembleia do ano de 2019 com uma dança circular.	44
Foto 3 - Parte dos Jovens participantes do Trilha Uni em 2018.	57
Foto 4 - Voluntárias servindo almoço para jovens do Trilha Uni 2019.	58
Foto 5 - Momento de interação entre as juventudes participantes do Trilha Uni 2019.	59

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - O que dizem os jovens do Trilha Uni do ano de 2016 sobre as mudanças que desejam para o Brasil e como pretendem colaborar com elas	75
Quadro 2 - O que dizem os jovens do Trilha Uni do ano de 2017 sobre as mudanças que desejam para o Brasil e como pretendem colaborar com elas	78
Quadro 3 - O que dizem os jovens do Trilha Uni do ano de 2018 sobre as mudanças que desejam para o Brasil e como pretendem colaborar com elas	81
Quadro 4 - O que dizem os jovens do Trilha Uni do ano de 2019 sobre as mudanças que desejam para o Brasil e como pretendem colaborar com elas	83
Quadro 5 - O que as juventudes do Trilha Uni do ano de 2016 respondem e opinam sobre as coisas boas e as coisas ruins de ser jovem no Brasil	85
Quadro 6 - O que as juventudes do Trilha Uni do ano de 2017 respondem e opinam sobre as coisas boas e as coisas ruins de ser jovem no Brasil	88
Quadro 7 - O que as juventudes do Trilha Uni do ano de 2018 respondem e opinam sobre as coisas boas e as coisas ruins de ser jovem no Brasil	91
Quadro 8 - O que as juventudes do Trilha Uni do ano de 2019 respondem e opinam sobre as coisas boas e as coisas ruins de ser jovem no Brasil	94

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Percentual da população de 15 a 17 anos de idade que frequentava a escola ou havia concluído a educação básica, por quartil de renda domiciliar <i>per capita</i> (Brasil 2016-2019)	28
Gráfico 2 - Percentual da população de 15 a 17 anos de idade que frequentava o ensino médio ou havia concluído a Educação Básica, por raça/cor (Brasil 2012-2021)	29
Gráfico 3 - Número de inscritos no Trilha Uni de 2016 a 2019.	60
Gráfico 4 - Número de alunos do Trilha Uni por dependências administrativas de 2016 a 2019.....	61
Gráfico 5 - Número de alunos do Trilha Uni em relação ao trabalho	62
Gráfico 6 - Número de jovens participantes do Trilha Uni por questão de raça	63
Gráfico 7 - Número de inscritos no Trilha Uni por renda familiar	65
Gráfico 8 - Número de jovens em relação às expectativas sobre o Trilha Uni de 2016 a 2019.....	68

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Ensino Regular – Número de matrículas no ensino médio no Brasil: 2007-2012.....	26
Tabela 2 - Número de matrículas no ensino médio de 2013 a 2019.....	27
Tabela 3 - Inscritos totais Enem (2013 a 2021).....	27
Tabela 4 - Cursos almejados pelas juventudes que chegam ao Trilha Uni – 2016 a 2019.....	71

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 JUVENTUDE NO ENSINO MÉDIO E ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR.....	20
1.1 Ensino médio e Enem: matrículas e inscrições em declínio no Brasil desde 2016	23
1.2 Qual a realidade por trás do discurso de universalização do ensino médio em Goiás?	34
2 CAJUEIRO: UMA HISTÓRIA EM DIÁLOGO COM A EDUCAÇÃO POPULAR	40
2.1 CAJUEIRO: Programas, publicações e projetos	50
3 NA TRILHA DA UNIVERSIDADE: UM PROJETO DE PREPARAÇÃO PARA O ENEM REALIZADO PARA E COM JOVENS DA PERIFERIA DE GOIÂNIA	56
3.1 Quem são os jovens do Trilha Uni? Perfil dos inscritos e participantes (2016-2019).....	59
3.2 Expectativas das juventudes que chegam ao Trilha Uni.....	66
4 JUVENTUDES DO TRILHA UNI – PERCEPÇÕES E REFLEXÕES SOBRE SUA CONDIÇÃO JUVENIL	74
4.1 O que dizem os jovens do Trilha Uni do ano de 2016 sobre as mudanças que desejam para o Brasil e como pretendem colaborar com elas.....	75
4.2 O que as juventudes do Trilha Uni do ano de 2016 respondem e opinam sobre as coisas boas e as coisas ruins de ser jovem no Brasil	85
CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
REFERÊNCIAS	104
ANEXO A – ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA COM DELIBERACAO E APROVACAO DO NOVO ESTATUTO DO CAJUEIRO - 2020.....	113
ANEXO B – RELATORIO ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA DO CAJUEIRO 2021.....	115
ANEXO C – ATA REUNIÃO AMPLIADA CAJUEIRO 12 DE MARÇO DE 2022.	120
ANEXO D – FICHA DE INSCRIÇÃO PARA O TRILHA UNI 2019.....	122
ANEXO E – RELATÓRIO ORGANIZADO PELA PRESIDENTE DO CAJUEIRO CARMEM LÚCIA TEIXEIRA EM 2018, SOBRE O PERFIL DOS JOVENS DO TRILHA UNI.....	125
ANEXO F – PROJETO TRILHA UNI 2019	130
ANEXO G – ESTATUTO DO CAJUEIRO.....	133

INTRODUÇÃO

Esta dissertação busca analisar as juventudes que chegam ao projeto “Na Trilha da Universidade”, conhecido como Trilha Uni, e, dessa forma, alcançar o objetivo geral da pesquisa de investigar como eles percebem e enfrentam o lugar que a sociedade lhes destina. Oferecido pelo Centro de Formação, Pesquisa e Assessoria em Juventude (CAJUEIRO), o Trilha Uni é um projeto que atua na perspectiva da educação popular, propiciando preparação para a prova do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) para jovens da região metropolitana de Goiânia.

A escolha desse lugar, dessa instituição, desse projeto e desses jovens como sujeitos da pesquisa fez-se em primeiro lugar por amor às causas da juventude e também pela seriedade e comprometimento com que o CAJUEIRO elabora e realiza seus projetos, um comprometimento que vale ser anunciado como sinal de esperança e resistência. Le Goff (1990), em sua obra *História e memória*, cita a memória como um elemento essencial para a análise do passado, servindo ao presente e ao futuro. Segundo o autor, a memória coletiva deve ser trabalhada num sentido de libertação dos homens. Nesse sentido, a memória aparece nesse momento como um elemento importante na pesquisa para situar como chegamos à temática proposta deste estudo.

A Casa da Juventude Padre Burnier (CAJU), uma iniciativa da Companhia de Jesus, que existiu no Setor Universitário, na cidade de Goiânia, foi por 28 anos referência de formação, acompanhamento, acolhida e assessoria para a juventude no Brasil. A CAJU, com sua equipe e projetos, tinha como missão o acompanhamento integral das juventudes que chegavam até lá. A CAJU foi de fato um lugar da integralidade, de compreensão do projeto de vida, de cuidado, de afeto, de formação para muitos jovens no Brasil. O seu fechamento em 2012

[...] representou uma dura perda para os direitos dos jovens em Goiás, e um forte golpe nas instituições em defesa dos jovens em Goiás, pois, além de uma trajetória de acolhimento, formação e defesa das juventudes, a CAJU também mantinha articulações importantes com outras instituições e coordenava uma rede internacional de trabalho com os jovens (ALVES, M., 2018, p. 5).

Colaboradores, voluntários e ex-funcionários da antiga CAJU uniram forças e, no desejo de seguir o projeto em defesa da vida da juventude, em março de 2013, fundaram o CAJUEIRO¹, que desde essa data assumiu a continuidade de alguns projetos da antiga CAJU e vem sendo uma associação civil, sem fins lucrativos, com sede em Goiânia, mas que abrange

¹ O nome CAJUEIRO aparece em caixa alta durante todo o texto, pois em seu estatuto é assim que está escrito.

todo o território nacional, visto que sua atuação se dá em rede com múltiplos grupos localizados em diversas regiões do Brasil, que têm como princípio a defesa dos direitos humanos, educação popular e economia solidária². Dentre os projetos coordenados pelo CAJUEIRO, está o “Na Trilha da Universidade”, um curso de educação popular feito para e com as juventudes que moram na periferia de Goiânia e que buscam o acesso ao ensino superior por meio do Enem. Esse projeto em específico foi escolhido para ser lugar de investigação da pesquisa.

Conheci a CAJU³ no ano de 2009, quando eu era coordenadora de um grupo da Pastoral da Juventude⁴. A CAJU, dentre outras inúmeras atividades, oferecia cursos de formação de lideranças para grupo de jovens. Fiz o mesmo curso duas vezes, primeiro em 2009 e depois em 2010. Em 2011, fui convidada pela coordenação do projeto para ajudar a pensar as etapas da escola de formação de lideranças juvenis do ano de 2012. O Lourival Rodrigues Silva⁵, diretor da instituição na época, sempre me chamava a atenção para duas coisas: a primeira delas, o sonho. Qual o era o meu sonho? Eu dizia para ele que era entrar na faculdade de música e ser educadora musical e, depois de me ouvir, ele chamava atenção para o estudo e dizia: “Hélia, se nós amamos algo e queremos lutar por isso, seja pela arte ou pela juventude, precisamos estudar muito, para dizer com propriedade aquilo que defendemos”. Escrevo esta memória com olhos cheios de lágrimas, pois, de acordo com o pequeno príncipe, “a gente corre o risco de deixar algumas lágrimas cair quando se deixa cativar” (SAINT-EXUPÉRY, 2008, p. 81).

Em 2012, passei no vestibular para licenciatura em música no Instituto Federal de Goiás e tive que me mudar para Goiânia. Até então, vivia com meus pais na cidade de Silvânia, no interior do estado de Goiás. Nesse momento, encontrei outro ponto de acolhida para além da escuta e diálogo fraterno. Como não tinha conseguido alugar nenhum local para morar, o Lourival me deixou ficar na CAJU até eu conseguir me organizar. Esse é um relato individual, mas também coletivo, pois muitos jovens tiveram a mesma oportunidade. Nesse tempo em que estive na CAJU, conheci outros projetos realizados pela Casa, entre eles o PREUNI, curso

² Informações retiradas do site <https://caieiro.org.br/>.

³ A Casa da Juventude Padre Burnier (CAJU) ficava localizada no Setor Universitário, na cidade de Goiânia, era uma instituição criada e mantida pela Congregação religiosa Católica Companhia de Jesus, os Jesuítas. Por 30 anos, foi um espaço de acolhida, formação, capacitação, pesquisa, assessoria, oficinas de arte, para jovens das periferias. Ela tinha atividades durante a semana e também nos fins de semana.

⁴ Pastoral da Juventude é uma pastoral organizada dentro da Igreja Católica, no Brasil, com linha metodológica própria e com acolhimentos aos anseios da juventude. Pertence ao grupo da teologia da libertação e encara a vida com potencial criativo muito grande, valorizando sempre a arte. Mais informações estão disponíveis no livro *Somos Igreja Jovem: Pastoral da Juventude – um jeito de ser e fazer* (SILVA; VIEIRA; SILVA, 2012).

⁵ Lourival Rodrigues da Silva (*in memoriam*) – Mestre em Ciências da Religião pela PUC/GO, foi diretor da CAJU, colaborou com a fundação do Conselho Nacional de Juventude, foi membro fundador e coordenador do Cajueiro, foi membro do observatório Juventudes na Contemporaneidade e do grupo de pesquisa Condição Juvenil em Goiás. Dedicou sua vida em prol da juventude empobrecida e faleceu em 01/01/2016.

preparatório para o Enem. Infelizmente, no mesmo ano, a CAJU encerrou a maioria de seus projetos.

Por ser um lugar de acolhida, formação de lideranças e promoção da educação popular, havia oposição por parte da Arquidiocese de Goiânia e também do governo do estado de Goiás quanto à atuação da Casa. Em consequência disso, os Jesuítas decidiram pelo fechamento do espaço. Foi desesperador, a ponto de muitos trabalhadores do local ficarem doentes. Além disso, a Casa era um lugar importante para a defesa e garantia de direitos da juventude, pois muitos cursos, pesquisas, assessorias e acompanhamentos para e com as juventudes eram realizados por ela. A CAJU também contava com um acervo muito significativo para a pesquisa com jovens, incluindo publicações feitas por pesquisadores que frequentavam a Casa.

Uma das características da CAJU era ter seus projetos financiados por instituições europeias. Assim, quando do seu fechamento, um grupo de funcionários e colaboradores se reorganizou e buscou financiamento para continuar o trabalho com as juventudes, e eu, que estava na coordenação de um dos projetos da CAJU, fiz parte desse grupo que, por amor e esperança, fundou o CAJUEIRO. Fazer parte do CAJUEIRO certamente inspirou o meu projeto de vida rumo ao mestrado, pois a paixão e o amor com que pesquisadores, mestres e doutores falavam da defesa da vida das juventudes e dialogavam com os jovens me encantavam e me encantam. Atuei no Trilha Uni como voluntária, oferecendo oficinas de música para os jovens. Nas oficinas de criação e percepção musical, as juventudes traziam muito da sua realidade por meio da arte. Nesse contexto, surgiu o desejo de pesquisar esse público e trazer à tona seus sentimentos e percepções em relação ao lugar que a sociedade destina para eles.

Apreendi na comunidade, na Pastoral da Juventude e no CAJUEIRO a ser coletiva, a viver em grupo. Dessa forma, realizar o mestrado em tempos de pandemia foi um grande desafio, visto que o isolamento, somado à perda de vidas que tivemos nesses anos, maltratou o nosso jeito de ser e viver.

Freire (2005) pontua que o amor é fundamental para a construção de uma consciência crítica, e o processo de uma educação para a liberdade só é possível se houver um profundo amor nos homens e, por isso, comprometimento com a transformação. “Amar não significa acomodação ao mundo injusto, mas a transformação de mundo para a crescente libertação dos homens” (FREIRE, 2005, p. 204). Para Alves, R. (2008, p. 93), “A inteligência é a bela adormecida: só acorda do seu sono quando tocada por um beijo de amor. Acordada, a inteligência se põe a trabalhar para realizar o sonho. A ciência é serva do amor.” Sendo assim, o amor convoca para trabalhar, traz comprometimento com as causas que defendem a vida das juventudes, e a pesquisa é também parte desse comprometimento.

Dessa forma, com esse comprometimento com a realidade a partir da pesquisa, foi realizada a investigação com análise e observação documental do Projeto “Na trilha da Universidade” e a escrita desta dissertação. A realização da pesquisa documental foi organizada com um recorte temporal entre os anos de 2016 e 2019, escolhidos porque o CAJUEIRO possui relatórios e documentos suficientes para trazer informações à pesquisa. Ressaltamos que os efeitos dos anos pandêmicos e pós-pandêmicos da Covid-19, entre 2020 a 2022, apresentam outra realidade no projeto que merecem um aprofundamento maior em futuras pesquisas, o que excluiu esse período da investigação.

Vale salientar que a diretoria do CAJUEIRO liberou toda a documentação que possuía em seu acervo para a coleta de dados, o que corresponde aos seguintes documentos: fichas de inscrição de cada ano, relatórios da prestação de contas para a empresa que ajuda a financiar o projeto, atas das assembleias da instituição. Além desses documentos, contamos também com o blog do CAJUEIRO, que possui informações do Trilha Uni, incluindo relatos de estudantes que conseguiram o acesso à universidade.

O caminho metodológico percorrido na dissertação perpassa pelo estudo de caso, que tem a “[...] característica de estudar uma unidade, bem delimitada e contextualizada”, nesse caso, os jovens que chegam ao Trilha Uni do CAJUEIRO, e ainda tem como atributo “[...] a preocupação de não analisar apenas o caso em si, como algo à parte, mas o que ele representa dentro do todo” (VENTURA, 2007, p. 386). Nesse sentido, a pesquisa bibliográfica e documental ajuda num primeiro momento a situar o cenário do ensino médio no Brasil e como estão as inscrições para o Enem. Em sequência, o CAJUEIRO é explicitado a partir da sua história em diálogo com a educação popular. Nesse capítulo, os autores Paulo Freire e Carlos Brandão embasam o referencial teórico. Posteriormente, abordamos o projeto “Na trilha da Universidade”, buscando analisar o perfil das juventudes que chegam ao Trilha Uni. Ainda como escolha metodológica, apresentam-se os gráficos e tabelas elaborados a partir da pesquisa bibliográfica e dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), além de quadros e gráficos organizados a partir dos documentos fornecidos pelo CAJUEIRO.

Por último, por meio das respostas das juventudes nas fichas de inscrição sobre os desafios de ser jovem no Brasil, pretende-se alcançar o objetivo geral da dissertação, que é investigar como os jovens do projeto “Na Trilha da Universidade” percebem e enfrentam o lugar que a sociedade destina para eles. Compreende-se que “levar em conta o jovem existente no aluno implica reconhecer que a vivência da juventude, desde a adolescência, tende a ser caracterizada por experimentações em todas as dimensões da vida subjetiva e social” (LEÃO;

DAYRELL; REIS, 2011, p. 1068). Nesse intuito de conhecer as juventudes que chegam ao Trilha Uni para além de estudantes do projeto, mas também nas diversas dimensões da sua vida subjetiva e social, questionamos: quais as percepções das juventudes que chegam ao Trilha Uni em relação ao seu lugar na sociedade?

Salienta-se que, dentro dos anos escolhidos para a coleta de dados, temos um cenário de pesquisa condizente com o desmonte das políticas educacionais em curso no país desde 2016, quando Michel Temer assumiu a presidência da República. Observa-se que a ausência de políticas públicas de incentivo à continuidade dos estudos para os jovens os tem distanciando cada vez mais da escola e do desejo de alcançar o ensino superior. Diante da importância da problemática, ressalta-se que a sua reflexão provoca e ajuda a pensar caminhos para a transformação da realidade, visto que “O jovem, a princípio, torna-se capaz de refletir e de se ver como um indivíduo que participa da sociedade, recebendo e exercendo influências, fazendo deste o momento por excelência do exercício de sua inserção social” (LEÃO; DAYRELL; REIS, 2011, p. 1068).

Para o desenvolvimento da análise, no primeiro capítulo, que trata da juventude no ensino médio e acesso à educação superior, buscar-se apresentar o caminho das políticas públicas voltadas para o ensino médio, desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, o cenário de inscrições para o Enem dos últimos anos no Brasil, apontando os desmontes que a educação vem sofrendo desde o impeachment de Dilma Rousseff. Para construir maior aproximação com a realidade das juventudes do Trilha Uni, há um tópico no primeiro capítulo que aponta alguns dos projetos propostos pelo Governo de Goiás para o ensino médio. Para ajudar na discussão, contamos com as contribuições de Alves, M. (2016, 2018) e Alves, M. e Oliveira (2022).

Após iniciar com as problemáticas de acesso e permanência da juventude no ensino médio, seguimos para o segundo capítulo, no qual apresentamos a instituição do CAJUEIRO, seu diálogo com a educação popular, bem como seus projetos, programas e publicações. Os autores referenciais deste capítulo serão Brandão, C. (2013), Freire (2000, 2005, 2006, 2014) e Teixeira e Silva (2011, 2012). Consideramos que, estando os jovens sujeitos desta pesquisa em um projeto de educação popular, compreender o embasamento teórico que fundamenta o “Na Trilha da Universidade” e demais projetos do CAJUEIRO é fundamental para o entendimento de como as ações são realizadas.

A partir desse olhar, prosseguimos para o terceiro capítulo, guiados pelo que Freire (2014) pontua em sua obra *Pedagogia da Autonomia*, ou seja, para a necessidade de considerar a importância da rigorosidade na pesquisa, de respeitar o saber de experiência dos estudantes,

da consciência, da criticidade, da alegria, da esperança e do diálogo. Buscamos analisar o perfil das juventudes que chegam ao Trilha Uni, indicar quais os principais desafios de acesso e permanência desses jovens em espaços formais de educação, tecer reflexões sobre o processo de preparação para o Enem, averiguar quais são os cursos mais almejados por esses jovens na educação superior, tudo isso por meio da pesquisa documental do projeto Trilha Uni.

No quarto capítulo, as principais referências para a reflexão são as próprias juventudes por meio das respostas apresentadas por elas nas fichas de inscrição do CAJUEIRO. Tais respostas são identificadas na dissertação pela palavra JOVEM seguida do número da citação (1,2,3...), com a palavra CAJUEIRO identificando a participação no projeto Trilha Uni e, por fim, pelo ano em que a ficha foi respondida. Por exemplo: (JOVEM2, CAJUEIRO, 2016). As juventudes, a partir de suas respostas, trazem à tona seus sonhos, suas expectativas, as dificuldades e as alegrias de ser jovem no Brasil, suas percepções em relação à sociedade, seus sentimentos diante da pobreza, do racismo, da corrupção, da dificuldade de inserção no mercado de trabalho e no ensino superior, mas ao mesmo tempo apontam possíveis caminhos, demonstrando que têm muito a contribuir no fortalecimento de ações que ampliem espaços de cidadania, de educação de qualidade, na democracia e, por conseguinte, na construção de outro mundo possível.

Encerra-se o trabalho com as Considerações Finais, nas quais apresentamos as conclusões da pesquisa.

1 JUVENTUDE NO ENSINO MÉDIO E ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR

A escola pública não anda bem, não porque faça parte de sua natureza não andar bem, como muita gente gostaria que fosse e insinua que é. A escola pública básica não anda bem, repitamos, por causa do descaso que as classes dominantes neste país têm por tudo que cheira a povo (FREIRE, 2006, p. 51).

Neste primeiro capítulo, será realizada a exposição e reflexão de algumas das políticas públicas de educação voltadas para a juventude no que diz respeito ao ensino médio e acesso à educação superior por meio do Enem, isso porque o público sujeito da pesquisa são jovens da periferia que estão à margem da sociedade, mas não desistem do acesso à educação superior. Entendemos que as políticas públicas são fundamentais na garantia de direito à educação. Para tanto, será utilizada a pesquisa bibliográfica, além de dados do Censo Escolar da Educação Básica e também do INEP, com recorte temporal entre os anos de 2013 a 2019. Esse recorte de datas a nível nacional no que diz respeito ao ensino médio e ao Enem se faz porque, para compreendermos o fenômeno em curso entre os anos de 2016 e 2019, é interessante observar trajetórias percorridas antes e seus desencadeamentos. Para chegar a esses anos mencionados, uma breve explanação das políticas públicas de educação voltadas para a juventude desde a LDB de 1996 será realizada.

O acesso à educação superior no Brasil está diretamente vinculado à condição juvenil do país. Pais (1990) evidencia que existe por parte da sociedade uma interpretação da juventude como problema social. De acordo com o autor, a juventude é vista historicamente como um objeto pré-construído que precisa se destruir para se construir de novo. O autor destaca ainda que “olhar a sociedade através do cotidiano dos jovens é uma condição necessária para a correta abordagem de alguns paradoxos da juventude” (PAIS, 1990, p. 164). É a partir do cotidiano que é possível observar a integralidade das relações e a formação do indivíduo.

Neste capítulo, o cotidiano dos jovens será observado a partir do acesso que este público tem ao ensino médio no Brasil, dado que a escola segue sendo lugar importante para a socialização e participação juvenil: “[...] a escola passa a ser um dos poucos espaços públicos no qual a juventude pobre pode realizar atividades culturais” (DAYRELL; GOMES; LEÃO, 2010, p. 247).

Como afirmado por Pais (1990), a juventude é entendida pela sociedade como fase em pré-construção que precisa ser destruída para se construir. Por ser compreendida dessa maneira, o olhar do Estado para a educação, o lazer, o esporte e a cultura destinados para os jovens ainda é muito pequeno no Brasil. Isso acarreta a desassistência por parte do governo em políticas

públicas voltadas para as juventudes, o que pode ser averiguado nos movimentos realizados para o acesso ao ensino médio e ensino universitário no país, movimentos esses que reproduzem na atualidade a história brasileira desde seus primórdios. “Se pararmos para pensar, vamos perceber que existem poucas ações governamentais voltadas especificamente para os jovens, embora eles representem quase um terço da população” (CORREA; ALVES; MAIA, 2014, p. 28).

A problemática da conclusão da educação básica e do acesso à educação superior ainda merece estudos e pesquisas que possam balizar políticas públicas para a formação da juventude. De acordo com Alves, M. (2016, p. 49), o caminho percorrido para que o ensino médio seja acessível “no Brasil sempre foi um desafio, pois, ao longo de nossa história, essa formação teve caráter propedêutico e atendia apenas os jovens da elite brasileira”. Essa perspectiva é confirmada quando se observa que,

Desde o período colonial até a República, a formação no ensino médio – correspondente ao “secundário” – era destinada aos filhos da elite e a função era preparar os alunos para o curso superior. O ensino era fragmentado, dissociado de uma dimensão de praticidade e produtividade, distanciado do trabalho e, com isso, corroborava o preconceito contra o trabalho físico, tornando-se símbolo de classe social (PILETTI, 2002 apud DALRI; MENEGHEL; 2011, p. 2).

Para Souza (2019), como o Brasil tem suas raízes numa sociedade escravocrata, a formação social escravista não é algo que ficou no passado, mas é uma marca fundamental da sociedade brasileira e, por isso, ainda hoje dita a forma como diferentes grupos sociais se relacionam, classe trabalhadora, classe média e classe privilegiada. Destacamos que a educação se faz no conjunto dessas relações sociais e tende a estar relacionada com o regime de poder de uma sociedade.

Fernandes (2007, p. 114) aponta que, “[...] no período imediatamente posterior à Abolição, as oportunidades foram monopolizadas pelos brancos das antigas camadas dominantes e pelos imigrantes” e, por muitos anos, a educação no Brasil foi reservada apenas para uma elite. Tivemos na nossa história “[...] a influência do modelo napoleônico de faculdades isoladas, com cursos liberais ou voltados à formação de profissionais, a exemplo dos cursos de Direito, Medicina Engenharia” (BIANCHETTI; SGUISSARDI, 2017 apud OLIVEIRA, 2021). Com as marcas profundas de um passado de escravidão, as políticas públicas para a garantia de acesso e permanência de crianças e jovens negros e negras da periferia se tornaram necessárias para que este público chegasse também à educação superior.

Para Souza, J. (2019, p. 156), os excluídos sociais, que ele denomina de “ralé de novos escravos”, “[...] foi tão secularmente desprezada e humilhada que, sem contexto político favorável, está condenada ao fracasso”. Durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, o Brasil começou a ganhar um contexto político favorável para esses que estão historicamente à margem. De acordo com Oliveira (2021, p. 24), no período do governo Lula, entre 2003 e 2010, com a interiorização das universidades, a descentralização e a democratização do acesso e permanência nas universidades, “mais pessoas, sobretudo dos segmentos menos favorecidos da sociedade, passaram a ter acesso à educação superior [...]”, seja nas instituições privadas, seja nas instituições públicas. Isso se deu por meio da implementação de diversas políticas públicas.

Parte significativa da expansão das matrículas e da mudança no perfil dos estudantes da educação superior brasileira nos primeiros anos do século XXI deve-se a políticas de inclusão com base em ações afirmativas. Essas políticas referem-se a um conjunto de resoluções de caráter governamental ou institucional destinadas a beneficiar, temporariamente, minorias historicamente discriminadas (OLIVEN; BELLO, 2017, p. 340).

Dentre algumas das políticas de inclusão com base em ações afirmativas voltadas para o ensino superior, podemos citar a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que trata da criação do sistema de cotas no Brasil (BRASIL, 2012), tendo como foco o atendimento de jovens negros e jovens empobrecidos de escolas públicas, já que considera também a questão da renda familiar. As políticas de ações afirmativas contribuíram significativamente para a democratização do acesso ao ensino superior no Brasil.

O sistema de cotas ganha impulso em 2012, quando foi sancionada a Lei n. 12.711, que obrigava as instituições federais a, gradualmente, no prazo de quatro anos, garantir 50% das matrículas a estudantes oriundos do ensino médio público, mesclando também critérios de renda e raciais. Já o Prouni, anunciado no ano de 2004 e transformado em lei (n. 11.096) em 2005, tem como objetivo conceder bolsas de estudo, integrais e parciais, para alunos de instituições privadas de Ensino Superior. Para concorrer à bolsa integral, o aluno deve ser proveniente da rede pública e ser oriundo de família com renda mensal bruta de até um salário mínimo e meio *per capita*; já para as bolsas parciais, a renda não deve exceder três salários mínimos. Finalmente, o Fies, regulamentado em 1999, visa conceder financiamento a estudantes matriculados em instituições privadas de Ensino Superior, cujo curso tenha obtido avaliação adequada pelo governo (SALATA, 2018, p. 225).

Todavia, após 2016, houve um retrocesso na efetivação dessas políticas públicas. “O governo Michel Temer, a serviço precisamente da elite do atraso, passava a vender as riquezas nacionais e a precarizar as condições de trabalho da população com o ataque à CLT, a Consolidação das Leis do trabalho” (SOUZA, J., 2019, p. 248). Dessa forma, “[...] temos experimentado, desde 2016, a desconstrução das políticas que estavam em curso no país, por

meio de reformas e leis diversas” (OLIVEIRA, 2021, p. 20). Esses processos refletiram também na quantidade de jovens que buscam acesso ao ensino superior por meio do Enem, como poderemos ver no próximo tópico.

1.1 Ensino médio e Enem: matrículas e inscrições em declínio no Brasil desde 2016

O ensino médio no Brasil, desde seu surgimento, possui caráter dualista. Para Barreto (2019, p. 76), esse dualismo “é resultado da histórica divisão social do trabalho, que atribui ao trabalho intelectual maior valor em detrimento do trabalho manual e, nesse sentido, expressa igualmente o histórico conflito entre educação e trabalho”. No decorrer na história, enquanto para os filhos da classe média e elite era reservado o ensino preparatório para o ingresso na universidade, para a classe trabalhadora, era destinado o ensino de preparação para o mundo do trabalho. Até o fim da década de 1980, havia “[...] dois tipos de escola pública: uma diurna, de boa qualidade, para os jovens das camadas médias que pretendiam fazer faculdade, e outra noturna, de baixa qualidade para jovens trabalhadores” (CORREA; ALVES; MAIA, 2014, p. 19).

Com o processo de democratização da sociedade brasileira, a educação passa a ser direito de todos. Segundo o Art. 205 da Constituição Federal de 1988, a educação é um direito social a ser garantido pelo Estado e pela família. A Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que determina as Diretrizes e Bases de Educação Nacional no Brasil, conhecida como LDB, reforça essa responsabilidade em seu Artigo 4° ao dizer que o Estado deve garantir um “ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive aos que a ele não tiverem acesso na idade própria” (BRASIL, 1996, on-line, n.p). Com a aprovação da LDB, “[...] ocorreu uma grande expansão e, ao mesmo tempo, massificação do ensino. Ou seja, as barreiras que antes impediam os jovens pobres de frequentarem a escola, em parte, foram quebradas” (CORREA; ALVES; MAIA, 2014, p. 23) Para o ensino médio, ainda havia um longo caminho a ser percorrido, com a LDB indicando sua “progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade” (BRASIL, 1996, on-line, n.p).

[...] mesmo sendo um avanço, essa mudança de concepção e a expansão do ensino não vieram acompanhadas de melhorias na qualidade. Uma das explicações para isso é o fato de que à medida que as camadas populares entraram na escola, os jovens das camadas altas migraram para a rede particular. A escola pública perdeu, assim, parte da sua força de pressão por qualidade. Ao mesmo tempo, a escola não se readequou para receber a nova crescente clientela. [...] Tudo isso gerou uma “escola pobre, para atender os pobres” (CORREA; ALVES; MAIA, 2014, p. 24).

Ou seja, houve um processo de massificação e expansão nas escolas, mas os recursos voltados para a educação não cresceram na mesma proporção: “[...] daí vieram as dificuldades na infraestrutura, na modernização das escolas e na precarização da condição docente” (CORREA; ALVES; MAIA, 2014, p. 24).

A obrigatoriedade do ensino médio só foi estabelecida mais de uma década depois da LBD de 96, no período em que o país tinha Lula como presidente da república, e foi realizada por meio da Emenda Constitucional (EC) nº 59 de 2009, na qual o ensino médio “[...] passou a ser contemplado como etapa a ser universalizada para todos os jovens de 15 a 17 anos” (ALVES, M., 2016, p. 49). Nota-se que, desde a Constituição de 1988, na qual a educação deveria ser garantida pelo Estado e pela família, passaram-se 21 anos para que essa garantia sedesse de forma legal para a juventude entre 15 e 17 anos e, mesmo assim, essa garantia veio acompanhada das problemáticas já apontadas sobre a infraestrutura e falta de recursos nas escolas públicas. Mesmo com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) em 2007, que foi um grande avanço, os recursos do programa foram insuficientes (CORREA; ALVES; MAIA, 2014).

Em 2011, a criação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio veio para mudar a concepção da escola pública, que, se antes tinha o caráter dualista, agora deveria “oferecer ao jovem uma formação humana integral” (CORREA; ALVES; MAIA, 2014, p. 25). No ano de 2013, a Lei nº 12.852/13, que instituiu o Estatuto da Juventude, concebido em parceria com o Conselho Nacional de Juventude, veio para reforçar o direito à educação, estendendo a obrigatoriedade da educação também para aqueles que não tiveram “acesso na idade adequada”:

Seção II – Do Direito à Educação:

Art. 7º O jovem tem direito à educação de qualidade, com a garantia de educação básica, obrigatória e gratuita, inclusive para os que a ela não tiveram acesso na idade adequada.

[...]

Art. 8º O jovem tem direito à educação superior, em instituições públicas ou privadas, com variados graus de abrangência do saber ou especialização do conhecimento, observadas as regras de acesso de cada instituição.

§ 1º É assegurado aos jovens negros, indígenas e alunos oriundos da escola pública o acesso ao ensino superior nas instituições públicas por meio de políticas afirmativas, nos termos da lei.

§ 2º O poder público promoverá programas de expansão da oferta de educação superior nas instituições públicas, de financiamento estudantil e de bolsas de estudos nas instituições privadas, em especial para jovens com deficiência, negros, indígenas e alunos oriundos da escola pública.

[...]

Art. 13. As escolas e as universidades deverão formular e implantar medidas de democratização do acesso e permanência, inclusive programas de assistência estudantil, ação afirmativa e inclusão social para os jovens estudantes (BRASIL, 2013c, on-line, n.p).

Em 2014, com a Lei nº 13.0005/14, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014/2024, estabeleceu-se como meta universalizar até 2016 o “atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência do PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%” (BRASIL, 2014b, on-line, n.p). De acordo com Sposito, Souza e Silva (2018, p. 5), “entre os anos de 2004 e 2014, o número de brasileiros entre 15 e 17 anos que frequentavam a escola saiu de 81,8% em 2004 para 84,3% em 2014”. Segundo as autoras,

Ao longo da década, foi entre os jovens pertencentes às famílias do primeiro quintil (20% mais pobres) que constatamos o crescimento mais expressivo da proporção de estudantes, com uma variação positiva de 10,6 pontos percentuais. [...] Mesmo que o período assinala uma melhoria nos indicadores do fluxo escolar, no final da década analisada, entre estudantes dessa faixa etária, apenas 67,2% estavam no ensino médio (SPOSITO; SOUZA; SILVA, 2018, p. 5).

Dessa forma, é possível notar certo esforço na consolidação de políticas públicas para a permanência de jovens entre 15 e 17 anos na escola entre os anos de 2004 e 2014. Todavia, como assinalam as autoras, o número de estudantes dessa faixa etária no ensino médio ainda era reduzido, mais reduzido ainda se considerarmos os estudantes de famílias com baixa renda e negros.

Em 2010: entre os jovens mais pobres, 31,3% entre 15 e 17 anos cursavam o Ensino Médio, proporção que, para os mais ricos, é de 72,5%, ou seja, a presença no Ensino Médio de jovens mais ricos é mais de duas vezes superior à presença dos mais pobres. [...] Também há desigualdade no acesso ao Ensino Médio entre brancos e negros. Enquanto 60,3% dos brancos de 15 a 17 anos frequentam a escola, entre a população negra, essa taxa cai para 43,5% dos jovens (CORREA; ALVES; MAIA, 2014, p. 25).

Nota-se que as desigualdades sociais e raciais são fortemente reproduzidas no âmbito educacional. O acesso e a permanência de jovens na escola enfrentam sérios desafios, e eles são maiores quando se trata de jovens pobres e negros. É como se o dualismo que deveria ter sido superado na mudança de concepção do ensino médio continuasse existindo, demonstrando que as leis e políticas públicas “[...] apresentam dificuldade em serem implementadas e têm pouco reflexo na realidade escolar” (CORREA; ALVES; MAIA, 2014, p. 25).

Se observarmos a tabela baseada em dados do Censo Escolar de Educação de 2012, que faz referência ao período em que o ensino médio se tornou obrigatório, é perceptível uma

estagnação em número de matrículas. Vale destacar que, de acordo com o artigo 23 do texto constitucional, a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios têm como responsabilidade comum “proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação” (BRASIL, 1988, on-line, n.p).

A organização desse regime colaborativo, de acordo com o artigo 211 da Constituição, acontece da seguinte maneira: os estados e o Distrito Federal se responsabilizam pelo ensino fundamental e médio, os municípios se responsabilizam pelo ensino fundamental e pela educação infantil, e

§ 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996) (BRASIL, 1988, on-line, n.p).

Mesmo com esse regime colaborativo previsto na Constituição, nota-se que a vagareza em pensar políticas públicas voltadas para o ensino médio, na qualidade de acesso e na sua obrigatoriedade, gerou o resultado adverso de estagnação em número de matrículas ao longo dos anos.

Tabela 1 - Ensino Regular – Número de matrículas no ensino médio no Brasil: 2007-2012.

ANO	NÚMERO DE MATRÍCULAS
2007	8.369.369
2008	8.366.100
2009	8.337.160
2010	8.357.675
2011	8.400.689
2012	8.376.852

Fonte: Elaboração própria com base no Censo Escolar da Educação Básica – INEP.

Não obstante esse resultado, nos anos seguintes, entre 2013 e 2018, o número de jovens matriculados sofreu queda, saindo de 8.312,815 matrículas em 2013 para 7.709.929 em 2018. Na tabela a seguir, podemos notar a variação.

Tabela 2 - Número de matrículas no ensino médio de 2013 a 2019.

ANO	NÚMERO DE MATRÍCULAS
2013	8.312.815
2014	8.301.380
2015	8.076.150
2016	8.133.040
2017	7.930.384
2018	7.709.929
2019	7.465.891

Fonte: Elaboração própria com base no Censo Escolar da Educação Básica – INEP.

Esses dados demonstram que o objetivo do PNE 2014/2024 de chegar a 85% de matriculados no fim do tempo de sua vigência está cada vez mais distante. Essa queda em matrículas no ensino médio se refletiu também na tentativa de acesso à universidade. Segundo o INEP (BRASIL, 2021a), as inscrições para a prova do Enem diminuam consideravelmente nos últimos anos.

Em 2015, “o número de candidatos ao Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) atingiu o total de 8.478.096 inscritos” (BRASIL, 2016b, on-line, n.p). Para o mesmo órgão, em 2019, o número de inscritos para a prova do Enem diminuiu consideravelmente, passando para um total de 5.095.308 inscritos, reduzindo-se para 4.004.764 no ano de 2021. Essa diminuição do número de inscrições, que poderá ser observada na tabela a seguir, deve ser problematizada de forma a permitir a compreensão do fenômeno em curso para balizar as políticas educacionais para a juventude.

Tabela 3 - Inscritos totais Enem (2013 a 2021).

ANO	TOTAL
2013	7.173.574
2014	9.519.827
2015	8.478.096
2016	9.276.328
2017	6.731.203
2018	5.513.726
2019	5.095.308
2020	5.687.397
2021	4.004.764

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do INEP.

Em concordância com a tabela acima, de 2016 para 2021, o número de pessoas que se inscreveram no Enem reduziu assombrosamente e, de acordo com noticiários da época, o ano de 2018 verificou um “recorde negativo”, chegando ao menor número de inscritos desde 2008.⁶

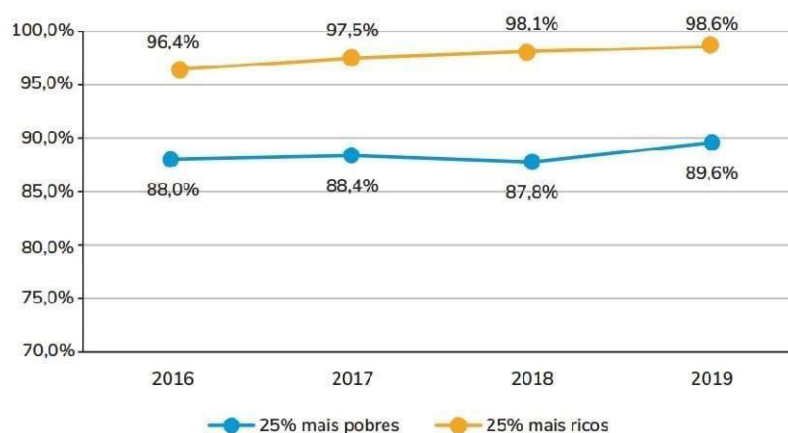
⁶ A informação pode ser obtida em jornais daquele ano. Um deles está disponível em: <https://abmes.org.br/noticias/detalhe/4464/recorde-negativo-numero-de-inscritos-no-enem-e-o-menor-desde->

Em 2021 o número de inscritos reduziu ainda mais. Para Almeida, Silva e Richter (2021, p. 178),

o Enem radicaliza os problemas da associação dos resultados das avaliações em larga escala como indicador de qualidade da educação, pois seus resultados retratam um processo que exclui grande parte da população que concluiu o ensino médio, a qual não participa do exame devido à falta de expectativa em continuar a sua formação, às suas condições socioeconômicas ou à limitação do processo formativo realizado na educação básica, entre outras razões que influenciam no “interesse” em participar ou não do Enem.

De acordo com o *Relatório do Quarto Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação* realizado neste ano de 2022, a meta de garantir 100% de acesso à escola para jovens entre 15 e 17 anos no Brasil até no ano de 2016 não foi concretizada em nenhuma região do país (BRASIL, 2022). Entre as juventudes que têm acesso e permanecem no ensino médio quando se trata do quesito renda familiar, o número de jovens com baixa renda familiar na escola é 25% inferior ao número de jovens de maior renda, como podemos observar no gráfico a seguir.

Gráfico 1 - Percentual da população de 15 a 17 anos de idade que frequentava a escola ou havia concluído a educação básica, por quartil de renda domiciliar *per capita* (Brasil 2016-2019).

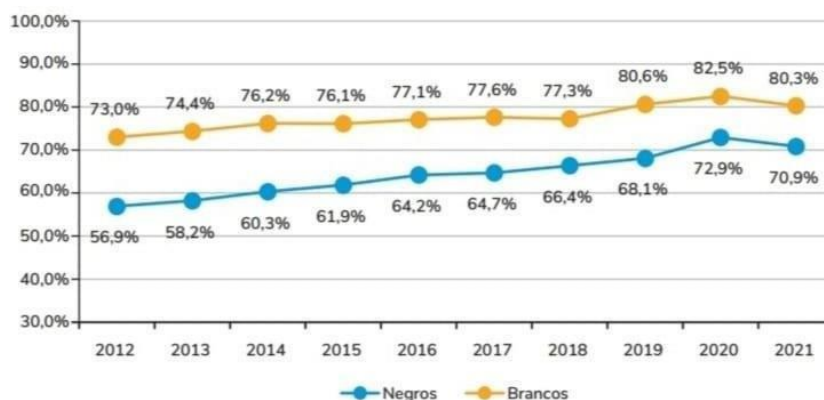


Fonte: Relatório do Quarto Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação 2022 - Elaborado pela Dired/Inep com base em dados da Pnad-c/IBGE.

A juventude pobre está mais distante da escola. Para Brandão, C. (2013, p. 34), “[...] a educação começa a reproduzir desigualdades sociais [...], quando aos poucos usa a escola, os

sistemas pedagógicos e as ‘leis do ensino’ para servir ao poder de uns poucos sobre o trabalho e a vida de muitos.” Essa desigualdade pode ser notada quando consideramos também a questão de raça entre negros e brancos. De acordo com o relatório do INEP (BRASIL, 2022, p. 101), essa desigualdade tem diminuído a passos lentos, como pode ser verificado no gráfico abaixo.

Gráfico 2 - Percentual da população de 15 a 17 anos de idade que frequentava o ensino médio ou havia concluído a Educação Básica, por raça/cor (Brasil 2012-2021).



Fonte: Relatório do Quarto Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação 2022 - Elaborado pela Dired/Inep com base em dados da Pnad-c/IBGE.

Observa-se que “[...] a tendência de ampliação do acesso sofre recuo em 2021, com queda para ambos os grupos, levando o indicador 3B para os negros a 70,9% e para os brancos a 80,3%” (BRASIL, 2022, p. 101). Esses dados podem ser reflexo de inúmeros fatores, dentre os quais podemos citar a redução de matrículas no ensino fundamental. Dados do censo escolar da educação básica trazem à tona que, no ano de “2021, foram registradas 26,5 milhões de matrículas no ensino fundamental. Esse valor é 3,0% menor do que o registrado para o ano de 2017” (BRASIL, 2021, p. 23). Outro fator diz respeito à redução do número de jovens no Brasil. Segundo o Atlas das Juventudes (2021), “após manter-se por quase duas décadas com pouco mais de 50 milhões de jovens de 15 a 29 anos de idade, [...] o Brasil verá sua população nessa faixa etária voltar para baixo desse patamar a partir de 2021, podendo ter menos da metade deste número de jovens até o fim do século” (BRASIL, 2021b, p. 9). Constata-se assim que, nos próximos anos, a quantidade de jovens no ensino médio poderá diminuir ainda mais.

Outra hipótese a ser levantada sobre a redução de matrículas do ensino médio e inscrições para o ENEM diz respeito à mudança da gestão da presidência da república desde o impeachment da presidente Dilma Rousseff. De acordo com Oliveira (2021, p. 25),

O momento iniciado a partir do governo de Michel Temer (2016-2018) tem favorecido mais intensamente a (des)regulação ou (des)regulamentação da educação

superior, assim como tem intensificado a mercantilização, privatização e mercadorização desse nível de educação.

Essa desregulação acontece também no ensino médio, o que pode ser confirmado pelo fato de que, “[...] em setembro de 2016, passados exatos 22 dias da posse de Michel Temer como Presidente da República, [...] foi exarada a Medida Provisória (MP) nº 746/2016” (FERRERETI; SILVA, 2017, p. 386), que previa a reforma do ensino médio e culminou em um Projeto de Lei “aprovado na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, sancionado e publicado no Diário Oficial da União como Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Foi, desse modo, incorporada à LDB nº 9.394/1996” (FERRERETI; SILVA, 2017, p. 397).

Com a reforma do ensino médio, as Artes e a Educação Física perdem espaço na Educação Básica, pois deixam de ser componente obrigatório e caem na flexibilização do ensino: “[...] a pedagogia da acumulação flexível, especificamente a flexibilização do ensino médio, responde a demandas da base material do atual regime de acumulação” (KUENZER, 2017, p. 342). Para Kuenzer (2017), a lógica da acumulação flexível acaba por gerar uma distribuição desigual do conhecimento:

[...] para alguns, dependendo de onde e por quanto tempo estejam integrados nas cadeias produtivas, reserva-se o direito de exercer o trabalho intelectual, integrado às atividades práticas, a partir da extensa e qualificada trajetória de escolarização; o mesmo não ocorre para a maioria dos trabalhadores, que desenvolve conhecimentos tácitos pouco sofisticados, em atividades laborais de natureza simples e desqualificada, e são precariamente qualificados por processos rápidos de treinamento, com apoio nas novas tecnologias e com os princípios da aprendizagem flexível (KUENZER, 2017, p. 341).

Diante dessa lógica de distribuição desigual do conhecimento, evidenciada na reforma do ensino médio, pode-se considerar que a juventude empobrecida, filha da classe trabalhadora, faz parte do segundo grupo referido por Kuenzer (2017), sendo as maiores vítimas de uma formação precária. Segundo Alves, M. (2016, p. 49), “no Brasil, a oferta do ensino médio sempre foi um desafio, pois, ao longo de nossa história, essa formação teve caráter propedêutico e atendia apenas os jovens da elite brasileira”.

Todo esse cenário de reprodução das desigualdades sociais no âmbito educacional se tornou mais perverso com a eleição de Jair Bolsonaro, que, ainda em campanha no ano de 2018, já apresentava o ensino a distância como uma alternativa para todos os níveis de ensino, o que indicava a influência de grupos de empresas do ensino superior, ou seja, “[...] empresários da Educação e Aparelhos Privados de Hegemonia articulados para a defesa de seus interesses, entre eles a Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED), cuja presidente é irmã do

atual Ministro da Economia, Paulo Guedes” (SOUZA; EVANGELISTA apud SILVA; OLIVEIRA, 2021, p. 146). Esse enunciado fazia parecer que o ensino remoto ou híbrido seria suficiente para solucionar o déficit educacional numa perspectiva de educação inclusiva, todavia, a tecnologia acaba por se configurar como propriedade privada de quem detém os meios de produção do capital.

Frigotto (2021) questiona esse discurso trazendo alguns dados sobre o acesso no ensino remoto:

Em relação ao acesso, o que existe é mais exclusão que inclusão. Dados do Comitê Gestor da Internet do Brasil (Cetic) indicam que 70 milhões de pessoas no Brasil têm acesso precário à internet; 56% acessam por celular, sendo que, destes, 51% têm celular pré-pago. A fetichização se expressa por um conjunto de palavras de ordem para justificar o ensino remoto ou híbrido: protagonismo juvenil, autonomia para a escolha e, a mais apelativa, o do jovem ou aluno digital (FRIGOTTO, 2021, p. 643).

Após Bolsonaro ser eleito, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) no Brasil tem passado por inúmeras instabilidades, dentre elas a troca de ministros. De lá para cá, o país já contou com quatro ministros diferentes. Em 2019, o ministro Ricardo Vélez Rodriguez, que teve uma passagem relâmpago pelo MEC (01 de janeiro a 08 de abril), declarou em uma de suas redes sociais que “a universidade não é para todos, mas somente para algumas pessoas”⁷. O ministro seguiu a fala dizendo que a universidade deveria ser reservada apenas para uma elite intelectual.

Com essa instabilidade, não é de estranhar a redução de números de estudantes tanto no ensino médio, quanto de jovens buscando a universidade, o que revela um conjunto de fatores que justifica esse decréscimo, dentre eles a atuação do MEC, que contribui para o desenvolvimento dessa crise no âmbito educacional.

[...] a crise educacional do Brasil da qual tanto se fala não seria uma crise, mas um programa em curso, cujos frutos falarão por si mesmo. Esse programa em curso se traduz em muitas políticas que cerceiam qualquer possibilidade de democratização, de formação consciente, de equidade para a educação, voltando seu esforço para a produtividade e para as bases econômicas. Durante o governo Bolsonaro, foram implementadas algumas políticas públicas educacionais que demonstram essa contramão democrática (MORAIS; SANTOS; PAIVA, 2021, p. 15).

O impeachment da presidente Dilma Rousseff em 2016 e, em seguida, a passagem do governo Temer para Bolsonaro geraram no Brasil “[...] um processo de radicalização das

⁷ Esta fala foi realizada pelo então ministro em seu Twitter e noticiada em diversos jornais. Mais informações podem ser encontradas em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/temas/educacao/universidade-nao-e-para-todos-mas-somente-para-algumas-pessoas-diz-ministro-da-educacao/>.

ofensivas da ultradireita, orientado pela cartilha do neoliberalismo e das posições conservadoras em relação aos costumes” (SILVA, 2021, p. 2).

Em 2019, as reformas de asfixiamento das políticas educacionais se intensificaram com a eleição de Jair Messias Bolsonaro (PSL), que não só manteve a conservação do ideário neoliberal e neoconservador, como aprofundou esse processo com uma política de desvalorização da educação, de sucateamento das universidades, de restrição de recursos para ciência e tecnologia, concentrando os seus esforços numa política para o mercado, para o setor financeiro, para os ruralistas (MORAIS; SANTOS; PAIVA, 2021, p. 14).

Para Silva (2021, p. 2), “[...] os efeitos do golpe de 2016 alcançam com muita força o conjunto da população de menor poder aquisitivo, empurrando-o para o abismo da desigualdade e exclusão social, como é o caso de parte dos jovens brasileiros”. Além do projeto de desmonte da educação do governo Bolsonaro, destaca-se a retirada de recursos das universidades, a busca cada vez maior da privatização do ensino, bem como a continuidade da implantação da reforma do ensino médio, que teve início com Temer. Segundo Mesquita e Lélis (2015, p. 5), “[...] a falta de infraestrutura nas escolas de ensino médio, os desencontros entre propostas curriculares, o pouco investimento na formação de professores e a baixa remuneração destes especialistas [...]” são também fatores que colaboram para a evasão e dificultam a universalização do ensino médio. Segundo Alves, M. (2016, p. 47),

O ensino médio brasileiro tem passado por diversas crises que afetam questões constitutivas dessa etapa da educação básica: concepção do ensino médio, caráter atribuído a essa formação e acesso e permanência dos jovens em sala de aula, sobretudo os jovens trabalhadores que, historicamente, ou são excluídos dessa etapa de formação ou não conseguem concluí-la.

Salvo a morosidade das políticas públicas e da pandemia que potencializou uma série de crises no Brasil, existem também os desafios do próprio ensino médio e das juventudes, dentre os quais pode ser elencada a ausência de identidade desse nível de ensino no decorrer de sua história, que ora visava ser profissionalizante, ora técnico, ora lugar de passagem para o ensino superior. Há ainda uma crítica por parte das juventudes que estudam em escolas públicas em relação ao currículo do ensino médio (LEÃO; DAYRELL; REIS, 2011). Elas ficam desejosas de que aconteça

[...] uma articulação maior entre os conteúdos e sua vida cotidiana. Parece-nos que a escola não vem possibilitando uma compreensão da realidade onde se inserem uma visão sobre o mundo do trabalho e suas exigências, um conhecimento do que a universidade pode ou não oferecer, os cursos existentes com suas especificidades e demandas próprias (LEÃO; DAYRELL; REIS, 2011, p. 1068).

Para Sposito (2008), o antigo ensino secundário foi tradicionalmente pensado para as elites e, por isso, inicialmente, possuía um perfil de preparação para a universidade. Com a sua expansão, o ensino médio ganha um caráter diferente, pois começa a ser acessado pela classe trabalhadora. Segundo a autora, essas mudanças geram um:

[...] caldeirão de tensões, bastante elucidativa das novas contradições e desigualdades que decorrem da ampliação das oportunidades de acesso à escola. [...] Uma das tensões emergentes reside no tema da identidade. Qual é a identidade desse nível da escolaridade que hoje integra a educação básica? [...] Por essas razões, o ensino profissional de qualidade e público é muito pouco disseminado. Ao se estender a segmentos mais heterogêneos da população, o ensino médio não pode ser pensado apenas como um degrau preparatório para o ensino superior, ou seja, como ensino propedêutico (SPOSITO, 2008, p. 86).

Salata (2018) endossa esta reflexão quando pontua que o ensino médio passou por um processo de expansão, garantindo mais acesso para as juventudes, entretanto, esse acesso vem com uma lacuna e colabora pouco na redução das desigualdades sociais. Para o autor, as elites buscam espaços em redes de ensino e instituições de maior prestígio. “Desse modo, mesmo em cenários onde o acesso é universalizado até para as classes mais baixas, é possível que as desigualdades sejam mantidas através dos diferenciais de ingresso a instituições de qualidade e prestígio distintos” (SALATA, 2018, p. 223).

Em 2012, as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino médio apontaram que esse ensino deveria se voltar para a “formação humana mais ampla do jovem, reforçando, porém, a importância da formação para o mundo do trabalho” (DAYRELL; JESUS, 2016, p. 417). Todavia, os números observados nas tabelas apontam que as políticas públicas voltadas para a formação e acesso ao ensino médio no Brasil estão longe de se concretizar para toda a população juvenil no país.

Segundo o UNICEF (2012), a discriminação racial é uma das principais barreiras que os jovens adolescentes brasileiros enfrentam para ter garantido seu direito à educação. Do total de excluídos da escola, a maioria é negra e parda. E a discriminação não se manifesta apenas na dificuldade de acesso, mas também na continuidade da vida escolar. A média de anos de estudo da população indica que as taxas de repetência e abandono escolar entre adolescentes negros são maiores que entre os brancos. É uma evidência de que a discriminação racial interfere de forma significativa no rendimento escolar dos alunos do Ensino Fundamental e Médio (DAYRELL; JESUS, 2010, p. 410).

Diante dessa realidade, que afeta a vida e os sonhos da juventude do Brasil, é inaceitável que a reprodução das desigualdades sociais, no contexto educacional, tenha ação do Estado,

bem como que um chefe de governo verbalize que a universidade deve ser reservada para uma elite intelectual. Toda essa movimentação demonstra que os “conflitos em torno da definição da política educacional para o ensino médio estão circunscritos a contextos permeados pelo jogo de interesses e esses extrapolam o campo educacional; os embates se dão também no campo econômico, político, social” (BARRETO, 2019, p. 75). É repreensível que, após tantos anos de luta para que o ensino médio se tornasse obrigatório, direito dos jovens brasileiros, o número de matrículas tenha sofrido queda.

O cenário que se desenha para a educação pública brasileira é coerente com o entendimento de que a educação pública é serviço e não direito. Em sendo serviço, a lógica do governo Bolsonaro é que os serviços devem ser prestados pelo setor privado, o que implica a diminuição ou retirada da participação do Estado como prestador de serviço (TAFFAREL; NEVES, 2019, p. 310).

O retrocesso no âmbito educacional no Brasil nos últimos anos é resultado de um governo de extrema-direita, neoliberal e ultraconservador que, segundo Taffarel e Neves (2019), têm visado à desresponsabilização do Estado na garantia de direitos, caminhando sempre mais para a privatização da educação, desvalorização de professores, gerando a precarização de ambientes de ensino devido ao corte de recursos. Para as autoras, os setores que estão no atual governo, como a bancada evangélica, rural, militares, dentre outros, colaboram para a “manutenção hegemônica da exploração de uma classe pela outra” (TAFFAREL; NEVES, 2019, p. 315).

Para Barreto (2019), a formulação dos currículos para qualquer etapa de ensino “enseja disputas e conflitos, tendo em vista que essa ação não se limita à definição de conteúdos a serem ministrados, mas revela e expressa concepções de mundo, de sociedade e de ser humano” (BARRETO, 2019, p. 83). A reforma do ensino médio proposta por Temer em 2016 “[...] desestruturou e desorganizou o conjunto dos conteúdos escolares, desfazendo as perspectivas de uma educação integral e unitária. Nesse sentido, houve uma desarticulação da educação geral e profissional” (LIMA; MACIEL apud BARRETO, 2019, p. 84). Essa desarticulação da educação acabou por ter reflexo também nos estados. Em Goiás, a reforma do ensino médio prevê a universalização desse nível de ensino num processo contínuo de militarização das escolas e apresenta a novidade do ensino a distância como proposta de acesso, o que desvaloriza o profissional da educação. A escola pública distancia cada vez mais os estudantes de uma educação voltada para a conscientização, como poderemos refletir no próximo tópico.

1.2 Qual a realidade por trás do discurso de universalização do ensino médio em Goiás?

Em Goiás, de acordo com o Censo de Educação Básica do INEP, entre os anos de 2013 e 2017, o ensino médio foi a etapa da educação básica que mais obteve redução do número de matrícula. Uma perda de mais de 35 mil matrículas, correspondendo a 13% de involução, saindo de 260.562 alunos em 2013 para 225.538 em 2017 (BRASIL, 2019). O ano de 2020 apresentou um acréscimo de matrículas em relação aos números de 2017, atingindo 254.320 matrículas registradas (BRASIL, 2021c). Mesmo com esse pequeno aumento, entre os anos de 2017 e 2020, é notória a estagnação na quantidade de jovens matriculados no ensino médio em Goiás. Os dados se tornam piores se observarmos o baixo número de jovens concluintes dessa etapa do ensino.

Acompanhando os dados de 2014 em Goiás, constatamos que o abandono e a evasão, ao longo das três séries que compõem o ensino médio, são bastantes expressivas: no 1º ano, 101.561 estudantes abandonaram a escola, no 2º ano, 84.027; e no 3º ano, 72.986, ou seja, uma desistência de 28,12%, tendo vista o número de matriculados entre o 1º e 3º ano (ALVES, M., 2016, p. 50).

Além da redução de matrículas e evasão escolar, existe por parte do governo estadual um forte apoio à reforma do ensino médio, iniciada por Temer em 2016, e transformada em 2017 na Lei nº 13.415/2017 (BRASIL, 2017b). Essa reforma apresenta um discurso sobre protagonismo juvenil e projeto de vida dos jovens que camufla o seu recheio de demandas mercadológicas, trazendo à tona mais uma vez na história do Brasil a característica dualista do ensino médio, que, em vez de ser um espaço de formação integral e preparação para o ensino superior, passa a ser para os pobres preparação para o trabalho, como pode ser observado no discurso do atual governador do estado de Goiás Ronaldo Caiado: “Nós daremos uma oportunidade aos jovens de se interessarem agora em fazer o ensino médio, podendo optar, sim, por um curso profissional e tendo a opção também, amanhã, de fazer a sua carreira profissional” (ALVES, M.; OLIVEIRA, 2022, p. 94). Com essa proposta, “a ênfase na formação profissional ganha uma tônica importante na reforma em Goiás” (ALVES, M.; OLIVEIRA, 2022, p. 98).

Para Alves, M. e Oliveira (2022), a reforma do ensino médio em Goiás se apresenta como uma cópia da reforma proposta em nível nacional. Além disso, a participação de profissionais da educação, estudantes e familiares nas consultas sobre a reforma no estado não foi suficiente para respaldar o interesse dos principais envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, pois o tempo para responder e discutir a reforma do ensino médio para estudantes e professores foi curto, além de os formulários apresentarem respostas objetivas, sem espaço para discussão e reflexão. De acordo com as autoras,

A ênfase na participação, ofertada pelos/as reformadores/as, não inclui prerrogativas básicas de escuta respeitosa e perspectiva dialógica, ou ainda, certa autonomia relativa. Esse processo é feito de modo que o indivíduo aceite as condições impostas. O convite para a participação fica restrito ao âmbito da consulta pontual, com curto prazo e o ônus da chancela que coaduna com a proposta (ALVES, M.; OLIVEIRA, 2022, p. 106).

Além do desenvolvimento de uma reforma do ensino médio que não obteve de forma concisa a participação da comunidade, que aponta cada vez mais para um ensino técnico, priorizando exclusivamente as disciplinas de Português e Matemática, deixando de lado as ciências humanas, existe ainda “[...] a opção do governo estadual em transferir escolas estaduais para a Polícia Militar, e fazer disso uma política educacional” (ALVES, M., 2018, p. 284). A propaganda da escola militar como lugar de disciplina e qualidade acaba por gerar um discurso que marginaliza a escola estadual.

[...] os primeiros duzentos dias do governo Caiado destacam discursos e práticas para a educação básica, como uma ‘perspectiva cívica’ e um discurso ‘moralizante’, com a obrigatoriedade da execução do Hino Nacional e do Hino de Goiás nas escolas, um alinhamento entre Estado e igreja muito presente em várias ações do governo estadual e destaque às escolas estaduais militarizadas (ALVES, M.; OLIVEIRA, 2022, p. 94).

Resês e Paulo (2019) apontam que as ideias sobre escolas militares fazem parte da história da educação no Brasil desde seus primórdios. Para os autores, “[...] devemos considerar que, já na primeira república, com a política café com leite, imperaram as práticas coronelistas em todo o país, especialmente em Goiás” (RESÊS; PAULO, 2019, p. 704). Os autores evidenciam ainda que se tratava de escolas elitizadas “[...] e voltadas aos interesses dos coronéis, fortalecendo ideais militares como manutenção da soberania burguesa patriarcal” (2019, p. 704). Infelizmente, esse modelo de escola tem ganhado força nos últimos anos em Goiás.

O grande objetivo alcançado da medida governamental em militarizar escolas estaduais, há quase duas décadas em Goiás, é apresentar à sociedade uma gestão cujas palavras fundamentais são monitoramento e punição, que constituem formas de controle social capazes de “manter” a ordem estabelecida e vigente. Em nada a militarização das escolas goianas enfatiza algum aprimoramento pedagógico na construção do conhecimento por parte dos estudantes (RESÊS; PAULO, 2019, p. 706-707).

Para Alves, M. (2018, p. 280), “os colégios geridos pela PM se inserem na lógica da elitização de uma pequena parte das escolas estaduais para atender a um público que não teria condições de manter seus filhos em escolas privadas”, mas que conseguem pagar uma

contribuição em troca dessa escola de qualidade. Situações assim podem fazer com que os oprimidos hospedem em si o opressor: “Na sua alienação querem, a todo custo, parecer com o opressor. Imitá-lo. Segui-lo. Isso se verifica, sobretudo, nos oprimidos de ‘classe média’, cujo anseio é serem iguais ao ‘homem ilustre’ da chamada classe ‘superior’” (FREIRE, 2005, p. 55).

Alves, M., Toschi e Ferreira (2018) pontuam que o governo oferece condições de funcionamento distintas para as escolas militarizadas, pois, enquanto elas

possuem uma excelente infraestrutura física, que mantêm com as taxas que recebem dos familiares, e um substantivo reforço de pessoal com altas funções gratificadas, [...] as escolas estaduais convivem com a precariedade da infraestrutura, a falta de pessoal. Assim a um pequeno grupo, o dos colégios militares, é garantida uma educação pública diferenciada, enquanto a maioria da população convive com a precariedade da escola e o abandono do poder público (ALVES, M.; TOSCHI; FERREIRA 2018, p. 284).

Para as autoras, “a militarização representa grave ameaça para a escola pública goiana, pois promove uma perversa diferenciação na rede estadual que ameaça o direito de todos a uma educação de qualidade” (ALVES, M.; TOSCHI; FERREIRA, 2018, p. 284). A militarização das escolas no estado de Goiás, um fenômeno cada vez mais crescente, minimiza o dever do Estado de garantir o direito à educação pública, gratuita e de qualidade para todos.

Após situar a questão da militarização, existe outra problemática em Goiás que colabora com a distribuição desigual do conhecimento. O governo estadual tem se apropriado do discurso sobre a universalização do ensino médio e a necessidade de aumento de matrículas para 85% até o fim da PNE 2014/2024, reproduzindo o incentivo federal ao ensino a distância na educação básica.

O projeto Goiás Tec⁸ – Ensino Médio ao Alcance de Todos, aprovado na Assembleia Legislativa de Goiás em 2020, é um exemplo da reprodução do projeto do governo Bolsonaro, isso porque propõe o ensino remoto com o uso das tecnologias para comunidades da zona rural e algumas regiões urbanas onde a Seduc-GO acredita que há carência de professores capacitados, com o intuito de tornar o ensino acessível independente da região geográfica. A proposta é que professores especializados gravem as aulas em estúdios na cidade de Goiânia e,

⁸ “O programa Goiás Tec ofertará o uso de ferramentas tecnológicas ao ensino médio, que irá possibilitar aos estudantes, em salas de aula interativa de sua comunidade, o acesso às aulas transmitidas via satélite por professores habilitados, que estarão em estúdio. De acordo com a justificativa do projeto, a Seduc, por meio do Despacho nº 4.332/2019/GESG, enfatizou a relevância da proposta ressaltando que o projeto foi aprovado pelo Conselho Estadual de Educação (CEE), em 23 de agosto de 2019, possuindo como fundamentos as diretrizes vigentes, e contribuindo com a universalização do ensino médio, conforme estabelece o Plano Nacional de Educação (PNE), referente à elevação da taxa de matrículas para 85%, até o ano de 2024” (ALEGO, 2020, on-line, n.p).

no lugar em que os alunos se encontram, exista um professor mediador: “[...] o ensino será mediado pelas tecnologias de informação e comunicação, via plataforma de telecomunicação” (ALEGO, 2020, on-line, n.p).

Com a intenção manifesta de tornar a educação mais acessível por meio da tecnologia, o projeto Goiás-Tec solapa a relação educador e educando que existe em sala de aula e desvaloriza o profissional da educação, já que pode ser substituído pela teleaula. Isso acaba por reproduzir a educação bancária criticada por Paulo Freire (2005), na qual o professor, que nesse caso estará distante dos alunos, aparecerá numa tela como o dono do conhecimento que deposita o seu saber no aprendiz, enquanto este se limita a repetir o conteúdo, sem dar significado ao que foi depositado. A concepção “bancária” anula o poder criador dos educandos, que acabam por unicamente receber e se adaptar a este mundo que lhes é apresentado, adquirindo assim uma compreensão falsa dos homens, reduzidos a coisas e não a seres pensantes.

E porque os homens, nesta visão, ao receberem o mundo que neles entra, já são seres passivos, cabe à educação apassivá-los mais ainda e adaptá-los ao mundo. Quanto mais adaptados para a concepção “bancária”, tanto mais “educados”, porque adequados ao mundo (FREIRE, 2005, p. 73).

Nota-se que há no estado de Goiás um acúmulo de problemas: evasão escolar, uma reforma que não respeita a voz de professores e estudantes, um processo contínuo de militarização das escolas e a proposta do ensino a distância. Toda essa realidade, vinda de um discurso que aponta para a universalização e o acesso, nega o direito à educação de qualidade para as juventudes e utiliza-se da educação bancária para a manutenção das estruturas de dominação. O dualismo do ensino médio presente em sua concepção se repete atrás dos discursos governamentais de universalização e acesso.

Contrapondo-se a esse modelo pedagógico, Freire indica a necessidade de uma educação problematizadora que vise à libertação dos homens, uma educação dialógica, em que educador e educando sejam sujeitos de aprendizagem e ensino, em que ambos eduquem e sejam educados. “É através deste que se opera a superação de que resulta um termo novo: não mais educador do educando, não mais educando do educador, mas educador-educando com educando-educador” (FREIRE, 2005, p. 79). Os cursos populares de preparação para o vestibular

[...] são iniciativas educacionais e políticas de trabalhadores em educação, de grupos comunitários e organizações sociais diversas. Na maioria desses cursos, observam-se preocupações políticas que extrapolam a preparação para o vestibular e que se explicitam nos discursos dos seus participantes, nas propostas e nas práticas, desde

atividades desenvolvidas em sala de aula, visando à construção de uma nova consciência em seus educandos (consciência racial, de gênero, de classe, dos problemas sociais etc.) (NASCIMENTO; IGNÁCIO; PINHEIRO, 2004, p. 201).

Nesse sentido, pode-se dizer que os cursos populares pré-vestibular constroem e buscam essa educação problematizadora apontada por Paulo Freire (2005), uma educação que aspire à formação integral dos sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. No próximo capítulo, será apresentado o CAJUEIRO, instituição que atua na perspectiva da educação popular, entre cujos projetos destaca-se o Trilha Uni, curso pré-vestibular popular que atende os jovens sujeitos de investigação desta pesquisa.

2 CAJUEIRO: UMA HISTÓRIA EM DIÁLOGO COM A EDUCAÇÃO POPULAR

O CAJUEIRO atua na perspectiva da educação popular desde sua fundação e tem o intuito de promover a solidariedade entre grupos que estão historicamente à margem da vida dos dominantes, com ênfase na defesa e promoção dos direitos das juventudes. Este capítulo tem como objetivo apresentar os projetos, programas e publicações do CAJUEIRO, apontando a sua história em diálogo com a educação popular, tendo como autor referencial Paulo Freire.

Barreto (2019), em sua tese de doutorado, reflete sobre como a educação, em especial o ensino médio, que atende o público jovem, é condicionada para servir aos interesses do Estado, que ora a utiliza para priorizar o trabalho técnico, ora como lugar de passagem para o ensino superior, ora como formação para o ensino propedêutico. A questão é que a educação formal acaba servindo para a perpetuação das desigualdades sociais, reproduzindo um sistema de dominação. Brandão, C. (2013) sinaliza a esperança de que, se a educação e a cultura foram criadas e forjadas para servir a um projeto de dominação, ela pode ser criada e recriada também em outras perspectivas, considerando que o ser humano vive em permanente transformação. “Assim como a vida é maior que a *forma*, a *educação* é maior do que o *controle formal* sobre a educação” (BRANDÃO, C., 2013, p. 108). Ainda segundo o autor:

À margem da vida dos dominantes, dos escravos aos boias-frias de hoje, os subalternos souberam criar, dentro dos limites estreitos em que sempre lhes foi permitido “criar” alguma coisa sua, os seus modos próprios de saber e de viver. [...] Sempre que possível, criaram formas peculiares de solidariedade para dentro da classe, e de resistência e manipulação para fora dela (2013, p. 108-109).

Para o CAJUEIRO, é fundamental “Assumir os princípios da educação popular, ou seja: da problematização da realidade, amorosidade e intencionalidade política, a favor de um mundo justo” (VIEIRA, 2020, p. 8). Foi dessa forma, numa espera que não era vã, que em 2013 os amigos/as, pesquisadores/as e voluntários/as começaram a luta para manter um espaço de articulação, cuidado, formação e acompanhamento da juventude marginalizada, sempre pensando na formação integral do ser humano.

O grupo que fundou o CAJUEIRO teve sua primeira sede na casa de Lourival Rodrigues Silva, em cujo quintal foi plantado, de forma simbólica, um pé de caju, com o intuito de dizer que, se antes era fruto, agora é semente, que cria raízes e se torna um pé de árvore que seguirá dando frutos. Dessa forma, “a sombra desta árvore” foi escolhida para esperar e preparar a chegada das juventudes “como o jardineiro prepara o jardim para a rosa que se abrirá na primavera” (FREIRE, 2000, on-line, n.p).

Foto 1 - Parte do grupo de associados e associadas do CAJUEIRO em 2013 na Casa do Lourival, primeira cede do CAJUEIRO.



Fonte: Redes Sociais do Cajueiro.

Depois de passar por lugares distintos, com atividades inicialmente nas casas dos membros fundadores, o CAJUEIRO foi acolhido pelo Espaço Cultural Cara Vídeo, localizado no Setor Sul de Goiânia, espaço que acolhe outros grupos que também buscam a construção de um mundo mais justo. O Espaço tem passado por crises financeiras, e sua manutenção é um desafio para todos os grupos que ali se encontram. Em 2018, o prédio estava com diversos problemas de infiltração por causa das chuvas, e seu acervo estava se deteriorando. Assim, no ano de 2019, as Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado, congregação da Igreja Católica parceira do CAJUEIRO, cederam temporariamente a casa que tinham também no Setor Sul, enquanto se realizavam as reformas do Espaço Cultural Cara Vídeo. Em 2020, as Missionárias de Jesus Crucificado venderam a casa em que o CAJUEIRO estava e, dessa forma, o grupo voltou para o Espaço Cultural.

O CAJUEIRO, desde sua fundação, busca a construção de uma sede própria, mas enfrenta sérios desafios, pois, como se trata de uma instituição sem fins lucrativos, o grupo se mantém com recursos de projetos aprovados por instituições filantrópicas⁹, em sua maioria fora do Brasil, e o valor destinado é específico para a realização dos projetos, não sendo geradas verbas para a compra ou construção de uma sede. Mesmo assim, graças a um esforço coletivo,

⁹ O grupo conta com quase 50 instituições parceiras. Dentre as instituições que enviam recursos financeiros por meio de projetos, podemos destacar: La Abula - Espanha, DKA- Áustria, Advenit – Alemanha. Mais informações disponíveis em: <https://cajueiro.org.br/parceiros/>.

na ata da última assembleia do CAJUEIRO, realizada em março de 2022, consta a seguinte informação:

Para animar a esperança, a reunião trouxe a boa nova para o grupo ampliado com a notícia da aquisição do Espaço CAJUEIRO na cidade de Senador Canedo, Aurisberg trouxe fotos do espaço e também explicou como foi o processo de compra do local, o sonho desde 2013 de buscar um local para a sede do Cajueiro começa a ser concretizado, Berg enfatizou que a sede é um lugar nosso, de responsabilidade coletiva, que o CAJUEIRO não tem financiamento para construção da sede, mas tem o espaço (CAJUEIRO, 2022, on-line, n.p).¹⁰

De acordo com o artigo 34 do estatuto do CAJUEIRO:

Constituem fontes de recursos da Associação:

- I. as doações e dotações, legados, heranças, subsídios e quaisquer auxílios que lhe forem concedidos por pessoas físicas ou jurídicas, de direito privado ou de direito público, nacionais ou estrangeiras, bem como os rendimentos produzidos por esses bens;
- II. as receitas provenientes dos serviços prestados (assessorias, consultorias, treinamentos e outros), da venda de publicações, dos objetos e outras produções próprias ou de parceiros; de doações de associados/as, bem como as receitas patrimoniais;
- III. receita proveniente de contratos, convênios e termos de parceria, celebrada com pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privada;
- IV. Rendimentos financeiros e outras rendas eventuais;
- V. anuidade dos associados (CAJUEIRO, 2021, ANEXO G).

O grupo tem organizado campanhas como a “Sou CAJUEIRO”, que visa à doação financeira de parceiros para os projetos, e se mantém também pelo trabalho voluntário, como estipulado no quarto artigo do estatuto, em parágrafo único:

A Associação não distribui entre os seus associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e os aplica integralmente na consecução do seu objetivo social (CAJUEIRO, 2021, ANEXO G).

Situar a forma como o CAJUEIRO vem se formando é necessário devido ao fato de que a constituição desse centro é, em essência, sinal de resistência, resiliência e coragem, por conseguinte, os projetos realizados pelo CAJUEIRO atuam nessa mesma direção de defesa da vida em abundância para todos os povos e todas as gentes e, principalmente, na defesa da vida da juventude que está nas periferias. Uma das finalidades do centro de pesquisa é: “Defender os jovens, lutando para garantir-lhes melhores condições de vida e seus direitos sociais, de

¹⁰ Anexo C.

saúde, econômicos, culturais e ambientais em vista de uma vida segura” (CAJUEIRO, 2022, on-line, n.p).

Trata-se de um grupo que compreende que, no Brasil, apesar das riquezas naturais e culturais, com povos e etnias diferentes, a formação social foi forjada numa estrutura de dominação, de violências e injustiças, produzindo desigualdades e constituindo uma hierarquia social na qual acontece a exploração dos grupos desfavorecidos pelos grupos dominantes, e que até mesmo a educação aparece como instrumento de manutenção desse sistema de produção. Por isso, a importância de encontrar alternativas para o caminho da inclusão e interculturalidade.

A educação latina enfim separa em duas vertentes o que se pode aprender. Uma é a da *oficina do trabalho*, para onde vão os filhos dos escravos, dos servos e dos trabalhadores artesãos. Outra é a *escola livresca*, para onde vai o futuro senhor (o dirigente livre do trabalho e do Estado) e o seu mediador, o funcionário burocrata do Estado ou de negócios particulares (BRANDÃO, C., 2013, p. 54).

Há uma genealogia das famílias que ocupam os espaços de poder, com os intelectuais do poder sendo filhos dos senhores da terra, uma herança do patriarcalismo no Brasil, onde o poder é herdado. Por entender que crescemos e vivemos numa estrutura social eurocêntrica e que romper com essa estrutura requer muito esforço pessoal e coletivo, o CAJUEIRO busca com os vários projetos que realiza o amadurecimento de uma consciência crítica construída e baseada no diálogo. O grupo que atua na linha da educação popular considera, assim como Paulo Freire, que o desenvolvimento dessa consciência crítica e a construção de um novo homem não poderão ser feitos na individualidade, mas sim na coletividade, afinal: “Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: Os homens se libertam na coletividade” (FREIRE, 2005, p. 58).

Nas publicações de livros e subsídios feitos e/ou organizados e apoiados pelo CAJUEIRO, há uma aproximação grande com esse princípio de coletividade presente na educação popular freiriana. É o que podemos constatar nesse trecho de apresentação do material *Na trilha do Grupo de jovens*: “ninguém conscientiza ninguém”. A gente se conscientiza juntos, por isso a proposta do subsídio é para vivermos e refletirmos os assuntos ligados às questões de integração conosco mesmos, com a comunidade e com o universo. Isso feito em e no grupo” (PIERO, 2013, p. 7). É a partir dessa consciência construída na coletividade que as pessoas conseguem olhar para si mesmas, para os outros e assim se percebem enquanto sujeitos/as de transformação da realidade posta.

Outro ponto de diálogo da educação popular na perspectiva freiriana e o CAJUEIRO é que, em sua essência, ambos são lugares de denúncia e anúncio. Freire (2005) denuncia a relação opressor e oprimido na sociedade e, por conseguinte, na educação. Para o autor, a opressão violenta impede o homem de “*ser mais*”, pois o que vale para o opressor é “*ter mais*”, e os oprimidos acabam correndo o risco de admirar o “*ter mais*” e hospedar em si o opressor, criando um ciclo no qual não há relações de humanidade, mas relações de poder e disputa de poder.

O autor sugere a superação dessa contradição a partir do desenvolvimento da consciência crítica e da construção de um novo homem, construção esta que só é possível ser realizada a partir do momento em que se compreende que não existe “*saber mais*” e “*saber menos*”. O que existe são saberes diferentes, e todos os saberes podem colaborar na construção de uma consciência crítica e libertadora. Aqui surge outra característica da educação popular, que só é possível ser realizada se feita na coletividade, pois ela não é feita “*para*”, mas “*com*”.

Ensinar é consequência do aprender, é preciso confiar no saber do outro, isso porque “[...] nas condições de verdadeira aprendizagem, os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinado, ao lado do educador, igualmente sujeito do processo” (FREIRE, 2014, p. 28).

Foto 2 - Grupo do Cajueiro iniciando assembleia do ano de 2019 com uma dança circular.



Fonte: Redes Sociais do Cajueiro (2022).

Para gerar esse movimento em que todos são sujeitos de ensinar e aprender, o CAJUEIRO utiliza-se muito da metodologia das rodas de conversa.

Roda é uma metodologia marcada pela circularidade e pelo diálogo. A circularidade cultiva, entre os/as jovens e adultos, uma condição de igualdade. Colocar-se em círculo, uma pessoa diante da outra, olhos nos olhos para poder dizer o que pensam e, assim, construir-se como pessoas autônomas porque podem expressar sua palavra ao mundo (VIEIRA, 2020, p. 8).

É no diálogo, olhando para a sua realidade e refletindo sobre ela, que o homem encontra-se consigo, com os outros e nos outros. Esse olhar para a realidade requer distanciamento e aproximação, reflexão e ação. É a partir dessa constituição da consciência crítica que o homem se reconhece enquanto sujeito de transformação da realidade posta.

Para atuar nessa perspectiva da ação e reflexão, ou seja, da “*práxis*”, o CAJUEIRO se utiliza de três eixos estruturantes, sendo eles: a formação, a assessoria e a pesquisa. A instituição defende a “*formação integral*” e trabalha com a “*metodologia da educação popular, que parte dos sujeitos, visando a empoderar as pessoas para que, de maneira autônoma, planejem ações e se engajem na transformação social*” (CAJUEIRO, 2022, on-line, n.p). Seguindo as ideias de Freire, o CAJUEIRO acredita que: “*Distanciando-se de seu mundo vivido, problematizando-o, ‘descodificando-o’ criticamente, no mesmo movimento da consciência, o homem se redescobre como sujeito instaurador desse mundo de sua experiência*” (FREIRE, 2005, p. 14).

No eixo da assessoria, o CAJUEIRO presta “*serviço de apoio a grupos, instituições e pastorais a partir de suas necessidades e do trabalho que já desenvolvem*” (CAJUEIRO, 2022, on-line, n.p). A instituição compreende que “*a consciência do mundo e a consciência de si crescem juntas e em razão direta*” (FREIRE, 2005, p. 15), e que a consciência traz à tona o comprometimento com a transformação. Ao comprometer-se, o oprimido se liberta e caminha com os homens para a libertação de todos. Para Freire, só o oprimido pode se libertar e libertar também o opressor do seu lugar de dominação. O *ter mais* é confortável para quem oprime e faz com que ele violente o *ter menos* do oprimido, todavia, o que interessa na educação popular é o *ser mais* dos homens. Um *ser mais* que acabe com a violência que viola os direitos e silencia as pessoas.

Nesse sentido de “*ser mais*”, no eixo da pesquisa, o CAJUEIRO “*visa à investigação, estudo e produção do conhecimento fazendo a leitura das realidades sociais de modo a compreender o mundo juvenil e as implicações referentes à vida da juventude*” (CAJUEIRO, 2022, on-line, n.p). A instituição acredita que:

Este esforço busca influenciar a ação dos que atuam diretamente com os jovens e seus agrupamentos, produzindo reflexões e indicadores de atuação metodológica e política

junto aos adolescentes e jovens através de publicações que socializam este conhecimento (CAJUEIRO, 2022, on-line, n.p).

Dessa maneira, o CAJUEIRO busca instigar uma educação problematizadora que não serve para o opressor, porque desperta os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem para serem mais, e este *ser mais* chama para a constituição de uma consciência crítica que só será construída em comunhão com os outros. O *ser mais* estimula a criação, a solidariedade e o comprometimento com a transformação. A educação problematizadora, ou seja, a educação para a liberdade é humanizadora porque mobiliza o caminhar juntos por meio do diálogo, da reflexão e da ação. De acordo com o artigo 7º do estatuto do CAJUEIRO, para o cumprimento de suas finalidades, a associação “poderá se organizar em redes, com outras instituições em qualquer território nacional e internacional” (CAJUEIRO, 2021, ANEXO G), ou seja, trabalhar coletivamente para realizar “sua missão e objetivos”.

Ninguém pode ser, autenticamente, proibindo que os outros sejam. Esta é uma exigência radical. O *ser mais* que se busque no individualismo conduz ao *ter mais* egoísta, forma de *ser menos*. De desumanização. Não que não seja fundamental – repetamos – ter para ser. Precisamente porque é, não pode o ter de alguns converter-se na obstacularização ao ter demais, robustecendo o poder dos primeiros, com o qual esmagam os segundos, na sua escassez de poder (FREIRE, 2005, p. 86).

Nesse ponto, o autor traz algo fundamental, pois podemos perceber de forma clara que a luta do oprimido contra o opressor não é para que todos sejam oprimidos, e tenham menos, ao contrário, a luta é para que não existam mais situações de violação dos direitos do homem. O oprimido, no processo de libertação, de humanização, liberta a si e ao opressor visando à constituição de um novo homem, e essa constituição “[...] só é possível se integramos à dimensão individual a dimensão coletiva, uma perspectiva de que somos únicos, mas, ao mesmo tempo, parte de um todo que nos constitui” (MATUTINO; VIEIRA, 2021, p. 6).

A educação para a liberdade traz à tona o diálogo. Para Freire (2005), a palavra não pode ser vazia de significado, pois uma palavra cheia de reflexão, porém sem ação, é mero “*blá-blá-blá*” (FREIRE, 2005). Por outro lado, a palavra que visa somente à ação sem reflexão é puro ativismo. O CAJUEIRO, por atuar com o princípio de Rede, ou seja, sempre em diálogo com outros grupos, tem a sua ação acompanhada de reflexão e vice-versa, “assumindo uma ação de cooperação e construção de solidariedade entre grupos que promovem juntos ações de intervenção no mundo das juventudes” (CAJUEIRO, 2022, on-line, n.p).

A palavra verdadeira, a palavra autêntica, segundo Paulo Freire (2005), é aquela baseada na *práxis*, na ação e reflexão, esta que só pode ser feita na coletividade, pois a palavra deve ser

direito de todos e todas e não privilegio de alguns. O diálogo, nesse processo da *práxis*, é uma exigência existencial e, para que o diálogo se efetive, é necessário amor, fé nos homens, humildade e esperança. Quando lidas superficialmente, essas palavras parecem românticas e ingênuas, entretanto, Paulo Freire (2005) demonstra, em sua obra *Pedagogia do Oprimido*, de maneira rigorosa e sistemática, o quanto elas têm poder revolucionário. O amor requer compromisso com os homens e, por isso, é um ato de coragem. A criação do CAJUEIRO pode ser considerada um gesto de coragem e amor coletivo pela juventude. O amor, com a humildade, exige abertura para compreender que o outro também é sujeito de conhecimento e não um ser ignorante.

A autossuficiência é incompatível com o diálogo. Os homens que não têm humildade, ou a perdem, não podem aproximar-se do povo. Não podem ser seus companheiros de pronúncia do mundo. Se alguém não é capaz de sentir-se e saber-se tão homem quanto os outros, é que lhe falta muito ainda que caminhar, para chegar ao lugar do encontro com eles (FREIRE, 2005, p. 93).

O homem dialógico tem fé nos homens, acredita e confia nos homens. A esperança e a fé fazem com que, no diálogo, os homens se tornem “companheiros na pronúncia do mundo”, daí também a importância da palavra verdadeira. “Dizer uma coisa e fazer outra, não levando a palavra a sério, não pode ser estímulo de confiança” (FREIRE, 2005, p. 94). Nesse ponto, encontramos outro fator fundamental na educação popular, que Paulo Freire tem como ponto fundamental: a coerência.

O impossível para mim é a falta de coerência, mesmo reconhecendo a impossibilidade de uma coerência absoluta. No fundo, esta qualidade ou esta virtude, a coerência, demanda de nós a inserção num permanente processo de busca, exige de nós paciência e humildade, virtudes também no trato com os outros. E às vezes nos achamos, por razões, carentes dessas virtudes fundamentais ao exercício da outra, a coerência (FREIRE, 2005, p. 91).

A busca pela coerência exige atenção o tempo todo e, por isso, é um exercício difícil que deve ser feito constantemente. Não basta pensar certo, é necessário fazer certo, e aproximada vez mais o que se diz do que se faz (FREIRE, 2014). No amor, na palavra, na ação, na reflexão, no diálogo e na coerência, o grupo do CAJUEIRO se constitui constantemente a serviço de projetos feitos para e com as juventudes. Em uma de suas publicações, o grupo destaca: “Nosso desejo é que estas rodas sobre Projeto de vida sejam, de fato, um suporte, que ajudem a sustentar os sonhos e as esperanças, reconhecendo cada dia como uma oportunidade de nos tornarmos pessoas melhores e mais felizes” (MATUTINO; VIEIRA, 2021, p. 6).

Ao escolher a educação voltada para a conscientização, o grupo do CAJUEIRO compreende que este é um caminho permeado por desafios:

[...] é um exercício de ousadia e aproximação, pois trata da atitude pedagógica de observar, escutar as falas das juventudes, seus gritos, medos, sonhos, alegrias e provocações, de modo a desencadear um processo de reflexão sobre quem são esses sujeitos (VIEIRA, 2020, p. 7).

Freire e Shor (2011), na obra *Medo e ousadia*, alertam para o risco de escolher a educação libertadora como uma forma de trabalho. Vivemos numa estrutura social em que o conservadorismo é predominante, e o ensino tradicional em que só o professor detém saber e “deposita conteúdos nos alunos” gera certo comodismo. Dessa forma, pode-se dizer que os riscos de trabalhar com uma educação para a liberdade são grandes, pois pode implicar desconfiança dos alunos, de instituições e dos pais. “Educar para a morte é mais fácil e cômodo. Educar para a vida é assumir o conflito. Educar para vida supõe escolhas, decisões, construção de caminhos novos que nem sempre conseguimos acompanhar” (TEIXEIRA; SILVA, 2012, p. 92).

Profissionais da educação que buscam uma educação libertadora correm o risco de estranhamento, seja por parte das instituições, seja dos estudantes que “têm expectativas tradicionais”.

O mercado de trabalho é pobre, o custo de vida é alto, o custo da faculdade está aumentando. Assim, os estudantes querem saber, rapidamente, qual o valor de mercado do curso. Ressentem-se de ter que cursar matérias obrigatórias de ciências humanas, que os fazem “perder tempo” (FREIRE; SHOR, 2011, p. 115).

Nota-se que, mesmo em tempos históricos distintos e distantes, as reflexões de Freire e Shor podem ser aplicadas na atualidade. Os alunos estão preocupados com o mercado de trabalho, em conseguir emprego e, como poderemos observar nos próximos capítulos, a busca por trabalho é uma preocupação corriqueira para boa parte de jovens que chegam ao projeto “Na Trilha da Universidade” no CAJUEIRO. Dessa forma, é interessante que os educadores conheçam a realidade em que estão trabalhando, buscando compreender as possibilidades e os limites do contexto de atuação. E aí, sim, a partir dessa compreensão das possibilidades e limites, atuar para a transformação.

O educador tradicional e o educador democrático têm ambos de ser competentes na habilidade de educar os estudantes quanto às qualificações que os empregos exigem. Mas o tradicional faz isso com uma ideologia que se preocupa com a preservação da ordem estabelecida. O educador libertador procurará ser eficiente na formação dos

educandos científica e tecnicamente, mas tentará *desvendar* a ideologia envolvida nas próprias expectativas dos estudantes (FREIRE; SHOR, 2011, p. 117).

Ao diferenciar o educador tradicional e o educador democrático, Freire e Shor (2011) trazem também alguns conceitos que ajudam a diferenciar as educações tradicional e libertadora, como rigor, autoridade e autoritarismo. Enquanto para a educação tradicional o rigor está ligado à forma autoritária de pensar o currículo, e a transferência técnica no conhecimento está voltada para a manutenção da ordem, na educação libertadora, educador e educando estabelecem uma relação horizontal e não vertical, na qual todos são sujeitos cognoscentes, e o rigor tem a ver com a responsabilidade de cada um/a em construir o conhecimento e a reflexão. O rigor não é associado à rigidez, porque a rigidez não se transforma.

Nós nos tornamos algo mais porque estamos aprendendo, estamos conhecendo, porque mais do que observar, estamos mudando. Para mim, esta é uma das conotações do rigor criativo na educação dialógica, uma das conotações mais importantes. Se você não muda, quando está conhecendo o objeto de estudo, você não está sendo rigoroso (FREIRE; SHOR, 2011, p. 141).

O rigor não significa rigidez, mas disciplina na leitura, na reflexão, no diálogo, implica que os alunos sejam os próprios fazedores de seu conhecimento, implica criatividade, disciplina e transformação. Na primeira publicação do material da metodologia das rodas¹¹ de conversa que surgiu ainda nos tempos da CAJU, organizada pelo grupo que hoje compõe o CAJUEIRO, os autores anunciam o que se aproxima do que Freire e Shor chamam de rigor e disciplina. O texto diz: “educadores e educadoras, vocês recebem em suas mãos um trabalho primoroso, rigoroso, saboroso e precioso” e “O texto deve ser vivo, produzir frutos e flores” (TEIXEIRA; SILVA, 2011, p. 5).

Estudar é fundamental para o processo de transformação, é preciso ler, reler, refletir, dialogar, discutir, e tudo isso requer trabalho e rigor. Incorporar o pensamento crítico na vida cotidiana não é tarefa fácil, mas conscientizar-se de sua própria identidade, dentro de uma relação dialógica e de respeito às diferenças, colabora para que a produção do conhecimento ocorra de maneira prazerosa, e é isso que o CAJUEIRO busca oferecer com seus projetos. Para o Centro de Pesquisa: “A necessidade de ampliar a atitude de escuta dos/as jovens a partir deles/as é uma exigência de quem deseja construir reações às diversas dores, preconceitos, extermínio e criminalização dos/as jovens” (TEIXEIRA; SILVA, 2011, p. 6). Freire e Shor (2011) destacam a importância da utopia e do sonho, mostrando que a educação como prática

¹¹ Mais informações sobre as publicações da metodologia das rodas de conversa serão encontradas no próximo tópico deste capítulo, onde estão os programas, publicações e projetos.

da liberdade é um sonho possível, é denúncia e anúncio da realidade. Quão pobre seria uma revolução sem sonhos.

2.1 CAJUEIRO: Programas, publicações e projetos

Os projetos realizados e planejados pelo grupo são subdivididos em quatro programas, sendo eles: assessoria, formação integral, pesquisa e sustentabilidade. Dentro de cada programa, existem os projetos e suas ações. No programa de assessoria, os projetos que estão em funcionamento englobam: assessorias às instituições e entidades, articulação com as redes em favor da vida, e a Campanha Nacional pelo Fim do Ciclo de Violência contra a Mulher, organizada pela Pastoral da Juventude.

No programa de pesquisa, o CAJUEIRO conta com a participação no Observatório Juventudes da Contemporaneidade. Nesse programa, o grupo visa a “incentivar a formação integral de lideranças nas seguintes áreas: metodologia, políticas públicas, espiritualidade, defesa de direitos, saúde, sexualidade, economia solidária, arte e cultura, dentre outros” (CAJUEIRO, 2022, on-line, n.p). Para atingir esses objetivos, o Centro possui várias publicações, das quais damos alguns exemplos abaixo.

Figura 1 - Publicações do Cajueiro: Rodas de Conversa e demais produções.



Fonte: Material divulgado no site do Cajueiro, 2022.

Na figura acima, temos na coluna à esquerda a primeira publicação, que se trata da oitava edição do *Ofício Divino da Juventude*, que chegou a ser editado pela antiga Casa da Juventude, mas suas edições atualizadas têm sido organizadas pelo mesmo grupo que agora compõe o CAJUEIRO. O “Ofício Divino da Juventude é uma coletânea de orações e cantos que visa a auxiliar na preparação dos momentos de celebração. Numa perspectiva ecumênica e lúdica” (CAJUEIRO, 2022, on-line, n.p).

A segunda publicação da coluna esquerda é um roteiro que ajuda na reflexão do projeto de vida, é um livro de bolso que faz parte da coleção *Papo Jovem*, também reeditado com o CAJUEIRO. “As reflexões estão organizadas em exercícios pessoais de modo a retomar nossa história pessoal, realidade onde vivemos, o sonho de sociedade, revisão do dia a dia, a profissão, estudo e rotinas de vida” (CAJUEIRO, 2022, on-line, n.p). Em sequência, temos o livro *Redescobrir o amor e o serviço aos e às jovens: Inspirações bíblicas da Pastoral da Juventude na América Latina*, que convida a conhecer os lugares bíblicos e o jovem de Nazaré, convidando a aprendermos a conviver em comunidade (CAJUEIRO, 2022, on-line, n.p). A última publicação desta coluna trata-se da produção mais recente do CAJUEIRO, o “*HQ marcas Invisíveis*”, que aborda questões da violência contra a mulher por meio da história em quadrinho.

Na coluna à direita, temos as quatro publicações sobre a metodologia das rodas de conversa.

As rodas de conversas nasceram em 2008 na Casa da Juventude – Goiânia/GO. Foi uma experiência coletiva e, a partir da experiência de Lourival Rodrigues da Silva, que participou na organização do Conselho Nacional de Juventude e era membro da Câmara de Formação. O Conselho Nacional de Juventude assumiu na sua construção o conceito de Juventude como sujeito e, por isso, a metodologia das Rodas de Diálogo tinha esta tarefa de escutar as juventudes. A primeira roda foi construída em 2008, porém só foi publicada pela CAJU/Goiânia em 2010 com a primeira edição da Roda “A Juventude Quer Viver”. Depois os direitos de publicação ficaram com o Centro de Juventude CAJUEIRO (CAJUEIRO, 2022, on-line, n.p).

O CAJUEIRO seguiu trabalhando com a metodologia das rodas de conversa, uma das quais trouxe a seguinte temática: “*Educação, violência e religião: na busca pela construção de direitos*”. Outra roda presente do quadro é o material sobre “*Juventude e projeto de vida, transgredir para construir outras possibilidades*”. Uma terceira roda de conversa tem a temática “*Participação e controle social de políticas públicas de juventude: diálogos na construção de direitos*”. A última roda de conversa produzida tem o tema: “*Pela vida das companheiras! Enfrentando os ciclos de violência contra as mulheres*” (CAJUEIRO, 2022, on-line, n.p).

Na figura a seguir, temos uma chamada para conhecer a livraria do CAJUEIRO, com o livro *Juventudes: Educação e religião em cenários de violência*.

Este é um livro plural e singular. Como discute o tema da juventude, tem que ser plural como é a população jovem brasileira. Por isso, encontraremos abordagens sobre juventudes, educação, trabalho, violência, religião, política, jovens indígenas. Todavia, esse também é um livro singular, uma vez que assume os riscos, ao trazer para o debate público, de defendermos as juventudes. Fazer a defesa dos jovens não é algo banal (CAJUEIRO, 2022, on-line, n.p).

O livro foi organizado pela professora Miriam Fábila Alves¹² e por Aurisberg Leite Matutino¹³.

Figura 2 - Publicações do Cajueiro: Juventudes – Educação e Religião em cenários de Violência.



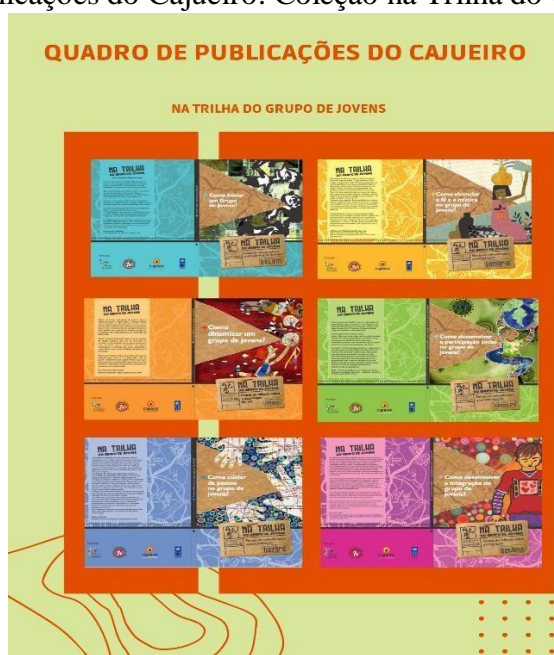
Fonte: Material divulgado no site do Cajueiro, 2022.

¹² Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (2007), mestre em Educação pela Universidade Federal de Goiás (2000), Licenciada em História pela Universidade Estadual de Goiás (1992). Realizou Estágio Pós-Doutoral na Universidade de Sevilha, na Espanha, no ano de 2018. Professora associada na Faculdade de Educação/UFG e docente no Programa de Pós-Graduação em Educação. Coordena o Grupo de Estudos e pesquisas em Políticas Educacionais e Juventude (GEPEJ). Atua como Diretora Financeira da Anped. Disponível em: <https://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do;jsessionid=26C6A5CFC028772277C8F5F42E5D5FF4>.

¹³ Doutorando em Arte e Cultura Visual pela Universidade Federal de Goiás, possui graduação em Artes Visuais, com habilitação em Design Gráfico, UFG (2001), especialista/MBA em Gestão de Marketing e Comunicação pela Faculdade Cambury (2005), Licenciatura em Artes - Faculdade Alfamérica, Mestre em Cultura Visual, Área de Concentração Educação e Visualidades (2012). Foi professor dos Cursos de Design Gráfico e Produção Multimídia da Faculdade Senac-GO, faz parte da equipe de coordenação do CAJUEIRO – Centro de Formação, Assessoria e Pesquisa em Juventude. Disponível em: <https://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do;jsessionid=26C6A5CFC028772277C8F5F42E5D5FF4>.

Por último, temos na terceira figura a coleção “Na trilha do grupo de Jovens”, destinada para coordenadores de grupos juvenis, lideranças e assessores de juventude. A coleção é organizada a partir dos lugares bíblicos pelos quais Jesus passou, como Belém, Betânia, Emaús, Jerusalém, Nazaré e Samaria, sendo cada cidade um convite para diversas vivências no grupo de jovens. A coletânea também vem desde a Casa da Juventude, e foi reeditada pelo CAJUEIRO.

Figura 3 - Publicações do Cajueiro: Coleção na Trilha do Grupo de jovens.



Fonte: Material divulgado no site do Cajueiro, 2022.

Após apresentar as publicações organizadas pelo programa da pesquisa no CAJUEIRO, pode-se observar que o grupo carrega marcas profundas da CAJU, que era propriedade da congregação religiosa jesuíta. Notamos que muitas publicações do CAJUEIRO são ainda voltadas exclusivamente para o público da igreja.

Adiante, seguimos para o programa Sustentabilidade. Como dito anteriormente, o Centro de Juventude conta com a colaboração de entidades parceiras¹⁴ no financiamento de alguns projetos. Entre as diversas empresas parceiras apontadas no site da entidade, vale citar aqui as que mais apoiaram o projeto Trilha Uni ao longo dos anos:

¹⁴ No site do CAJUEIRO, estão listadas as demais instituições parceiras. Para mais informações, acessar: <https://cajueiro.org.br/parceiros/>.

Fundación Promenor/ Madrid/ Espanha – Fundação de apoio à juventude empobrecida. Destaca-se principalmente por vincular-se a projetos de acesso ao ensino superior em países empobrecidos.

La Abuela/ Espanha – Organização de uma família de Barcelona para manter viva a memória da Avó que sempre se dedicou para que jovens pudessem ter acesso à universidade como um caminho de superar as limitações.

Mandato Deputado Karlos Cabral – Uma parceria com o gabinete do Deputado Karlos Cabral e a Assembleia Legislativa do Estado de Goiás. Contribui mensalmente com cópias, parte do material didático para o Projeto Na Trilha da Universidade, além de outros suportes (CAJUEIRO, 2022, on-line, n.p).

Além dos recursos financeiros dessas instituições, o CAJUEIRO conta também com captação de recursos por meio da campanha “Sou CAJUEIRO”, anuidade dos sócios e o trabalho voluntário da maioria dos colaboradores.

Já na formação integral, a associação visa a “promover projetos sociais, cursos e seminários para a capacitação de agentes comunitários, lideranças, gestores, educadores e organizações sociais” (CAJUEIRO, 2022, on-line, n.p). Nela estão os projetos “seminários do bem viver”, cujas edições são organizadas pelo que o grupo denomina de “Rede Caminhos de Esperança”¹⁵, composta por diversos grupos espalhados por todo o Brasil e pelo mundo, com a proposta de trabalhar na perspectiva do diálogo com as diferentes culturas, compreendendo a mística e espiritualidade de cada uma.

Este Seminário é uma realização da Rede Caminho de Esperança, sendo organizado pelo Centro de Juventude CAJUEIRO. Tem como objetivos dialogar sobre a formação por meio da educação popular. Identificar os desafios da capacitação de lideranças em vista do Bem Viver, fortalecer a rede e os grupos de pessoas que trabalham com as juventudes tendo em vista uma perspectiva de futuro (CAJUEIRO, 2022, on-line, n.p).

Ainda na perspectiva da formação integral, há também ofício nas casas, momento de espiritualidade do grupo:

¹⁵ Grupos que pertencem à rede: Adveniat/Alemanha – <https://www.adveniat.org/>, Cajueiro – Centro de Formação, Assessoria e Pesquisa (CAJUEIRO) www.cajueiro.org.br, CJV – Centro Vocacional Juvenil – <https://www.facebook.com/cjvosj/>, CPT- Comissão Pastoral da Terra – <https://www.cptnacional.org.br/>, CRB – Conferência dos Religiosos do Brasil – <https://crbnacional.org.br/>, CNS – Congregação de Nossa Senhora – Cônegas de Santo Agostinho <https://goo.gl/Gh8JnA>, DKA/Áustria – <https://goo.gl/rqPMvR>, IBRACE – Instituto Brasil Central – <https://www.facebook.com/InstitutoBrasilCentral/>, ICJ – Instituto Catarinense de Juventude <http://icj.org.br/novo/>, IJA – Instituto Juventude da Amazônia/Pará <https://fb.me/instituto.juventude.amazonia>, IFJ-MA – Instituto de Formação Juvenil do Maranhão <https://www.facebook.com/IFJMA/>, IPV – Instituto Pastoral Vocacional www.ipv.org.br, IPJ-Leste II – Instituto de Pastoral da Juventude – <https://www.facebook.com/IPJLeste/>, IPJ-Instituto Paulista de Juventude www.ipejota.org.br, Irmãs de São José de Tarbes/Brasil <https://www.facebook.com/sjtbrasil/>, Maristas – Província Brasil Centro Norte – <https://marista.edu.br/>, MJC – Missionárias de Jesus Crucificado <http://www.mjc.org.br/>, OJC – Observatório Juventudes na Contemporaneidade <https://goo.gl/iEZ2AB>, Patarayu – Centro de Formação da Juventude – Roraima, PJ – Pastoral da Juventude Nacional www.pj.org.br, RACJ – Rede de Assessores/as e Cuidadores/as de Manaus <https://goo.gl/TJg>, Rede Maria Rosa – Um coletivo de mulheres para atender os abusos. Disponível em: <https://cajueiro.org.br/rede-caminho-de-esperanca/>.

O ofício divino da Juventude é uma forma única de oração que permite a leitura divina e teológica da realidade da juventude. Como uma das finalidades do Cajueiro é incentivar e promover uma espiritualidade libertadora, independentemente de crença religiosa, o Ofício Divino da Juventude nas Casas é uma das atividades desenvolvidas por essa associação (CAJUEIRO, 2022, on-line, n.p).

No site, são oferecidos cursos virtuais, como Projeto de Vida e Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Este curso sugere a reflexão sobre o acompanhamento do projeto de vida integral às juventudes. Ele mostra o caminho feito pelo CAJUEIRO desde os tempos da CAJU, com sua busca incansável pelo cuidado e pela atenção a juventudes, e questiona como a temática sobre o projeto de vida foi incorporada na BNCC sem uma compreensão profunda do assunto. Além do curso direcionado para escolas e profissionais da educação, há também na plataforma o curso de metodologia das rodas de conversa. Por último, dentro desse programa, estão grupos de educação popular como o “Jovem Comunica”, que visa à capacitação de adolescentes e jovens empobrecidos “para que tenham uma visão crítica e qualificada dos meios de comunicação, compreendendo a função social, política e cultural da mídia” (CAJUEIRO, 2022, on-line, n.p), a “Escola de Educadores de Adolescentes e Jovens”, que oferece “capacitação metodológica, para o acompanhamento qualificado na ação multiplicadora” (CAJUEIRO, 2022, on-line, n.p) para quem atua diretamente com jovens e, por fim, o “Na Trilha da Universidade”, projeto desenvolvido pelo CAJUEIRO desde 2013 e que oferece “formação pós-mídia para os jovens empobrecidos, com o objetivo de prepará-los para a vivência social politicamente ativa e o ingresso nos estudos universitários” (CAJUEIRO, 2019, ANEXO F). Esse último projeto diz respeito ao local onde se encontram os jovens sujeitos de investigação desta pesquisa, e ganhará foco no próximo capítulo.

3 NA TRILHA DA UNIVERSIDADE: UM PROJETO DE PREPARAÇÃO PARA O ENEM REALIZADO PARA E COM JOVENS DA PERIFERIA DE GOIÂNIA

Este capítulo busca apresentar o caso do Projeto de Educação Popular “Na Trilha da Universidade”, conhecido como Trilha Uni. Trata-se de um projeto que nasce na perspectiva dos cursos pré-vestibulares e que está dentro do programa de formação integral do CAJUEIRO, oferecendo gratuitamente curso preparatório para a prova do Enem, além de acompanhamento com rodas de conversas com diversas temáticas sobre a vida das juventudes.

Os cursos pré-vestibulares começaram a surgir no fim da década de 1980. Eles “[...] nasceram como questionamento explícito às instituições educacionais e com a proposta de constituição de um movimento social pela democratização do ensino superior” (NASCIMENTO; IGNÁCIO; PINHEIRO, 2004, p. 199).

O Trilha Uni pode ser considerado um projeto que desenvolve políticas de ações afirmativas, que “[...] podem ser entendidas como intervenções nas instituições com o objetivo de promover a diversidade sociocultural, a igualdade de oportunidades e o acesso material aos direitos para grupos sociais marginalizados, sobretudo entre os grupos étnico-raciais” (NASCIMENTO; IGNÁCIO; PINHEIRO, 2004, p. 193). O Trilha Uni tem como público-alvo jovens em situação de vulnerabilidade social da região metropolitana de Goiânia, historicamente à margem da sociedade. Ainda neste capítulo será apresentado o perfil dos jovens que chegam ao projeto e, na sequência, buscaremos chegar ao objetivo principal da dissertação, investigar como os jovens do projeto “Na Trilha da Universidade” percebem e enfrentam o lugar que a sociedade destina para eles. Esse objetivo só poderá ser desenvolvido porque as fichas de inscrição no Trilha Uni respondidas pelas juventudes contêm questões que buscam a reflexão dos jovens nesta direção.

O projeto, que tinha o nome de PREUNI, teve suas atividades iniciadas em 2006, quando estava na CAJU. Até 2012 chegou a atender cerca de 500 jovens da região metropolitana de Goiânia. Em 2013, quando passou a ser coordenado pelo CAJUEIRO, o projeto ganhou o nome de Trilha Uni. A mudança de nome veio porque a proposta era trabalhar mais do que a preparação para o ingresso na universidade, mas dialogar com as juventudes nessa trilha onde todos e todas são sujeitos de transformação. O projeto oferece formação para jovens empobrecidos, com atenção às juventudes negras, tendo como objetivo “prepará-los para a vivência social politicamente ativa e o ingresso nos estudos universitários, reconhecendo e respeitando a diversidade com vistas a um novo projeto societário e de vida pessoal” (CAJUEIRO, 2019, ANEXO F).

Foto 3 - Parte dos Jovens participantes do Trilha Uni em 2018.



Fonte: Redes Sociais do Cajueiro (2022).

Em 2013, ano da fundação do CAJUEIRO, o Trilha Uni foi realizado apenas no segundo semestre. Em 2014, aconteceu durante todo o ano e, a partir de 2015, começou a ser realizado três meses por semestre, de segundas a sextas-feiras. Após uma avaliação da coordenação do projeto em 2019, concluiu-se que uma das maiores dificuldades dos anos anteriores foi a de “[...] garantir uma maior participação de presença dos jovens nas atividades, devido às condições sociais e econômica dos mesmos” (CAJUEIRO, 2019, ANEXO F).

Dessa forma, de acordo com o relatório de avaliação, a proposta para o ano de 2019 era a de realizar o projeto em apenas um dia da semana. Assim, o projeto passou a ser executado no sábado, com o intuito “[...] de diminuir os gastos financeiros com transportes e o tempo de estudos e trabalho dos jovens durante a semana” (CAJUEIRO, 2019, ANEXO F). Além disso, passou a oferecer café da manhã, almoço e lanche da tarde para os estudantes.

Foto 4 - Voluntárias servindo almoço para jovens do Trilha Uni 2019.



Fonte: Redes Sociais Cajueiro.

O projeto seguiu sendo organizado três meses por semestre.

As atividades de formação acontecerão a partir de 4 eixos: Linguagens, Sociedade, Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias. Estes eixos serão trabalhados a partir de aulas aos sábados, trabalhos de aprofundamentos com grupos de estudo específicos durante a semana e tempos para refletir projetos de vida (CAJUEIRO, 2022, on-line, n.p).

Ressalta-se que os alunos que já participaram de alguma edição do projeto podem se inscrever novamente, em outro semestre, caso julgarem necessário. Para cada semestre, são disponibilizadas até 50 vagas. No relatório organizado pela presidente do CAJUEIRO, Carmem Lúcia Teixeira, em 2018, constatamos que

O projeto está em sua 9ª Edição e já passaram por este projeto cerca de 540 jovens. Vários deles já aprovados em universidades públicas e privadas, em vários cursos. Também pelos cursos passaram vários educadores/as e coordenadoras/es. O projeto é fruto de uma ação voluntária de pessoas e conta com a colaboração de vários grupos e instituições: Centro Cultural Cara Vídeo, o programa ProAfro/PUC-GO, Missionárias de Jesus Crucificado, dois grupos da Espanha – Promenor e La Abuela, Observatório Juventudes na Contemporaneidade. Nestas últimas edições, tivemos apoio do mandato do Karlos Cabral com as cópias. Neste ano de 2018, estamos com a parceria da Universidade Estadual de Goiás (CAJUEIRO, 2018, on-line, n.p).¹⁶

Observa-se que o projeto é realizado coletivamente, marca fundamental da educação popular de Paulo Freire (2005), segundo o qual é no diálogo, olhando para a sua realidade e refletindo sobre ela, que o homem se encontra consigo, com os outros e nos outros. Nessa

¹⁶ Informações retiradas de relatórios e documentos do CAJUEIRO serão citadas da seguinte maneira: DOC=Documento, Cajueiro, o anexo em que se encontra e também o Ano.

direção, a equipe de coordenação do projeto visa sempre a “propiciar aulas dinâmicas, disponibilizando instrumentos que estimulem a criatividade e o senso crítico dos jovens, para que sejam diligentes às diversas formas de aprendizagem e aos diferentes saberes disponíveis” (CAJUEIRO, 2019, ANEXO F) e assim trilhar um caminho participativo em que educadores e educandos têm voz, vez e lugar.

Foto 5 - Momento de interação entre as juventudes participantes do Trilha Uni 2019.



Fonte: Redes Sociais do Cajueiro (2022).

A fim de tecer reflexões sobre o processo de preparação para o Enem por meio da observação documental do projeto Trilha Uni a seguir, tecemos o perfil das juventudes que chegam ao projeto, destacando as questões de raça, renda, trabalho, dependência administrativa e expectativas em relação ao projeto.

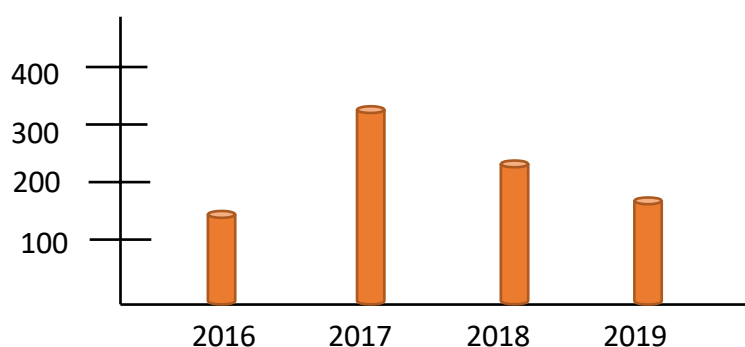
3.1 Quem são os jovens do Trilha Uni? Perfil dos inscritos e participantes (2016-2019)

A partir da coleta dos dados das fichas de inscrição dos anos de 2016 a 2019, faremos dois agrupamentos para ajudar na ilustração dos dados. O primeiro será realizado com gráficos que apontam a realidade de inscritos no projeto Trilha Uni, nos quais serão apontados quem são os jovens do Trilha Uni, focalizando dependência administrativa, renda familiar, trabalho e raça. Em seguida, teremos outro agrupamento com gráficos e tabelas, trazendo dados dos jovens do Trilha Uni, abordando as questões sobre suas expectativas ao ingressar no projeto. Por fim, serão organizadas em quadros as respostas dos jovens do Trilha Uni que estão nas fichas de

inscrição sobre como percebem o Brasil, os desafios de ser jovem, seus sonhos, desejos e como se percebem nesse contexto. Adiante, podem ser observadas as reflexões e os gráficos do primeiro agrupamento com a inclusão do número de inscritos de cada ano.

Entre 2016 e 2019, o Trilha Uni recebeu quase mil inscrições. Só no ano de 2016, 188 jovens fizeram a inscrição, em 2017, o número de inscritos aumentou para 302 jovens, já em 2018, houve 273 inscrições, e 2019 alcançou um total de 191 jovens. O gráfico a seguir ilustra esses dados.

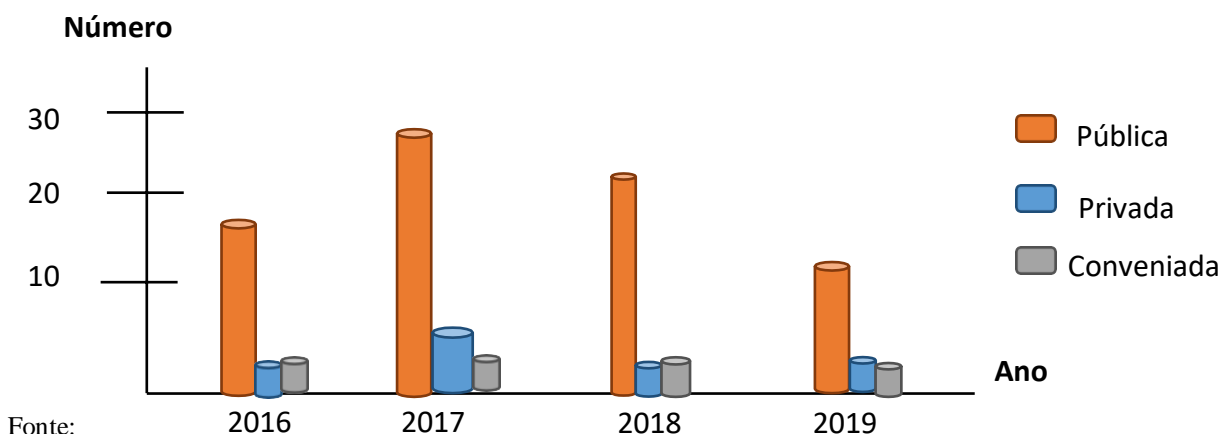
Gráfico 3 - Número de inscritos no Trilha Uni de 2016 a 2019.



Fonte: Elaboração própria a partir das fichas de inscrição do Trilha Uni do Cajueiro, 2022.

Do total de jovens do ano de 2016, 170 estudantes vinham de escola pública, nove de escola privada e nove de escolas conveniadas; em 2017, dos 302 inscritos, 273 eram de escola pública, sendo que, entre os que estavam em escolas privadas, num total de 20, quatro relataram vir de escola pública e um jovem possuía bolsa integral na escola privada, nove jovens estavam em colégios conveniados. Observa-se que quase 100% da juventude que participou do projeto em 2017 estudava em escola pública. Quanto ao ano de 2018, também em relação à dependência administrativa, para saber se vinham de escolas públicas, privadas ou conveniadas, o resultado foi o seguinte: dois concluíram o ensino médio por meio da Educação de Jovens e Adultos (EJA) em instituições privadas, 11 jovens relataram estudar em escolas privadas, sendo que, desses, dois eram bolsistas, 13 estavam em escolas conveniadas, um em instituição filantrópica, dois declararam não estudar, e 244 jovens eram de escola pública, ou seja, mais de 90% vinham do ensino público. O ano de 2019 contou com um total de 191 inscrições, dentre elas, 116 vinham de escola pública, nove de escolas conveniadas, dez de instituições privadas, um de colégio militar e cinco responderam que estudaram toda a vida em escola pública, mas, no ensino médio, foram para a escola privada. O gráfico a seguir traz a apreensão desses dados.

Gráfico 4 - Número de alunos do Trilha Uni por dependências administrativas de 2016 a 2019.



Elaboração própria a partir das fichas de inscrição para o Trilha Uni do Cajueiro, 2022.

Observa-se que a maioria dos jovens que chegam ao Trilha Uni em todos os anos é oriunda de escolas públicas. Portes (2001) assinala que cursos de carreiras tradicionais, como Medicina, Engenharia e Direito, são de difícil acesso para alunos provindos de escola pública. De acordo com o autor, “a entrada nessas carreiras parece ser restrita àqueles que possuem um volume mais significativo de capital escolar e cultural” (PORTES, 2001, p. 11). Isso demonstra que o Brasil, em sua formação cultural, segue dividindo e destinando, na educação, no mercado de trabalho e na sociedade como um todo, um lugar para a elite e um lugar para os pobres.

Há uma compreensão por parte das próprias juventudes de “[...] que a escola pública é direcionada para os mais pobres e que ela não oferece a mesma qualidade de ensino que oferecem as escolas privadas” (ALVES, M., 2016, p. 63). Ainda assim, poderemos ver adiante que o sonho de acessar a universidade, incluindo os cursos mais concorridos, é parte integrante e significativa do desejo das juventudes que se inscreveram para o Trilha Uni. Observa-se que há uma contradição, pois, ao mesmo tempo que a escola pública é entendida como espaço para jovens pobres, é nela também que se visualiza a possibilidade de mobilidade social. Alves, M. (2016) afirma que essa contradição deve ser alvo de novas pesquisas e investigações.

No que diz respeito ao trabalho, dos 188 jovens que chegaram ao Trilha Uni em 2016, 69 relataram que estavam trabalhando, 66 que estavam desempregados, à procura de emprego, e 53 nunca haviam trabalhado. Nesse ponto, podemos observar uma das características dos jovens que chegam ao projeto: são filhos/as e parte da classe trabalhadora. Pode-se observar

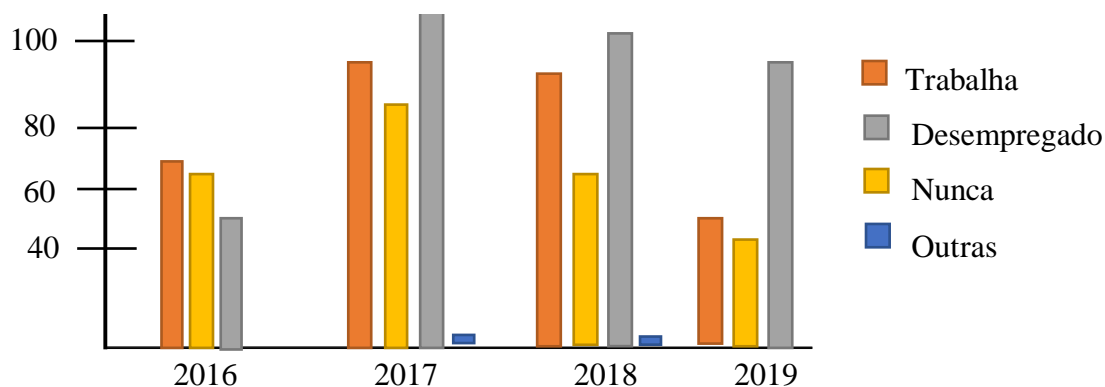
esse dado também nos próximos anos. Em 2017, o Trilha Uni obteve um total de 302 inscritos, dos quais, na ficha de inscrição, 83 jovens trouxeram à tona sua realidade de desempregados em busca de emprego. Alguns deles chegaram a relatar suas experiências profissionais, como trabalho em feiras e confecção de chocolates. Isso demonstra que uma das expectativas colocadas sobre o ingresso no Trilha Uni era também conseguir emprego, como poderemos ver em dados mais adiante. Ainda em 2017, 92 jovens estavam trabalhando, três preferiram não responder à questão, e 124 relataram nunca ter trabalhado. Dessa forma, “os jovens têm mais dificuldades de acesso ao trabalho e mais probabilidades de saída dos empregos” (ARROYO, 2014, p. 164). Constatamos que a maioria dos jovens do Trilha Uni, tanto em 2016 quanto 2017 e nos anos de 2018 e 2019, como será evidenciado, já conhecia a realidade do primeiro emprego. Entre os jovens trabalhadores no ano de 2018, 86 estavam trabalhando, 66 estavam desempregados, à procura de emprego, 119 não trabalhavam, e dois estavam no programa menor aprendiz. Entre os relatos dos inscritos sobre as vantagens e desvantagens de ser jovem,

estava a seguinte descrição:

As coisas boas podem ser citadas como a rápida comunicação e informações, dando aos jovens o pleno conhecimento da realidade do estado, do país e do mundo. As coisas difíceis são a falta de oportunidade levando muitos a desacreditar de si próprio, e às vezes deixando os estudos para segundo plano, em busca de trabalho prematuro (JOVEM1, CAJUEIRO, 2018).

Esse relato da ficha de inscrição demonstra a realidade de muitos desses jovens, que têm consciência das dificuldades do mercado de trabalho e acabam por necessidade deixando os estudos em busca do primeiro emprego. Em 2019, dos 191 inscritos, 90 nunca haviam trabalhado, 42 estavam desempregados, 57 estavam trabalhando, um disse trabalhar, mas que estava “encostado” pela indústria, e um não respondeu. Adiante, no gráfico, é possível observar a relação das juventudes que estão trabalhando, em busca de trabalho e desempregadas de cada ano.

Gráfico 5 - Número de alunos do Trilha Uni em relação ao trabalho.

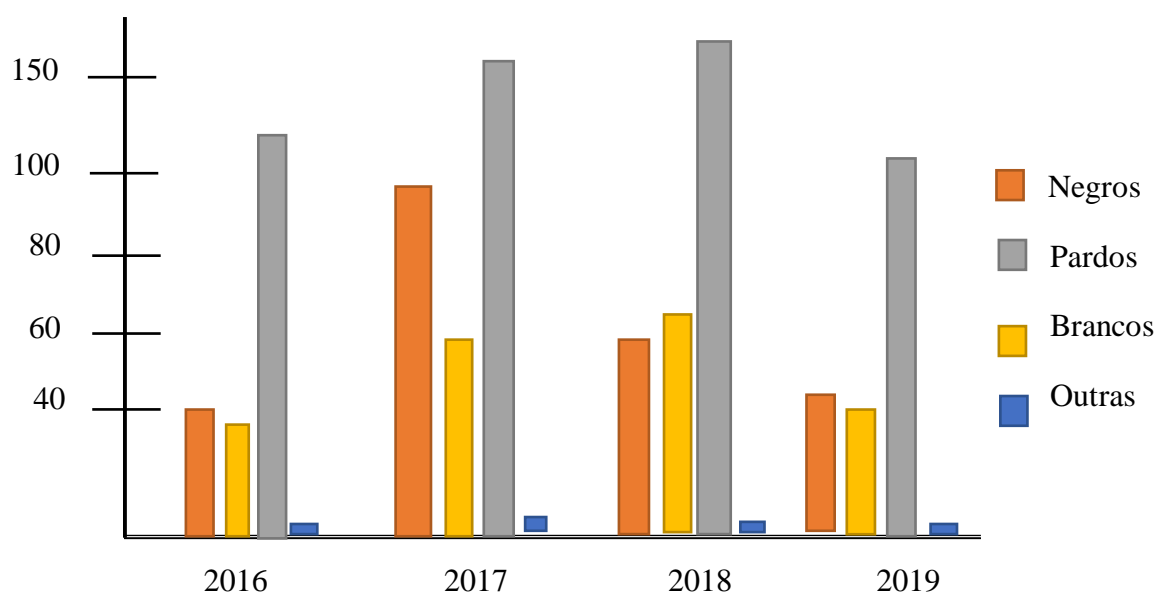


Fonte: Elaboração própria a partir das fichas de inscrição para o Trilha Uni do Cajueiro, 2022.

Na opção de jovens que responderam que nunca trabalharam fora de casa, vale considerar o que Gramsci (1995, p. 138-139) pontua: “o estudo é também trabalho, e muito fatigante, com um tirocínio particular próprio, não só muscular nervoso, mas intelectual”. Entretanto, há aqueles que, mesmo com o trabalho de estudar, buscam emprego para ter o mínimo de renda, realizando uma dupla jornada de trabalho. O número de jovens empregados, somado ao número de desempregados que já trabalharam e estão à procura de emprego, demonstra que o público que mais acessa o Trilha Uni em todos os anos são jovens da classe trabalhadora. Na opção “outras” do gráfico, estão os jovens que optaram por não responder ou que estão em programas como o menor aprendiz.

No que diz respeito à raça e etnia, em 2016, 37 se declararam brancos, um amarelo, 40 negros e 110 pardos. No ano de 2017, 89 jovens se declararam negros, um quilombola, um indígena, um albino, um amarelo, 56 brancos, 149 pardos e quatro não responderam. Nesses dados, podemos observar a diversidade do público que este projeto atende. Em 2018, dos 273 jovens que preencheram a ficha de inscrição, 155 se declararam pardos, 58 negros, 54 brancos, dois eram indígenas, um amarelo, um moreno, um albino e um não respondeu. Em 2019, 104 se declararam pardos, 42 negros, 40 brancos, dois indígenas e três não responderam.

Gráfico 6 - Número de jovens participantes do Trilha Uni por questão de raça.



Fonte: Elaboração própria a partir das fichas de inscrição para o Trilha Uni - Cajueiro, 2022.

A legenda azul, que aponta “outras”, inclui jovens indígenas, amarelos, albinos e que não responderam. Observa-se que a maioria das juventudes inscritas se declara parda, sendo

que, de acordo com o levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2013)¹⁷, jovens pretos e pardos incluem a raça negra. Assim, nota-se que a maioria dos estudantes que chega ao Trilha Uni é negra.

Outro fator importante nesse primeiro agrupamento de gráficos para começar a identificar o perfil das juventudes que chegam ao Trilha Uni é a questão da renda familiar, que foi englobada nas fichas de inscrição a partir do ano de 2017. Nesse ano, a desigualdade social aparece de maneira discrepante, pois, dos 302 inscritos de 2017, a renda da família de 63 jovens era de zero a um salário mínimo e, entre esses, alguns relataram a presença de até sete pessoas morando na mesma casa; 147 jovens são de família que vivem com renda de um a dois salários mínimos mensais, com relatos também de muitos moradores em casa; outros 63 jovens responderam à questão mencionando que a família recebe entre dois e três salários mínimos, chegando a conviver com cinco pessoas em casa; 20 jovens possuem em família um ganho entre três e quatro salários; quatro jovens não souberam responder, um respondeu que atualmente não possui renda mensal, e apenas quatro jovens possuem um movimento financeiro com mais de cinco salários.

Essa realidade que se apresenta é inquietante e demonstra o quanto a luta por igualdade social tem ainda um grande caminho pela frente. Salata (2018, p. 232) afirma que, “no ano de 2015, para cada filho a mais na família, a chance de acesso ao ensino superior era reduzida em 25%, e jovens provenientes de famílias monoparentais apresentavam chances 30% menores”. A percepção de que as juventudes com baixa renda familiar têm sobre as oportunidades que lhes são ofertadas pode ser notada no relato de um jovem participante do Trilha Uni:

Sendo jovem, gosto de ver que tenho opções de caminhos para seguir. Mas, por ser de uma classe baixa, não vejo investimento da sociedade na juventude e acaba que o caminho certo é sempre o mais difícil, pois temos duas escolhas trabalhar e estudar muito ou trabalhar e estudar muito (JOVEM2, CAJUEIRO, 2017).

Na resposta desse jovem, fica claro para quem é destinado o direito à educação de qualidade no Brasil, pois, enquanto os filhos dos trabalhadores, da classe pobre, precisam exercer as funções de trabalhar e estudar ao mesmo tempo, para os filhos da elite, fica reservado o direito do estudo em tempo integral. O Trilha Uni busca com sua atuação diminuir essa desigualdade da educação que separa as pessoas em duas vertentes, oferecendo uma educação de qualidade para aqueles a quem o acesso e permanência na educação são restringidos.

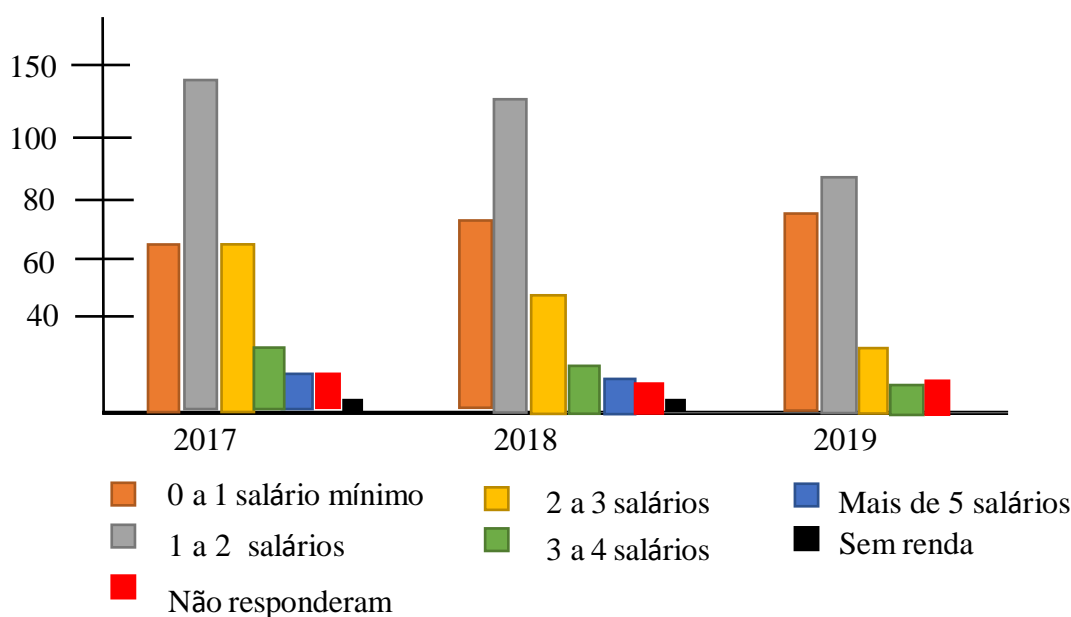
¹⁷ Segundo o IBGE, no estudo das características étnico-raciais da população, classificação e identidades realizado no ano de 2013, pretos e pardos integram a raça negra. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv63405.pdf>.

A maioria dos que buscaram o Trilha Uni em 2018, com um total de 135 jovens, possuía uma renda familiar entre um e dois salários mínimos. Vale destacar que, nas fichas de inscrição, jovens com essa renda moravam em casas ou barracões com até oito pessoas, boa parte das casas era cedida, 72 inscritos conviviam com menos de um salário mínimo, dois relataram não possuir renda alguma, 46 recebiam cerca de dois a três salários. Dentro desse público, também havia relatos de grande número de pessoas morando da mesma casa. Três não souberam responder, 11 tinham renda familiar entre três e quatro salários, e apenas quatro renda com mais de cinco salários.

Em relação à renda familiar dos inscritos em 2019, 75 jovens pontuaram que a família vive com menos de um salário mínimo, 82 marcaram a opção de um a dois salários mensais, 23 possuem renda entre dois e três salários, três responderam a alternativa de três a quatro salários e quatro não souberam responder. Vale ressaltar a informação de que a maioria das famílias possui entre quatro e sete habitantes na mesma casa. De acordo com o relato de uma jovem: “As dificuldades diárias para nós com renda limitada é a falta de oportunidade no mercado de trabalho, já as boas são movimentos acessíveis como este” (JOVEM3, CAJUEIRO,2019).

Esses dados e relatos ajudam a perceber a importância de cursos de educação popular como o Trilha Uni, um lugar de acolhida dessas juventudes que estão à margem e precisam da garantia do direito básico à educação, ser vistas e cuidadas.

Gráfico 7 - Número de inscritos no Trilha Uni por renda familiar.



A questão da renda familiar foi incorporada nas fichas de inscrição a partir do ano de 2017, por isso, 2016 não aparece no gráfico. Esse é um dado importante para agregarmos no perfil das juventudes que chegam ao Trilha Uni. Majoritariamente, a renda familiar desses jovens não passa de dois salários mínimos. E aqui destacamos outro fator: o grande número de pessoas que convivem na mesma casa dividindo a renda. Chegamos a encontrar relatos de jovens com renda de até dois salários que convivem com até oito pessoas na mesma casa. Vale destacar que:

A baixa renda familiar é um importante elemento que estimula o abandono da escola e o ingresso prematuro no mercado de trabalho. A relação entre o presente de evasão e inserção precoce no mercado de trabalho terá reflexos futuros na estratificação e mobilidade social (MESQUITA; MARQUES JR.; SIMÕES, 2012, p. 40).

Temos a partir desse primeiro agrupamento de gráficos o perfil dos jovens participantes do Trilha Uni. Nota-se que, em sua maioria, estudam na escola pública, fazem parte da classe trabalhadora, são negros e pobres.

No próximo agrupamento, traremos gráficos e tabelas para colaborar na elucidação do que as juventudes esperam ao chegar ao projeto e, por fim, buscaremos levantar quais as percepções das juventudes que chegam ao Trilha Uni em relação ao seu lugar na sociedade. Isso porque: “Mover-se ao encontro dos/as jovens. Esse é um convite, um chamado, a todas as pessoas que lutam, sonham e constroem no dia a dia, alternativas e possibilidades de vida” (TEIXEIRA; SILVA, 2011, p. 6), além de que, “para o entendimento dos processos sociais em que os jovens se envolvem, é necessário recorrer à forma como expressam seus comportamentos, gostos, opções de vida, esperanças e desesperanças” (FEFFERMANN, 2006, p. 188). Sendo assim, para uma verdadeira aproximação da realidade juvenil, é necessário disponibilidade para caminhar junto deles/as.

3.2 Expectativas das juventudes que chegam ao Trilha Uni

As fichas de inscrição analisadas nesta dissertação contêm uma questão que engloba as expectativas dos jovens que se inscrevem para o projeto “Na Trilha da Universidade”. Em 2016, 133 jovens responderam que buscavam a aprovação no Enem, 31 almejavam ampliar o conhecimento e a visão de mundo, 17 gostariam de se preparar para ser sujeitos históricos para intervir na construção de um mundo melhor, quatro queriam conseguir um bom emprego, um visava a conquistar seus propósitos, ser aprovado no Enem e ajudar quem precisava, e apenas

dois não responderam à questão. Ainda na ficha de inscrição, há uma pergunta que diz respeito às alegrias e desafios de ser jovem no Brasil. Dentre as várias respostas, vale aqui citar o relato de duas jovens no intuito de aproximar ainda mais a pesquisa da realidade das juventudes.

Ser jovem? Ser jovem é bom, mas também é difícil. Falo isso porque sou uma, não temos muitas oportunidades de emprego, as escolas em que estudamos são precárias, deveríamos ter mais oportunidades como essas (JOVEM4, CAJUEIRO, 2016).

Ser jovem hoje é você acordar as 5:30 da manhã para ir à escola, enfrentar ônibus lotado, trabalhar meio período sem saber se voltará para casa no começo da noite. Receber seu honorário no começo do mês que mal dar para pagar as despesas domésticas, mais ainda sim nunca desistir e sempre sonhar em um amanhã melhor (JOVEM5, CAJUEIRO, 2016).

Fica claro que, na percepção dessas jovens, o que a sociedade e, em específico, a educação oferecem não é ainda o que a juventude deseja e espera, principalmente a juventude empobrecida, que trabalha e mora na periferia. De todo modo, esses mesmos jovens sonham, existem, resistem e “[...] precisam ser vistos, ouvidos e considerados para além dos estereótipos sobre a juventude já construídos social e culturalmente” (DAYRELL; GOMES, LEÃO 2010, p. 251). Daí a importância de espaços como o Trilha Uni, que, segundo a jovem, “deveriam ter mais oportunidades como essa”.

Sobre as expectativas que os jovens têm do Projeto “Na Trilha da Universidade”, em 2017, há no questionário quatro alternativas para serem preenchidas, sendo elas **1.** Aprovar no Enem – que contou com a maioria das respostas, obtendo 199 marcações; **2.** Ampliar o conhecimento e a visão de mundo – com 54 pontuações; **3.** Preparar para ser um sujeito histórico para intervir na construção de um mundo melhor – resposta escolhida por 34 jovens; **4.** Conseguir um bom emprego – escolhida por sete jovens, enquanto um jovem respondeu que visava ao ensino superior, quatro indicaram que estavam em busca de todas as alternativas e três não responderam.

O CAJUEIRO busca um caminho para a educação libertadora com os estudantes desde a entrevista para o ingresso no projeto, colocando questões na ficha de inscrição que propiciam o conhecimento e aproximação da realidade das juventudes. Todavia, apesar de apontar outras possibilidades nas questões das fichas de inscrição, a centralidade do Enem por parte das juventudes é notória. O Trilha Uni gera muitas expectativas nas juventudes que o procuram, talvez pelo fato de que o acesso gratuito a cursos pré-vestibulares seja uma oportunidade rara para o público-alvo do projeto. Na citação a seguir, um jovem cita a importância de projetos que abracem a causa da juventude.

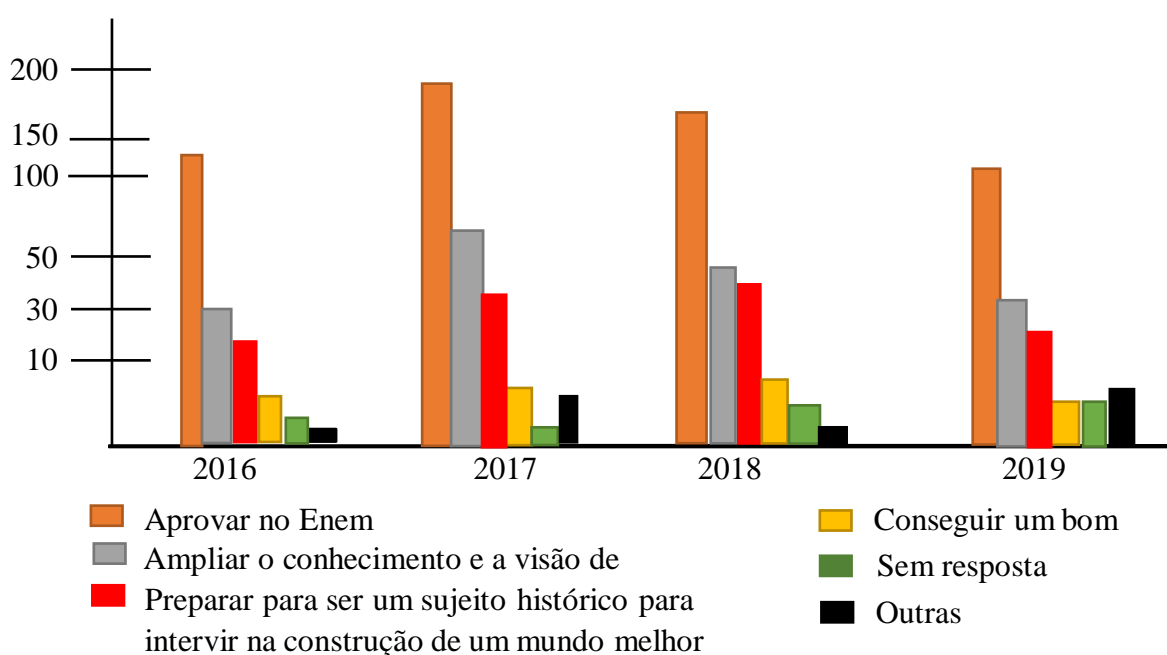
Hoje em dia, ser jovem é bom devido a ainda ter pessoas e organizações como vocês do CAJUEIRO para nos ajudar a entrar e crescer no mercado de trabalho. E a coisa ruim é que em nosso país a falta de oportunidade é muito grande (JOVEM6, CAJUEIRO, 2018).

Dentre as expectativas que tinham sobre o ingresso no projeto em 2018, 172 buscavam aprovação no Enem com a ajuda do Trilha Uni, 48 queriam ampliar o conhecimento e a visão de mundo, 42 pretendiam se preparar para ser sujeitos históricos e intervir na construção de um mundo melhor, seis estavam à procura de um bom emprego, quatro não responderam e um relatou estar em busca do ensino superior.

Ainda sobre as expectativas para participar do curso no ano de 2019, 128 buscavam exclusivamente a aprovação do Enem, 32 ampliar o conhecimento e a visão de mundo, 22 se preparar para ser sujeitos históricos e intervir na construção de um mundo melhor, quatro visavam a conseguir um bom emprego, um relatou a necessidade de continuar estudando para não perder o ritmo, um escreveu da seguinte maneira: “Nos capacitar para termos conhecimento para tirar uma boa nota na prova e cursar a tão sonhada faculdade” (JOVEM7, CAJUEIRO, 2019). Outro visava a aprender e com isso ter acesso a uma bolsa na universidade, um pretendia ingressar na universidade, um respondeu que queria todas as alternativas e quatro não responderam.

A seguir temos o gráfico que elucida os dados de 2016 a 2019 em relação às expectativas das juventudes que buscam o Trilha Uni.

Gráfico 8 - Número de jovens em relação às expectativas sobre o Trilha Uni de 2016 a 2019.



Fonte: Elaboração própria com base nas fichas de inscrição do Trilha Uni do Cajueiro, 2022.

Conforme Almeida, Silva e Richter (2021, p. 173): “A centralidade atribuída ao Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) como política de Estado, indutora de currículos e reformas educacionais, tem produzido efeitos significativos na organização do trabalho escolar.” No caso das juventudes que chegam ao Trilha Uni, verifica-se que a centralidade do Enem ocorre também para os jovens. Para Carvalho e Senkevics (2020),

Em 2009, com a transformação do Enem em um mecanismo parcialmente centralizado de admissão de estudantes via Sistema de Seleção Unificado (Sisu). Mais do que um fator de democratização do acesso, o combo Enem-Sisu deve ser entendido como uma democratização da disputa, com efeitos ambíguos sobre o acesso; a título de ilustração, somente 6,6% dos candidatos ao Sisu 2013 obtiveram uma vaga em uma universidade federal por meio desse mecanismo (Neves; Martins, 2016, p. 101). Esses números apontam que houve elevação da oferta e da demanda pelo Ensino Superior, mas o saldo foi o acirramento da disputa pelo ingresso (2020, p. 344).

Ou seja, apesar do discurso de democratização para o acesso ao ensino superior, o Enem traz consigo uma série de questões. Por ser centralizado, muitas vezes, esse sistema é organizado de forma a desconsiderar a realidade concreta do cotidiano escolar, o que acaba também por “evidenciar que o acesso à educação superior dar-se-á pelo mérito” (SANTOS NETO, 2021, p. 25):

Há uma lógica nesse padrão de trabalho que cada vez mais configura o Ensino Médio: as profissões superiores, os trabalhos mais sofisticados entram em um mercado sofisticado, exigente de preparo por seu caráter escasso, impondo a lógica do mérito, da seletividade, da segregação. Do Ensino Médio é exigida essa lógica classista segregadora, meritocrática: ser para poucos ou para a preparação dos poucos com mérito e não um direito de todo adolescente, jovem e adulto (ARROYO, 2014, p. 167).

Arroyo (2014) pontua ainda que a construção do currículo escolar precisa estar mais atenta à diversidade da condição juvenil. Segundo o autor, “a entrada precoce nos mundos precarizados de trabalhos e o adiamento da entrada em trabalhos estáveis marcam a condição juvenil de grandes segmentos de jovens. Tais aspectos mereceriam ter centralidade nos currículos de ensino médio” (ARROYO, 2014, p. 164).

Como observado no Gráfico 5, o trabalho está de fato presente no cotidiano das juventudes que chegam ao Trilha Uni. Nas fichas de inscrição para o ingresso no Trilha Uni, existem duas perguntas relacionadas à profissão que parecem semelhantes. Uma indaga o seguinte: “Qual a profissão dos seus sonhos?”, enquanto a outra questiona: “[Em] qual curso deseja ingressar na universidade?” Mesmo com a proximidade das questões, há, em algumas

respostas, discrepâncias entre uma e outra. Numa delas, por exemplo, a jovem respondeu que a profissão dos sonhos era a dança, mas que desejava ingressar no curso de Medicina. Para outro jovem, o sonho era ser perito criminal, mas o curso universitário desejado por ele era o de Farmácia (CAJUEIRO, 2018). Em outro ano, a profissão dos sonhos de um jovem era ser músico, mas o curso almejado era Engenharia Ambiental (CAJUEIRO, 2019). Salvo algumas exceções como essas, a maioria das respostas mostrou-se convergente entre uma questão e outra.

Nas tabelas a seguir, apresentamos as respostas das juventudes em relação ao “Curso [em] que desejam ingressar na universidade”, compreendendo que a maioria é também o sonho de profissão. Os cursos escolhidos por quatro jovens ou mais em cada ano estão enunciados na tabela. Em alguns casos, eles aparecem apenas em um ano, como é caso do curso de Música em 2016. Já nos outros anos, não se alcança o quantitativo de escolha por quatro jovens ou mais. Nesses casos em que não se alcançou o quantitativo ou nenhum jovem escolheu o curso, há um traço na tabela.

Na opção “demais cursos”, estão somados os cursos escolhidos por, no máximo, três jovens em cada ano, como: Biomedicina, Farmácia, Artes Cênicas, Nutrição, Agronomia, Artes Visuais, Estética, Design e Multimídia, Relações Internacionais, Serviço Social, Radiologia, Contabilidade, Técnico em Informática, dentre outros. O conjunto desses cursos soma a maioria das escolhas dos jovens.

Tabela 4 - Cursos almejados pelas juventudes que chegam ao Trilha Uni – 2016 a 2019.

Cursos Almejados	Número de jovens 2016	Número de jovens 2017	Número de jovens 2018	Número de jovens 2019
Direito	37	40	31	27
Medicina	21	47	38	18
Professor/a	5	11	34	7
Psicologia	16	23	15	13
Engenharia	18	27	23	18
Enfermagem	4	10	9	–
Medicina Veterinária	–	13	8	–
Administração	–	5	–	–
Ciências da Computação	–	7	–	–
Música	4	–	–	–
Odontologia	–	–	10	4
Fisioterapia	–	–	5	–
Serviço Social	–	4	–	–
Jornalismo	–	5	–	–
Demais cursos	188	104	95	104

Fonte: Elaboração própria a partir das fichas de inscrição para o Cajueiro, 2022.

O curso de Direito pode ser dividido na categoria dos sonhos de profissão, pois, por meio desse curso, alguns jovens almejavam ser juízes, outros delegados, outros policiais, e ainda havia os desejosos de advogar. A profissão professor/a foi desejo de poucos, com exceção do ano de 2018, em que houve um número mais expressivo. Nela muitos visavam à Pedagogia, mas apareceram também com recorrência os cursos de Letras, Biologia, Filosofia, História e Ciências Sociais.

Observa-se uma grande diversidade nos sonhos de profissão de cada jovem, entretanto, mesmo que não somem a maioria, os cursos de Direito e Medicina representam um quantitativo grande nas fichas de inscrição do Trilha Uni preenchidas pelas juventudes. Santos (2017)

considera que esses são cursos historicamente destinados para a elite no Brasil, discorrendo que:

Trata-se de cursos superiores em que a entrada de jovens pretos e pobres era estatisticamente improvável. Há pouco mais de uma década, as políticas de ações afirmativas trouxeram ao ensino superior uma parcela significativa de jovens antes excluídos da universidade e que passaram a frequentar os cursos da “elite” (SANTOS, 2017, p. 31).

Nesse sentido, as políticas de ações afirmativas, conhecidas também como política de cotas, que surgiram nas últimas décadas no Brasil, permitiram que jovens pobres e pretos pudessem sonhar e ter acesso a tais cursos. A decisão de parcela dos jovens do Trilha Uni por esses cursos demonstra que tanto o curso de educação popular de iniciativa de um grupo privado como as políticas de Estado começaram a chegar às periferias, que o acesso tem sido discutido e garantido. Entretanto, faltam ainda estratégias de permanência de estudantes pobres na universidade para que seja concretizada de fato a democratização da educação em nível superior, visto que “a permanência dá sentido ao acesso, configurando a continuidade da trajetória de formação” (SILVA; VELOSO, 2010, p. 222).

Fraser (2006) assinala que, para romper com as injustiças sociais, é necessário integrar as lutas por reconhecimento e redistribuição. Nesse sentido, pode-se refletir que as políticas afirmativas precisam visar não só ao assistencialismo, a oportunizar acesso a quem historicamente vive à margem da sociedade, na privação de direitos e na exploração, mas também devem garantir que a injustiça cultural e simbólica seja enfrentada, fazendo com que aconteça uma revalorização das identidades e valorização da diversidade cultural. É a união do enfrentamento às injustiças socioeconômicas e injustiças culturais que podem promover uma verdadeira transformação, e assim garantir não só o acesso, mas também a permanência, de forma digna e igualitária, no ensino superior. Para autora: “Pessoas sujeitas à injustiça cultural e à injustiça econômica necessitam de reconhecimento e redistribuição” (FRASER, 2006, p. 233).

O pensamento da autora não se distancia dos sonhos das juventudes que passaram pelo Trilha Uni, como podemos observar na resposta da jovem a seguir sobre o sonho de Brasil que ela nutre.

Eu, como uma jovem mãe solteira, sonho em formar meus filhos, mais do que formar profissionalmente, mais do que criar, formá-los, indivíduos pensadores, capazes de valorizar e se colocar no lugar de outras pessoas. Para isso, seria muito bom que eles pudessem viver em um país com melhor acesso à educação, saúde, segurança... Onde

as pessoas fossem realmente valorizadas, seria muito mais fácil se tornar uma pessoa melhor (JOVEM8, CAJUEIRO, 2016).

A palavra “valorizar” aparece duas vezes na resposta, e isso tem a ver com a busca de reconhecimento e lugar de quem se esforça para estar no mundo. A resposta da jovem auxilia a pesquisa a alcançar o objetivo geral de investigar como jovens do curso “Na Trilha da Universidade” percebem e enfrentam o lugar que a sociedade destina para eles.

Vale salientar que existem muitas pesquisas que tratam da condição juvenil e dos desafios das juventudes, entretanto, esse não é um assunto esgotado. Carrano e Dayrell (2014) apresentam uma curiosa contradição na percepção da condição juvenil. Para ambos, ao mesmo tempo que os adultos de uma sociedade almejam a eterna fonte da juventude, admirando e buscando conquistar o corpo juvenil, a energia, a alegria e a criatividade dos jovens, fenômeno que os autores chamam de “juvenilização da sociedade”, esses adultos consideram as juventudes como um eterno “vir a ser adulto”, ou seja, tratam os jovens como pessoas que ainda não são, mas que um dia serão alguém, um pensamento que acaba negando a realidade presente vivida pelas juventudes. “Dessa forma, é preciso dizer que o jovem não é um pré-adulto. Pensar assim é destituí-lo de sua identidade no presente em função da imagem que projetamos para ele no futuro” (CARRANO; DAYRELL, 2014, p. 106). Essa compreensão exemplifica a visão da sociedade que consiste em perceber as juventudes como um problema.

Os índices alarmantes de violência, principalmente os homicídios, o tráfico de drogas, o consumo de álcool e de outras drogas, a ameaça da AIDS e a gravidez na adolescência são fenômenos que contribuem para cristalizar a imagem de que a juventude é um tempo de vida problemático (CARRANO; DAYRELL, 2014, p. 106).

Nessa perspectiva, é importante cada vez mais reflexões que ajudem a validar a juventude não como um problema, mas como pessoas presentes e sujeitas de sua história, com sonhos, lutas, trabalho, relações afetivas, família, dentre tantas outras particularidades e pluralidades. Como visto no primeiro capítulo desta pesquisa: “No Brasil, os jovens, ainda que reconhecidos como sujeitos de direitos na legislação, sofrem com a insuficiência de políticas públicas que garantam a eles, de fato, a plena cidadania” (CARRANO; DAYRELL, 2014, p. 109). Fortalecer espaços de escuta das juventudes está também entre os objetivos específicos desta dissertação.

4 JUVENTUDES DO TRILHA UNI – PERCEPÇÕES E REFLEXÕES SOBRE SUA CONDIÇÃO JUVENIL

Há inúmeros estudiosos e pesquisadores que tratam com diversidade a temática da condição juvenil. Groppo (2017) chegou a afirmar que a condição juvenil era “[...] exigente demais, deveras carente, excessivamente dolorosa e sonhadora” (GROPPO, 2017, p. 9). Abramo (2016) enuncia que, na atualidade, a condição juvenil “[...] trata-se de uma longa transição da infância para a idade adulta, caracterizada por um intenso processo de definições, escolhas e arranjos para a construção de uma trajetória de inserção e autonomia” (ABRAMO, 2016, p. 19).

Carrano e Dayrell (2014), ao refletir sobre a multiplicidade de fatores que envolvem a vida dos jovens e a forma como eles “[...] reelaboram práticas, valores, normas e visões de mundo a partir de uma representação dos seus interesses e de suas necessidades, interpretam e dão sentido ao seu mundo” (CARRANO; DAYRELL, 2014, p. 4), enunciam que não há como trabalhar com a noção de uma única juventude, “[...] pois são muitas as formas de ser e de se experimentar o tempo de juventude. Assim, digamos: juventudes” (CARRANO; DAYRELL, 2014, p. 4). Pais aborda dois pontos como essenciais para tratar da condição juvenil.

A juventude tanto pode ser tomada como um conjunto social cujo principal atributo é o de ser constituído por indivíduos pertencentes a uma fase da vida, principalmente definida em termos etários, como também pode ser tomada como um conjunto social cujo principal atributo é o de ser constituído por jovens em situações sociais diferentes entre si (PAIS, [199-?], p. 34).

Dessa forma, em concordância com tantos autores, pode-se afirmar aquilo que Mario Margulis (2008) aponta no título do livro que organizou: *La juventude es más que una palabra*. De fato, as juventudes são mais que palavras, são vidas em contextos diversos, que carregam subjetividades e objetividades na conjuntura da sociedade. Para Groppo (2017, p. 9), “[...] o ângulo com que os sujeitos jovens enxergam e experimentam o mundo é único, revelador a seu modo, cheio de descobertas por entre lamentos e expressões de angústia”. O autor afirma ainda que conhecer esse jeito de ver o mundo é primordial para quem pesquisa a sociedade no mundo contemporâneo (GROPPO, 2017).

Nesse sentido, de conhecer o jeito de ver o mundo a partir do olhar das juventudes, este capítulo busca contribuir para o objetivo geral da dissertação de investigar como os jovens do projeto “Na Trilha da Universidade” percebem e enfrentam o lugar que a sociedade destina para eles.

O CAJUEIRO, por ser um centro de formação, pesquisa e assessoria em juventude, busca garantir que esses três eixos estejam sempre permeando seus programas e projetos. A questão-problema dessa pesquisa, de identificar quais as percepções das juventudes que chegam ao Trilha Uni em relação ao seu lugar na sociedade, só poderá ser desenvolvida porque as próprias fichas de inscrição do projeto são organizadas para ser, também, um material para pesquisas. De tal forma que existem duas questões nas fichas de inscrição que podem colaborar no desenvolvimento da problemática. Uma delas pede que as juventudes que se inscrevem para participar do Trilha Uni respondam em até cinco linhas à seguinte questão: “Que mudanças você deseja para o Brasil? Como você vai colaborar nessas mudanças?” E a outra solicita também uma resposta de até cinco linhas e se apresenta dessa maneira: “Diga as coisas que são boas e coisas que são difíceis de ser jovem hoje. Dê sua opinião como jovem” (CAJUEIRO, 2016/2019).

Para a interpretação tanto da primeira questão quanto da segunda, foram selecionadas 13 respostas para cada ano, que correspondem às temáticas que apareceram com mais recorrência entre o número total de resoluções apontadas pelos jovens nas fichas de inscrição.

4.1 O que dizem os jovens do Trilha Uni do ano de 2016 sobre as mudanças que desejam para o Brasil e como pretendem colaborar com elas.

Serão anunciadas de antemão as respostas da primeira questão, equivalentes aos anos de 2016, 2017, 2018 e 2019, e, em seguida, serão dispostos os quadros de cada ano com as respostas da segunda questão. Vale salientar que as repostas contidas nos quadros são citações integrais das respostas das juventudes que participaram do projeto, e não possuem alteração. As palavras e frases que aparecerem com mais frequência serão grifadas, pois elas indicaram o sonho comum para a maioria das juventudes, como pode ser averiguado a seguir. Abaixo podemos observar os quadros da primeira questão.

Quadro 1 - O que dizem os jovens do Trilha Uni do ano de 2016 sobre as mudanças que desejam para o Brasil e como pretendem colaborar com elas.

Um país que **não tenha desigualdade, que não tenha corrupção**, que as pessoas tenham uma melhor qualidade de vida, que haja respeito ao próximo, **que não haja discriminação**, que todos tenham salários dignos, que não tenha violência, que todos vivam em harmonia, que os direitos e deveres sejam realmente cumpridos, que haja **saúde digna para todos**. Sei que falar é fácil, mas, conscientizando a população, com todos lutando juntos, conseguiremos alcançar o país que sonhamos (JOVEM9, CAJUEIRO, 2016).

<p>Sonho com um país com mais oportunidade para os menos favorecidos, para que assim possam ter o direito de sonhar com uma qualidade de vida mais digna. Tendo em vista que a educação é o alicerce capaz de transformar o futuro de um ser humano, sonho com um Brasil com menos corrupção e mais investimentos nos direitos previstos na constituição: saúde, educação e lazer (JOVEM10, CAJUEIRO, 2016).</p>
<p>O país que sonho para meus filhos é um país sem violência, preconceitos e onde todas as pessoas tenham as mesmas oportunidades, onde não haja rico ou pobre, somente pessoas que ganham o suficiente para ter uma boa vida e realizar seus sonhos (JOVEM11, CAJUEIRO, 2016).</p>
<p>Eu sonho com um país em que duas mãos se dão independente de sua etnia. Sonho com um país onde seus integrantes valorizem antes mesmo de suas conveniências o brilho dos olhos sem distinção de cor, crença e ideologias. Acredito em um país em que todos se amem para que a nação tenha menos discórdia (JOVEM12, CAJUEIRO, 2016).</p>
<p>O Brasil é um país de grande diversidade cultural, belo em vários aspectos. Quero para as futuras gerações que este lugar seja mais receptivo no que diz respeito à diversidade racial. Que possamos deixar os preconceitos de lado. Assim, creio eu que, quando tiver um filho, ele será aceito da sua maneira, sem precisar se camuflar (JOVEM13, CAJUEIRO, 2016).</p>
<p>Sonho com um país onde as diferenças não importam, onde todos possam ser reconhecidos e amparados pela lei. A inexistência da pobreza (JOVEM14, CAJUEIRO, 2016).</p>
<p>Um país sem desigualdade social, sem racismo, sem políticos corruptos, um país onde todos são respeitados, independente de orientação sexual, crença, etnia. O país que eu imagino para meus filhos é um país livre de violência, um atendimento da saúde pública engajado e de qualidade, educação de qualidade e sem criminalidades nas ruas (JOVEM15, CAJUEIRO, 2016).</p>
<p>Como um cidadão brasileiro, vendo como anda a situação caótica que o nosso país está passando, o país ideal para os meus filhos seria os Estados Unidos (EUA) (JOVEM16, CAJUEIRO, 2016).</p>
<p>França, onde podem estudar sem barreiras, para que todos possam, sem dificuldades, cursar o que desejam e ter uma vida estável, longe da hostilidade de governos corruptos (JOVEM17, CAJUEIRO, 2016).</p>
<p>Suíça. Embora seja um país muito reservado e que faz uma grande diferença com os imigrantes, tem uma estrutura surpreendente, as leis funcionam, eles prezam educar e ensinar em primeiro lugar. É um país com muita segurança, oportunidades, educação, saúde e lazer. Espero algum dia ter a oportunidade de levá-las (JOVEM18, CAJUEIRO, 2016).</p>
<p>O país que sonho para meus futuros filhos seria um país com governadores mais competentes e mais acesso ao conhecimento, com escolas boas, com mais infraestrutura, professores competentes, e mais acesso ao ensino superior e, além de tudo, um país livre de corrupção (JOVEM19, CAJUEIRO, 2016).</p>
<p>Brasil, um país onde todos seremos livres, sem discriminação e preconceito, onde poderemos andar livres, sem nos preocuparmos com assalto ou até mesmo perder a própria vida. Um país com oportunidade, onde todos podemos e seremos capazes de conquistar nossos objetivos, sem precisar para isso vir de classe social (JOVEM20, CAJUEIRO, 2016).</p>
<p>Um país justo, sem corrupção, mais direito ao trabalhador, direito ao ensino para todos, mais facilidade e oportunidades para ingressar em uma universidade (JOVEM21, CAJUEIRO, 2016).</p>

Fonte: Elaboração própria a partir das fichas de inscrição para o Trilha Uni do Cajueiro, 2022.

Se observarmos essas respostas do ano de 2016, é possível organizá-las, a partir de alguns aspectos: 1º – Sonhos de um país sem corrupção; 2º – sonhos de um país com igualdade social, sem preconceitos e racismo; 3º – sonhos de mudar de país; 4º – sonhos com um país com mais oportunidades de trabalho e estudo. Essas categorias ajudam a elucidar a percepção que esses jovens têm da realidade em que estão inseridos. Nota-se uma grande descrença por parte dos jovens em relação à atuação do Estado na efetivação de políticas públicas de enfrentamento das desigualdades sociais e raciais, com a palavra corrupção aparecendo em boa parte das respostas. Gomes (2021) ajuda na contextualização das respostas das juventudes nesse ano de 2016 ao elucidar que a mídia desempenha um papel importante no sentimento e comportamento humano: “o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa e, mais recentemente, a estruturação das redes digitais intensificam e modificam um perene processo de influência das mediações no comportamento humano” (GOMES, 2021, p. 46). Nesse sentido, vale memorar a grande pauta anticorrupção adotada pela mídia no ano de 2016.

Para Gomes (2021), o discurso contra a corrupção nas mídias teve momentos marcantes na década de 2010. O autor aponta alguns exemplos, entre eles: as “Jornadas de Junho de 2013”, a “Operação Lava Jato, que teve como alvo midiático o Partido dos Trabalhadores”, as “manifestações pelo *impeachment* de Dilma Rousseff (2015- 2016)” e o “*impeachment de Dilma em 2016*” (GOMES, 2021, p. 51). Dessa maneira, é considerável pontuar o papel da mídia na promoção da descrença das juventudes em relação à justiça no país. Após o *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016, houve diminuição de assuntos relacionados à corrupção nas mídias. Nesse ponto,

A direita já havia adotado um forte discurso anticorrupção, que associava o PT e a esquerda a desvios morais. Ainda que os governos petistas fossem marcados por políticas econômicas liberais e alianças com partidos de centro-direita e direita, começou a emergir no cenário político um debate pautado em aspectos ideológicos, que associavam o partido ao comunismo e a referências aos possíveis males que poderiam advir dessa alegada relação. Enquanto essa perspectiva crescia em presença e importância no debate nacional, o então deputado federal Jair Bolsonaro ocupava espaços, inclusive na mídia televisiva, elencando pautas de costumes conservadoras e que se contrapunham ao que ele nomeava como agendas de esquerda (GOMES, 2021, p. 50).

Criou-se nesse cenário a ilusão de que a saída do Partido dos Trabalhadores (PT) da presidência do Brasil resolveria boa parte dos problemas relacionados à corrupção no país. Entretanto, apesar do discurso midiático, após o *impeachment* de Dilma Rousseff, “[...] pela primeira vez em décadas, vimos aumentar no Brasil a mortalidade infantil; o desemprego

chegou a atingir 14 milhões de pessoas e as consequências do descaso e da pobreza tornaram-se ainda mais visíveis” (SOUZA, J., 2019, p. 249).

Os temas do antipetismo e da anticorrupção disseminados e manipulados pela mídia e, mais tarde, próximo às eleições de 2018, a exaltação da moral, da família, dos bons costumes, do fundamentalismo religioso, podem ter influenciado nas respostas das juventudes no ano de 2016 e também 2018, isso porque “[...] no que tange à estrutura, é fundamental considerar o papel das redes na profusão das narrativas, na cobertura e no papel como instrumento de mobilização” (GOMES, 2021, p. 51).

No quadro de 2017, algumas categorias permanecem, como a de sonhar com um país com igualdade social, sem preconceitos e racismo, e com um país com mais oportunidades de trabalho e estudo. O desejo de acabar com a corrupção segue aparecendo, mas, em menor escala, já o desejo de mudar de país não aparece nesse ano.

Em 2017, há uma potencialização dos sonhos de acabar com a desigualdade e a pobreza. As juventudes enfatizam a realidade das pessoas de baixa renda no país, além da dificuldade de acesso ao ensino superior. Outro sonho que aparece no ano mencionado é a vontade de que o Brasil se torne um país mais sustentável. Para Lima e Campos (2020, p. 40), “o protagonismo jovem no que tange às discussões ambientais emergiu com mais força a partir da criação do Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente de 2013”. Vejamos as respostas:

Quadro 2 - O que dizem os jovens do Trilha Uni do ano de 2017 sobre as mudanças que desejam para o Brasil e como pretendem colaborar com elas.

<p>Um país livre de preconceitos e com igualdade. Onde meus filhos poderiam ter a mesma chance que qualquer um de desfrutar do privilégio de fazer uma faculdade para ter um futuro melhor (JOVEM 22, CAJUEIRO, 2017).</p>
<p>Um país onde não haja corrupção, menos desigualdade social, mais oportunidades de capacitação, que as universidades sejam mais acessíveis aos menos favorecidos, onde a justiça realmente prevaleça, menos intolerância religiosa, sem preconceito, onde todos possam viver em paz num país onde não haja violência (JOVEM 23, CAJUEIRO, 2017).</p>
<p>O Brasil enfrenta grandes problemas, dentre eles, prevalece a questão da desigualdade social e a dificuldade de acesso ao ensino superior para jovens oriundos de escolas públicas e de baixa renda. Tendo em vista isso, vale dizer que a melhor forma de inclusão social é o acesso ao ensino superior para ambas as classes sociais. Participando desse projeto, terei mais chances de ingressar no ensino superior, aumentando, assim, o número de universitários de classe baixa (JOVEM 24, CAJUEIRO, 2017).</p>
<p>As mudanças que eu quero para o Brasil são de igualdade. Pois vivemos em um país onde o tratamento é diferenciado por conta da sua cor, da sua posição social, pelo jeito do seu cabelo etc. Quero contribuir para</p>

<p>mostrar que o ser humano é um ser que vai além de tudo isso. Essas coisas não chegam a transmitir o seu caráter e, muitas vezes, deixamos de conhecê-lo verdadeiramente por julgar antes (JOVEM 25, CAJUEIRO, 2017).</p>
<p>Eu quero ver no Brasil um desenvolvimento sustentável, atitudes sustentáveis, consciência na cabeça da população, quero que a sustentabilidade faça parte da vida de cada um de nós, pois pequenas mudanças em nosso cotidiano fariam uma enorme diferença ao se analisar o contexto em que vivemos! Por isso, digo e repito que temos que viver sustentavelmente! Através de exemplos como o da Eco esfera Empreendimentos sustentáveis e, com muita informação sobre esse assunto, podemos passar a fazer as mudanças no nosso Brasil (JOVEM 26, CAJUEIRO, 2017).</p>
<p>Desejo que o Brasil se torne um país onde as pessoas respeitem umas às outras, respeitem o meio ambiente e se torne um país unido. Colaboro respeitando, sendo um exemplo de boa pessoa (JOVEM 27, CAJUEIRO, 2017).</p>
<p>A redução da intolerância em geral, assim como a redução da violência ocorrida para qualquer pessoa de qualquer gênero, opção sexual, religião... Desejo mais acessibilidade para deficientes em quaisquer locais públicos ou privados, uma educação de qualidade, assim como uma moradia digna para todos os cidadãos. Colaborarei nessas mudanças por meio da conscientização e luta (JOVEM 28, CAJUEIRO, 2017).</p>
<p>Políticos que se importem com a classe trabalhadora trazendo melhorias nessa área, e melhorias na rede de ensino público com salários melhores para professores e outras formas de ensino fora da sala de aula. Uma forma de colaborar é estudar para saber dos nossos direitos de cidadão e votar em políticos que mostrem melhorias e boas propostas (JOVEM 29, CAJUEIRO, 2017).</p>
<p>A principal mudança que desejo para o país é a igualdade de gênero, quero um dia ter os mesmos direitos e privilégios que os homens têm hoje. Colaboro com tal mudança participando de projetos de coletivos que trazem tais debates para a sociedade (JOVEM 30, CAJUEIRO, 2017).</p>
<p>Desejo que possamos aprender a respeitar as diferenças, religiosas, sexuais etc. Aprender a preservar a natureza, e tornar o Brasil em país sustentável. Educação para todos, além de incentivos. Diminuição da desigualdade social e da violência. Participar de grupos que incentivem a sustentabilidade, fazer palestras sobre o respeito e as diferenças, ajudar quem precisa, amar o próximo (JOVEM 31, CAJUEIRO, 2017).</p>
<p>Almejo que o Brasil seja um país livre da corrupção, que possa fornecer qualidade de vida para todos os cidadãos e que também tenham as mesmas oportunidades, como, por exemplo, acesso à educação de qualidade. Como jovem, eu pretendo usar das oportunidades que me forem dadas para assim contribuir com todos aqueles que precisarem de forma honesta (JOVEM 32, CAJUEIRO, 2017).</p>
<p>As principais mudanças são referentes à poluição e degradação do meio ambiente, pois muitos problemas e catástrofes futuras poderiam ser evitadas se a natureza fosse respeitada, e dada educação às nossas crianças, pois é nelas que visamos o futuro. Eu já colaboro através do incentivo que dou para os que estão ao meu redor para cuidarem do seu lixo, por exemplo, e futuramente incentivando os estudos através de projetos idealizados (JOVEM 33, CAJUEIRO, 2017).</p>
<p>A mudança que eu desejo para o Brasil está relacionada ao melhoramento da saúde e da educação e, principalmente, aos direitos de igualdade social para todos, e a forma que eu pretendo colaborar com isso é investindo na minha educação e incentivar as pessoas a fazerem o mesmo para terem um maior esclarecimento na hora de escolher nossos governadores em busca de melhoria (JOVEM 34, CAJUEIRO, 2017).</p>

Fonte: Elaboração própria a partir das fichas de inscrição para o Trilha Uni do Cajueiro, 2022.

O respeito às diferenças de religião, etnias, o cuidado com o meio ambiente, a superação da violência, das desigualdades sociais, e o acesso ao ensino superior estão entre os sonhos mais urgentes dos jovens que chegam ao Trilha Uni em 2017. O incentivo à educação para colaborar nas mudanças necessárias para o país aparece em boa parte das respostas. Observa-se que:

Apesar dos avanços e conquistas desta geração de jovens negros, em relação às gerações anteriores, é necessário reconhecer que o país ainda não conseguiu superar as desigualdades raciais. As políticas universais de combate à pobreza (com destaque para a pobreza extrema) e políticas para promoção do acesso a bens e serviços públicos ainda não foram suficientemente complementadas pelas políticas de caráter afirmativo e compensatório a serem adotadas, com vistas ao combate ao racismo e à promoção da igualdade racial (THEODORO apud FREITAS, 2016, p. 115-116).

Essas juventudes se percebem enquanto classe de baixa renda, e a forma como elas se colocam para colaborar nas mudanças no Brasil se dá por meio da informação, educação, conscientização e participação de coletivos. Como pode ser notado nestes trechos das respostas: “Colaboro com tal mudança participando de projetos de coletivos que trazem tais debates para a sociedade” (JOVEM30, CAJUEIRO, 2017) e “[...] eu pretendo colaborar com isso e investindo na minha educação” (JOVEM34, CAJUEIRO, 2017). Nessa direção, constata-se que a juventude que chega ao Trilha Uni compreende a educação como um espaço de lutas e ascensão social.

É possível observar “que alguns jovens pensam [...] que o prolongamento das suas trajetórias escolares lhes assegurará um mais *‘risinho futuro’*”. Entretanto, “os benefícios e a expectativa desta estratégia nem sempre são atingidos” (PAIS, [199-?], p. 247). O futuro de muitos jovens encontra-se sujeito à “influência de vários constrangimentos sociais, como os resultantes do desemprego” (PAIS, [199-?], p. 247). “Pois vivemos em um país em que o tratamento é diferenciado por conta da sua cor, da sua posição social, pelo jeito do seu cabelo etc.” (JOVEM 25, CAJUEIRO, 2017).

No próximo quadro, que diz respeito às respostas das juventudes do ano de 2018, a importância do voto e do conhecimento dos candidatos à eleição apareceu com recorrência, provavelmente por se tratar de um ano eleitoral, e também dos impactos da mídia. Em 2018, houve a condenação em primeira instância do ex-presidente Lula pelo então juiz Sergio Moro, com os motivos alegados sendo a corrupção passiva e a lavagem de dinheiro pelo caso que ficou conhecido como Triplex do Guarujá. Segundo Gomes (2021, p. 69), “o maior símbolo da esquerda brasileira estava encarcerado e o impacto sobre o PT foi muito expressivo”. Num

adendo, é importante destacar que “Terminando o pleito, Bolsonaro eleito, Sergio Moro receberia como prêmio ao seu ‘trabalho’: o cargo de superministro das atividades repressivas” (SOUZA, J., 2019, p. 250).

As redes sociais, lugar muito ocupado por jovens, foram utilizadas em 2018 para campanhas políticas e “[...] as eleições foram, por sua vez, dominadas por *fake news* e acusações” (SOUZA, J., 2019, p. 249). Não há como negar na contemporaneidade que “a participação jovem nas redes desvela novas formas de atuação política” (LIMA; CAMPOS, 2020, p. 38-39). Para Gomes (2021, p. 68), “as redes têm um papel central e importante no fortalecimento da direita brasileira”. Entretanto, o autor ressalta que “também é essencial apontar o papel da imprensa tradicional”. É dentro desse contexto que aparecem respostas como “Pensar bem em quem irá votar” (JOVEM35, CAJUEIRO, 2018), entre as juventudes do Trilha Uni.

Quadro 3 - O que dizem os jovens do Trilha Uni do ano de 2018 sobre as mudanças que desejam para o Brasil e como pretendem colaborar com elas.

<p>Melhoria na economia, escolaridade, saúde, que haja menos violência em nosso país, segurança adequada, proteção para nossas crianças, que esses políticos corruptos sejam punidos com justiça, que haja mais projetos para nossa juventude. Pensar bem em quem irá votar. Contribuir para a preservação da natureza (começar reciclando em casa), que tenhamos dignidade para ter uma saúde justa e digna, escolas boas para um futuro melhor para nossos filhos e netos, preservação da natureza (JOVEM35, CAJUEIRO, 2018).</p>
<p>A mudança que é mais necessária no Brasil é acabar definitivamente com qualquer tipo de preconceito, sejam eles: machismo, racismo, homofobia etc. No século em que estamos, ainda existir isso é bastante ultrapassado (JOVEM36, CAJUEIRO, 2018).</p>
<p>O Brasil necessita de uma série de melhorias em diversas áreas, educação, saúde, segurança, amplo mercado de trabalho etc. O que posso fazer para que isso ocorra é votar com seriedade e compromisso para um bom governo, ir atrás dos meus direitos como cidadão e respeitar o meu semelhante (JOVEM37, CAJUEIRO, 2018).</p>
<p>As mudanças que almejo para o Brasil é um país que acolha e valorize mais a arte, pois a arte é a forma mais magnífica de um ser humano se expressar. Além disso, desejo que seja um país em que ambos os cidadãos preservem, e deem mais valor ao nosso patrimônio ambiental, que é a maior riqueza que qualquer sociedade pode ter. E que seja um país com menos desigualdades sociais, étnicas e de gênero. De certa forma, pretendo lutar pelo empoderamento artístico no país, contribuindo com os meus preceitos no que convém à arte. Também pretendo participar de grupos de ativismo ambiental e social que lutam por um país regenerado ambientalmente e socialmente. Ademais, como idealizo me formar em Direito, quero lutar pelos territórios de preservação ambiental e pela comunidade indígena e negra. Contribuindo para a futura formação histórica da nossa nação (JOVEM38, CAJUEIRO, 2018).</p>
<p>Bem! O que espero para o Brasil, aliás, o Brasil dos meus sonhos é ver a igualdade plena na sociedade, que todos caminhem para ver um Brasil igualitário em todos os fatores. Que a educação seja levada a sério por que</p>

<p>eu creio que a base de tudo seja a educação, então mais educação que é igual a menos criminalidade, desemprego, preconceito etc. Já eu posso mudar da seguinte maneira como profissional, passar meus conhecimentos em frente para os meus próximos, mas não só como futuro profissional da tecnologia, mas como ser humano em amor ao próximo (JOVEM39, CAJUEIRO, 2018).</p>
<p>A primeira coisa que vem em mente quando penso em mudanças para o Brasil é minimizar a grande lacuna entre ricos e pobres, a igualdade de classes sociais e, principalmente, investirmos na área da educação para que, dessa maneira, nossa sociedade seja feita de indivíduos que possam ter conhecimentos sociopolíticos. Pretendo com a minha formação levar mais infraestrutura para o Brasil (JOVEM40, CAJUEIRO, 2018).</p>
<p>(1) Igualdade social (2) Honestidade na política (3) Retorno do imposto à população, sendo administrado corretamente em benefício do povo, não de uma minoria. Colaborarei sendo um cidadão honesto, trabalhador, consciente em minhas escolhas políticas (JOVEM41, CAJUEIRO, 2018).</p>
<p>Eu desejo um Brasil sem violência, que prioriza a segurança, a saúde e a educação, um país democrático onde os direitos são para toda a população e não beneficie só a burguesia. Pretendo colaborar com isso na hora de votar, analisando bem os candidatos que vão representar o meu país e fazer com que essas mudanças aconteçam (JOVEM42, CAJUEIRO, 2018).</p>
<p>Menos violência no nosso país, porque está matando milhares de nossos jovens. Posso ajudar tentando unir mais os jovens entre si (JOVEM43, CAJUEIRO, 2018).</p>
<p>Que o país comece a ser governado por pessoas capacitadas, que os jovens tenham voz, uma educação de qualidade, projetos sociais que apresentem aos jovens um novo mundo (JOVEM45, CAJUEIRO, 2018).</p>
<p>O Brasil que eu quero é um país onde o preto, o branco, o rico e o pobre tenham as mesmas possibilidades de viverem com dignidade e respeito, onde haja comida nas mesas, independente da sua classe ou raça. Pretendo ser um cientista social habilitado em políticas públicas e ingressar no meio burocrático país onde são tomadas as decisões (JOVEM46, CAJUEIRO, 2018).</p>
<p>Acredito que o Brasil, neste atual momento político, econômico e social que estamos vivenciando, necessita de justiça, igualdade e respeito. Eu, como pessoa humana e como cidadão, acredito que a educação seja o principal meio para essas melhorias, e pretendo, ingressando na universidade, buscar conhecimento para colaborar com essa mudança (JOVEM47, CAJUEIRO, 2018).</p>

Fonte: Elaboração própria a partir das fichas de inscrição para o Trilha Uni do Cajueiro – 2022.

A partir dessas respostas, é possível notar a percepção das juventudes em relação às desigualdades sociais existentes no Brasil, e o sonho por “um país onde o preto, o branco, o rico e o pobre tenham as mesmas possibilidades de viverem com dignidade e respeito, onde haja comida nas mesas, independente da sua classe ou raça” (JOVEM46, CAJUEIRO, 2018). Entre as formas de enfrentar essas desigualdades, eles pontuam a necessidade de mais investimento na educação, de honestidade na política, de respeito, independente de classe, gênero e religião, de cuidado com a natureza.

O Atlas das Juventudes do Brasil referente ao ano de 2021 indica que o “Brasil é lar de quase 50 milhões de pessoas com idade entre 15 e 29 anos (1/4 da população)” (BRASIL, 2021b,

p. 9). É uma parcela significativa da sociedade que experimenta essa etapa da vida e, por isso, em consonância com o que é apontado no Atlas das Juventudes, e também com as respostas dos jovens, pensar e efetivar políticas públicas que garantam os direitos básicos às juventudes é também pensar no desenvolvimento geral do país.

Para que este cenário seja possível, é fundamental apoiar o pleno desenvolvimento de jovens em seus territórios e, dessa maneira, garantir que possam realizar seus potenciais coletivos e individuais, concretizar sonhos, aprender, inovar e participar ativamente da economia e da sociedade, como protagonistas, em todas as suas esferas (BRASIL, 2021b, p. 9).

O ingresso na universidade aparece como possibilidade de colaborar com as mudanças que são necessárias: “pretendo, ingressando na universidade, buscar conhecimento para colaborar com essa mudança” (JOVEM47, CAJUEIRO, 2018). O desejo de seguir os estudos na universidade “[...] já denota uma novidade desta nova geração de jovens que, diante da expansão do ensino médio e do ensino superior no Brasil, passam a vislumbrar esta perspectiva, o que não ocorria na geração dos seus pais” (LEÃO; DAYRELL; REIS, 2011, p. 1076).

A arte ganha espaço também no ano de 2018, como forma de resistência e expressão a tudo que está posto, como o sonho de “um país que acolha e valorize mais a arte, pois a arte é a forma mais magnífica de um ser humano se expressar” (JOVEM38, CAJUEIRO, 2018). Em 2019, a arte segue presente, como pode ser observado no próximo quadro.

Quadro 4 - O que dizem os jovens do Trilha Uni do ano de 2019 sobre as mudanças que desejam para o Brasil e como pretendem colaborar com elas.

As mudanças que desejo são: o fim do genocídio da população negra , pelas mãos de policiais, e aumentar a participação das mulheres na política . Colaborarei me educando e, através das oportunidades conquistadas, passarei meu conhecimento à frente, uma minoria armada de educação se torna a rachadura capaz de desestruturar um sistema opressor (JOVEM48, CAJUEIRO, 2019).
Acredito que a Arte e educação caminham juntas para um país melhor , a música é um lugar de fala muito potente que chega aos ouvidos de muitas pessoas, precisamos dar a voz principalmente às mulheres (JOVEM49, CAJUEIRO, 2019).
As mudanças que têm ser feitas, eu olho com base na minha comunidade, em que o maior medo do jovem negro não são os bandidos e sim a polícia, um órgão que devia proteger está fazendo o contrário (JOVEM50, CAJUEIRO, 2019).
Desejo um Brasil onde nós negros não sejamos tão ameaçados , onde todos sejam tratados igualmente. Tentando conscientizar o máximo de pessoas e lutando todos os dias (JOVEM51, CAJUEIRO, 2019).

<p>Eu vejo que o Brasil necessita de cultura e lazer. Eu, como artista visual, pretendo dar oficinas de desenho, grafitti, pintura em tela. E assim desenvolver exposições em forma de sarais que vão levar as pessoas a conhecer a arte e vivenciar isso de perto (JOVEM52, CAJUEIRO, 2019).</p>
<p>O Brasil ideal para o futuro é um Brasil onde o amor ao próximo seja a prioridade. Onde o preconceito, o racismo e o machismo sejam extintos da nossa sociedade. Cumprirei minha parte vendo a necessidade do próximo antes da minha, olhando para o meu igual com amor e empatia (JOVEM53, CAJUEIRO, 2019).</p>
<p>Eu desejo mais respeito, mais honestidade, eu desejo que as pessoas possam ter mais oportunidades para conseguir mudar a sua própria vida e a vida de quem os rodeia. Eu quero colaborar fazendo roupas de baixo custo para tentar mudar o pensamento das pessoas que se apegam por marcas, fazendo desenhos inspiradores e motivadores, com mensagens importantes (JOVEM54, CAJUEIRO, 2019).</p>
<p>Desejo que todos tenham acesso ao estudo, que pessoas pobres possam ter acesso a uma alimentação digna. Que haja transparência no governo até que tenham credibilidade com o povo brasileiro. Quero colaborar de forma que agregue a educação correndo atrás dos meus sonhos com muita dedicação e compromisso (JOVEM55, CAJUEIRO, 2019).</p>
<p>O que falta no mundo? Amor, compreensão, gentileza, igualdade, carinho, oportunidade, quero dar o que eu tiver de melhor para todos, principalmente para crianças (JOVEM56, CAJUEIRO, 2019).</p>
<p>O desejo que sempre tive desde novo é ver o Brasil longe de racismo, homofobia e qualquer tipo de preconceito. Pois vem sendo preocupantes os números de pessoas mortas por "motivos" de preconceito. Deve ser por isso que sempre me interessei em cursar Direito, ficar por dentro da "lei", e chegar a tal cargo, para que eu possa mudar isso aplicando leis que venham ter punições educativas no intuito de reeducar o cidadão, para que venha viver na sociedade respeitando qualquer diferença (JOVEM57, CAJUEIRO, 2019).</p>
<p>Desejo que o nosso país tenha menos corrupção, e que acabe o tráfico de drogas e de homicídios contra as mulheres, que têm crescido a cada dia, que as pessoas possam ter mais compaixão pelos animais, que as leis que defendem os direitos dos animais sejam mais rígidas. Eu posso colaborar nessas mudanças fazendo minha parte ensinando o próximo a ter compaixão por uma vida (JOVEM58, CAJUEIRO, 2019).</p>
<p>Desejo que o Brasil tenha cada vez menos desigualdades sociais e passe a ser um país justo para todos. A forma como eu e todos nós podemos colaborar com isso é buscar conhecimento e ser mais conscientes em nossas decisões, mudar a mentalidade individualista e trabalhar como um todo (JOVEM59, CAJUEIRO, 2019).</p>
<p>Um Brasil com igualdade a todos, independente de raça, cultura, religião, forma padrão do corpo nos dias atuais, orientação sexual... um Brasil onde todos possam ter direitos e ser respeitados. Quero aumentar meu conhecimento para ajudar as pessoas a entender o próximo, quero ter meu consultório nutricional e lá poder abordar diretamente os pacientes e também usar redes sociais. A rede social é nossa melhor forma de ferramenta, pois uma grande parte está conectada nela (JOVEM60, CAJUEIRO, 2019).</p>

Fonte: Elaboração própria a partir das fichas de inscrição para o Trilha Uni do Cajueiro, 2022.

As respostas das juventudes trazem à tona questões muito caras para a sociedade. Elas apontam as violências que sofrem, sejam de gênero ou de raça, e com muita coragem dizem de quem parte a violência, “que o maior medo do jovem negro não são os bandidos e sim a polícia, um órgão que devia proteger está fazendo o contrário” (JOVEM50, CAJUEIRO, 2019). Essas

mesmas juventudes cobram melhorias, apontam caminhos e expressam o desejo pelo “fim do genocídio da população negra, pelas mãos de policiais, e aumentar a participação das mulheres na política” (JOVEM48, CAJUEIRO, 2019), bem como o desejo de trabalhar “como um todo” (JOVEM59, CAJUEIRO, 2019), apontando a necessidade de trabalhar coletivamente.

O sonho para romper com as fronteiras do preconceito, discriminação e violência é o sonho de um país com justiça social, que respeite e valorize as diferenças, um país com arte, um país com pessoas que tenham mais empatia, “amor, compreensão, gentileza, igualdade, carinho, oportunidade” (JOVEM56, CAJUEIRO, 2019). A educação aparece como forte aliada nas respostas dessas juventudes, que apontam o conhecimento e a consciência crítica como formas de enfrentamento das desigualdades e transformação da sociedade. “Quero aumentar meu conhecimento para ajudar as pessoas a entender o próximo” (JOVEM60, CAJUEIRO, 2019).

4.2 O que as juventudes do Trilha Uni do ano de 2016 respondem e opinam sobre as coisas boas e as coisas ruins de ser jovem no Brasil

Após a explanação e reflexão dos quadros que trouxeram à tona as respostas das juventudes à primeira questão, pode-se dizer que, ao mesmo tempo que as juventudes denunciam as mazelas do cotidiano, elas anunciam com esperança caminhos que podem ser trilhados. Para Dick, o jovem “anuncia, mesmo de forma inconsciente, novidades no sentido mais profundo e denuncia velhices para as quais essa humanidade não foi feita. O jovem, como tal, é uma realidade emergente que é preciso aprender a perceber e compreender” (DICK, [2010?], p. 1).

Nessa direção de “aprender a perceber e compreender” as juventudes, caminhando no desenvolvimento da questão-problema e objetivo geral desta pesquisa, de investigar como os jovens do Trilha Uni percebem e enfrentam o lugar que a sociedade destina para eles, partimos agora para os quadros que trazem as respostas da segunda questão já pontuada: “Diga as coisas que são boas e coisas que são difíceis de ser jovem hoje. Dê sua opinião como jovem” (CAJUEIRO, 2016/2019).

Quadro 5 - O que as juventudes do Trilha Uni do ano de 2016 respondem e opinam sobre as coisas boas e as coisas ruins de ser jovem no Brasil.

Ser jovem hoje em dia é difícil, as responsabilidades **de ter que trabalhar e estudar** torna a vida mais pesada, tanto que, para estudar, para tirar boas notas, para **entrar para uma faculdade**, se torna mais difícil ainda e

<p>muitos optam em trabalhar e esquecer o sonho de cursar uma faculdade, mesmo sabendo que com um curso superior torna mais favorável a vida social (JOVEM61, CAJUEIRO, 2016).</p>
<p>A única coisa boa é exatamente ser jovem, é difícil ser de baixa renda e conseguir um bom emprego, entrar em uma faculdade pública (JOVEM62, CAJUEIRO, 2016).</p>
<p>Ser jovem? Ser jovem é bom, mas também é difícil. Falo isso porque sou uma, não temos muitas oportunidades de emprego, as escolas em que estudamos são precárias, deveríamos ter mais oportunidades como essas (JOVEM63, CAJUEIRO, 2016).</p>
<p>Ser jovem significa sonhar alto, mas tentar chegar lá com pouco (salário/remuneração trabalhista), nós só temos ensino médio, às vezes nem isso, e o salário raramente paga uma boa faculdade, ou melhor, um nível superior de qualidade, nossa perseverança faz nossa força em casa, no trabalho e nos estudos. Como diz o Pensador: aquilo que o mudo te pede não é o que o mundo te dá. Mas com visão, determinação e fé, chegamos a qualquer lugar (JOVEM64, CAJUEIRO, 2016).</p>
<p>Ser jovem é ser o presente da sociedade, é no momento da juventude que perdemos o medo e arriscamos por uma sociedade inclusiva. A dificuldade é ser inexperiente em uma sociedade em que os adultos nos querem prontos, falta de oportunidade e credibilidade no primeiro emprego (JOVEM65, CAJUEIRO, 2016).</p>
<p>Ser jovem hoje em dia é um desafio muito grande devido às diversas pressões sociais. Emprego, faculdade. Espera-se muito do jovem atualmente e nem sempre a sociedade oferece suporte necessário para o desenvolvimento do que é exigido ao jovem (JOVEM66, CAJUEIRO, 2016).</p>
<p>Ser jovem hoje é muito complicado, cada dia mais perdemos nossos jovens para as drogas, para o álcool, para a criminalidade. Temos o mundo em nossas mãos que é a internet, e a maioria usa de forma errada. Devemos valorizar mais as oportunidades que temos (JOVEM67, CAJUEIRO, 2016).</p>
<p>É bom, pois temos oportunidades que nossos pais muitas vezes não tiveram, podemos conhecer lugares e coisas diferentes através dos meios de comunicação avançados. É ruim, pois existe muita criminalidade e acesso às drogas e problemas. Não temos condições de investir nos estudos, pois o ensino público está totalmente defasado! (JOVEM68, CAJUEIRO, 2016).</p>
<p>A juventude é uma época para pensar no futuro, estudo, profissão. Ser jovem hoje é ter a chance de mudar o mundo e poder ver e participar de momentos históricos como os que estão acontecendo na política. Porém, por outro lado, os jovens estão abandonados, não tem mercado de trabalho para os jovens adquirirem experiência, os que estão em escola pública no ensino básico têm uma educação precária e poucas chances de cursar uma boa faculdade (JOVEM69, CAJUEIRO, 2016).</p>
<p>A juventude de hoje pensa em álcool e drogas, se houvesse mais programas como esse de vocês, com certeza, a classe desfavorecida venceria na vida (JOVEM70, CAJUEIRO, 2016).</p>
<p>Ser jovem implica ainda ter vivido pouco e ter vivido pouco implica ter menos experiências de vida. O adolescente sofre uma pressão descomunal para escolher uma carreira, aparência, ter vida social, namoros, entre outros, e na minha concepção a sociedade não dá a devida atenção e credibilidade ao que falamos e não temos autonomia. Já o lado bom é que ainda não temos encargos e não ser responsabilizado por seus atos perante a lei (JOVEM71, CAJUEIRO, 2016).</p>
<p>Ser jovem hoje é poder ter acesso à formação pautada na democracia, mesmo que essa seja pouco colocada em prática por governantes; é ter voz ativa e se fazer ouvido. Ser jovem é querer vencer mesmo</p>

sendo excluído por uma sociedade desigual, sem mesmo saber que está sendo excluído, acreditando que se pode fazer um país melhor, um mundo melhor e igualitário (JOVEM72, CAJUEIRO, 2016).

Ser jovem nos dias de hoje é muito difícil, pois existem muitas coisas ruins acontecendo hoje, **as escolas estão cheias de violência e drogas**, as famílias não têm mais tempo para fazer coisas que uma família deveria fazer, como passear nos fins de semana, almoçar juntos, brincar e conversar (JOVEM73, CAJUEIRO, 2016).

Fonte: Elaboração própria a partir das fichas de inscrição para o Trilha Uni do Cajueiro, 2022.

Apesar da variedade nas respostas, verifica-se que o *feedback* das juventudes sobre os desafios de “ser jovem” se entrelaçam principalmente em dois pontos. Um deles está relacionado à questão do trabalho, que pode ser subdividida ainda em outros dois aspectos: o da dificuldade de trabalhar e estudar ao mesmo tempo: “ter que trabalhar e estudar torna a vida mais pesada” (JOVEM61, CAJUEIRO, 2016), e o da falta de oportunidade da sociedade às juventudes, o que dificulta a entrada no mercado de trabalho: “é difícil ser de baixa renda e conseguir um bom emprego” (JOVEM62, CAJUEIRO, 2016), “os jovens estão abandonados, não tem mercado de trabalho para os jovens adquirirem experiência” (JOVEM69, CAJUEIRO, 2016).

O segundo ponto que direciona para os desafios das juventudes diz respeito à violência e às drogas: “cada dia mais perdemos nossos jovens para as drogas, para o álcool, para a criminalidade” (JOVEM67, CAJUEIRO, 2016). Quando essas mesmas juventudes apontam as coisas boas de ser jovem, elas mencionam a coragem que possuem para enfrentar os problemas existentes: “Ser jovem é querer vencer mesmo sendo excluído por uma sociedade desigual, sem mesmo saber que está sendo excluído, acreditando que se pode fazer um país melhor, um mundo melhor e igualitário” (JOVEM72, CAJUEIRO, 2016).

É notório o sentimento de exclusão que essa juventude tem em relação ao seu cotidiano social, em relação ao governo, ao mercado de trabalho, à classe e à raça. Mas, mesmo percebendo e sentindo o movimento excludente que há no Brasil, esses jovens acreditam, sonham e querem lutar por um país melhor. No ano de 2017, esses dois pontos que aparecem em 2016 seguem em evidência, entretanto, outras temáticas também surgem e merecem atenção.

A dificuldade em relação ao mercado de trabalho foi relacionada por muitos jovens com a ausência de experiência: “A dificuldade é ser inexperiente em uma sociedade em que os adultos nos querem prontos, falta de oportunidade e credibilidade no primeiro emprego” (JOVEM65, CAJUEIRO, 2016). O racismo estrutural também pode estar diretamente ligado aos obstáculos existentes para a inserção no mercado de trabalho, e este é apontado por jovens nos próximos quadros.

Fernandes (2007, p. 289) reflete que “as estruturas da sociedade de classes ainda não conseguiram eliminar normalmente as estruturas preexistentes na esfera nas relações raciais”. Para o autor, o período logo após a abolição instaurou uma ordem social competitiva que “emergiu e expandiu-se, compactamente, como um autêntico e fechado ‘*mundo dos brancos*’”. Para o autor o “mundo colonial” que desapareceu historicamente subsiste institucional e funcionalmente: “[...] isso acontece de formas variadas a depender do lugar, e das formas de organização da sociedade”.

Sendo um jovem negro que vive em um bairro periférico, uma das minhas maiores dificuldades é lidar com o preconceito em diversos âmbitos e espaços sociais. Preconceitos que se transformam em processos de discriminação em vários aspectos e lugares, inclusive na escola. Eu diria que o lado positivo de ser jovem é ter tempo e esperança de lutar por um mundo melhor (JOVEM 74, CAJUEIRO, 2017).

Observa-se que o mundo colonial que instituiu o racismo estrutural no Brasil “vive, pois, em quase tudo que é essencial para o capitalismo dependente: na posse da terra, na autocracia dos poderosos, [...] na marginalização dos pobres, [...] e, principalmente, nos padrões de relações étnicas e raciais [...]” (FERNANDES, 2007, p. 289-290).

Quadro 6 - O que as juventudes do Trilha Uni do ano de 2017 respondem e opinam sobre as coisas boas e as coisas ruins de ser jovem no Brasil.

Sendo um jovem negro que vive em um bairro periférico , uma das minhas maiores dificuldades é lidar com o preconceito em diversos âmbitos e espaços sociais . Preconceitos que se transformam em processos de discriminação em vários aspectos e lugares, inclusive na escola. Eu diria que o lado positivo de ser jovem é ter tempo e esperança de lutar por um mundo melhor (JOVEM 74, CAJUEIRO, 2017).
Ser jovem no século XXI significa estar fadado a cobranças familiares constantes e a doenças mentais características do século, como a depressão e ansiedade . Por outro lado, somos os jovens mais tecnológicos dessa era, desfrutando de aparatos que são cada vez mais úteis. Estamos fadados às doenças, mas agraciados pela tecnologia e o desenvolvimento do pensamento (JOVEM 75, CAJUEIRO, 2017).
Disponibilidade de trabalhar, disposição física, mental e intelectual , capacidade de interagir e se adaptar a situações diversas, conhecimento das novas ferramentas de comunicação, internet... O que se torna difícil é a falta de experiência, dificuldade de ingresso no mercado de trabalho e conciliar trabalho, estudo e família, poucos recursos para tantos anseios e controlar a ansiedade causada por tanta cobrança e exigência da família e sociedade (JOVEM 76, CAJUEIRO, 2017).
O mundo de hoje é fantástico para os jovens, repleto de informação , com muito mais diálogo e abertura. No entanto, há que se ter muito cuidado, pois são tantas as possibilidades e escolhas que o próprio jovem acaba se tornando refém da velocidade com que as coisas acontecem e do volume de informações a que tem acesso todos os dias (JOVEM 77, CAJUEIRO, 2017).

<p>Ser jovem tem seu lado bom e ruim, o bom é que essa é a melhor idade, pois é com essa idade que escolhemos o nosso futuro e é de agora que temos que correr atrás dele. O lado ruim é que não podemos apenas estudar, hoje é preciso trabalhar e estudar para que tenhamos como ajudar os pais em casa, já que o governo não valoriza o estudante (JOVEM 78, CAJUEIRO, 2017).</p>
<p>Dentre as coisas difíceis de ser jovem hoje em dia, está a imposição da sociedade, que, de certa forma, "obriga" o jovem a seguir um padrão. Seja ele um padrão de beleza, social, etc. Entre as coisas boas de ser jovem atualmente, está a praticidade, a liberdade de expressão (que ainda é um pouco reprimida), e o tempo que temos para escolher o caminho que vai ser melhor para o nosso futuro. E graças ao avanço da tecnologia, ela nos beneficia cada vez mais. Se usada com moderação, claro! (JOVEM 79, CAJUEIRO, 2017).</p>
<p>Como jovem, vejo que um dos principais problemas que temos é a dificuldade em conciliar trabalho e estudo, e diante da grave crise que enfrentamos, a nossa principal alternativa é estudar e trabalhar! E é nesse momento que entra a importância de projetos como esse, do projeto Trilha Uni Cajueiro, que vem como uma importante solução e alternativa para que possamos realizar o sonho de ter um curso superior (JOVEM 80, CAJUEIRO, 2017).</p>
<p>O bom de ser jovem é ser persistente e não desistir daquilo que sonha, mesmo que no ano de Enem a moça engravida e é julgada e mesmo assim não desiste. Os jovens são fortes, e não será mais uma barreira que os fará desistir. O ruim é que nem sempre são ouvidos. As pessoas acham que, por serem mais jovens, não tendo muita experiência, não têm tanta importância quanto um mais experiente (JOVEM 81, CAJUEIRO, 2017).</p>
<p>O bom de ser jovem é que sempre estamos cheios de sonhos, várias conquistas, mas o difícil é arrumar um emprego. Quando termina o ensino médio, você tem que decidir o seu futuro, entrar em uma faculdade e é claro que de graça, mas, como não conseguimos de primeira, a gente começa a pensar que não vai conseguir, mas sempre surgem oportunidades como a desse projeto de ajudar a gente a acreditar que é possível sim e que nunca devemos desistir de nossos sonhos (JOVEM 82, CAJUEIRO, 2017).</p>
<p>Primeiramente, é luta de querer ser diferente de muitos que saem do ensino médio e ficam sem fazer nada, que não têm expectativa do que e como fazer, e por ser jovem e às vezes não ter emprego/oportunidade, não tenho condições de ter um bom estudo para passar nos exames e vestibulares para conseguir fazer meu curso desejado (JOVEM 83, CAJUEIRO, 2017).</p>
<p>Ser jovem hoje tem suas vantagens devido à facilidade no acesso à informação pela internet, pelos programas de TV, por projetos culturais etc. Mas nem todos têm a oportunidade de telas, devido à baixa renda familiar, os jovens têm que começar a trabalhar muito cedo, deixando os estudos de lado, e não podendo ir em busca dos seus direitos (JOVEM 84, CAJUEIRO, 2017).</p>
<p>Coisas boas: A tecnologia está muito avançada, vivemos em um tempo em que temos mais facilidade e com poucas responsabilidades. Coisas difíceis: Ninguém nos leva muito a sério, e também ocorrem muitas propostas para as drogas e crimes organizados (JOVEM 85, CAJUEIRO, 2017).</p>

Fonte: Elaboração própria a partir das fichas de inscrição para o Trilha Uni do Cajueiro, 2022.

O preconceito e o racismo, somados à falta de oportunidade de trabalho, à necessidade de trabalhar e estudar, além das cobranças e exigências por tomada de decisões e da “imposição da sociedade, que, de certa forma, ‘obriga’ o jovem a seguir um padrão” (JOVEM79, CAJUEIRO, 2017), têm gerado nas juventudes grandes níveis de ansiedade. “Ser jovem no

século XXI significa estar fadado a cobranças familiares constantes e a doenças mentais características do século, como a depressão e ansiedade” (JOVEM75, CAJUEIRO, 2017).

É como se houvesse um grito das juventudes dizendo que não são o futuro, mas são o presente, estão sendo hoje e precisam de voz e lugar para tratar de suas questões e serem muito mais do que cobradas, acolhidas. “O que se torna difícil é a falta de experiência, dificuldade de ingresso no mercado de trabalho e conciliar trabalho, estudo e família, poucos recursos para tantos anseios e controlar a ansiedade causada por tanta cobrança e exigência da família e sociedade” (JOVEM 76, CAJUEIRO, 2017). Segundo o Atlas das Juventudes (BRASIL, 2021b, p. 110), “[...] dois em cada cinco jovens brasileiros em idade de trabalhar ou estão desempregados ou trabalham em empregos que não pagam o suficiente para superar a pobreza”.

Outra resposta inquietante que aparece em 2017 é a questão da gravidez na juventude: “mesmo que no ano de Enem a moça engravida e é julgada e mesmo assim não desiste. Os jovens são fortes, e não será mais uma barreira que os fará desistir” (JOVEM81, CAJUEIRO, 2017). A gravidez aparece como uma barreira, mas que não desmotiva o desejo de ingressar no ensino superior por meio do Enem. Para Sposito, Souza e Silva (2018), há uma carência de estudos que abordem como os jovens vivenciam objetiva e subjetivamente a temática da maternidade e da paternidade.

A temática parece ser importante sobretudo em uma sociedade que, cada vez mais, tende a exigir, especialmente das jovens, a possibilidade de articulação dessa experiência com a inserção produtiva, o engajamento em afazeres domésticos e a continuidade dos estudos sem lhes oferecer suportes institucionais suficientes, capazes de garantir tal conciliação. Essa experiência também afeta os rapazes diante das expectativas do tradicional papel de provedor que ainda marca suas trajetórias (SPOSITO; SOUZA; SILVA 2018, p. 14).

Assim como os jovens apontam em suas respostas a necessidade de ingressar no mercado de trabalho, as autoras também enfatizam a questão da inserção produtiva e dos estudos, somada aos desafios da maternidade e paternidade. Diante de tantas adversidades, que são potencializadas para jovens de baixa renda, um afirma que, por “não ter emprego/oportunidade, não tenho condições de ter um bom estudo para passar nos exames e vestibulares para conseguir fazer meu curso desejado” (JOVEM 83, CAJUEIRO, 2017). Mas as juventudes também conseguem apontar as coisas boas. “Eu diria que o lado positivo de ser jovem é ter tempo e esperança de lutar por um mundo melhor” (JOVEM 74, CAJUEIRO, 2017). A tecnologia e a velocidade das informações também aparecem como ponto positivo, “somos os jovens mais tecnológicos dessa era, desfrutando de aparatos que são cada vez mais úteis” (JOVEM 75, CAJUEIRO, 2017).

No ano de 2018, a questão do trabalho segue como uma temática recorrente entre as dificuldades de ser jovem. Observa-se que os “[...] jovens continuam tendo uma representatividade alta entre os desempregados e não raro são prejudicados pelas mudanças nos padrões do mercado de trabalho” (BRASIL, 2021b, p. 110), tudo isso somado à pobreza, ao racismo e às cobranças que aparecem nessa transição para a vida adulta. Entre as vantagens de ser jovem, apontam a esperança, a força de vontade e a oportunidade de participar de projetos como o Trilha Uni.

Quadro 7 - O que as juventudes do Trilha Uni do ano de 2018 respondem e opinam sobre as coisas boas e as coisas ruins de ser jovem no Brasil.

Vivemos em mundo tomado pelo capitalismo, somos criados sem a presença dos pais porque trabalham muito, e, quando entramos na fase adulta, somos obrigados a entrar nesse mundo também, cheio de correrias e cansaço . O bom é que, apesar de tanto sufoco, existem projetos como esse que nos preparam para a vida, coisas que muitos não tiveram (JOVEM 86, CAJUEIRO, 2018).
A parte difícil de ser jovem é que, na maioria das vezes, somos tachados como arruaceiros, à-toas , se formos em uma manifestação a prol de algo que nos preocupa. Nossas opiniões não são levadas a sério, pois dizem que somos imaturos demais, entre outras coisas. A parte boa é que nós somos a esperança de um mundo melhor, que a maioria de nós vem lutando para isso aconteça . Como jovem, eu diria que nossos governantes deveriam prestar mais atenção no que dizemos, pois nós queremos um país em que todos tenham direitos iguais, independente de sua raça, orientação sexual ou religiosa. Todos somos iguais perante a lei (JOVEM 89, CAJUEIRO, 2018).
As difíceis são as cobranças exageradas por parte da sociedade (casamento, faculdade, filhos, casa própria, automóveis, profissão e não nessa ordem) . As boas são a maioria para eu poder migrar da minha cidade natal para outras cidades que têm mais possibilidades e oportunidades. E por ser um homem negro tudo se torna ainda mais complicado, é a polícia que te barra, a senhora que te acusa, o segurança que desconfia tudo porque sou NEGRO (JOVEM 90, CAJUEIRO, 2018).
Boas: maturidade, independência, momentos de escolhas, profissão, faculdade , futuramente um casamento , pois já sou jovem. Difíceis: muitos boletos para serem pagos, cobranças por parte dos familiares e exigências que o mundo impõe sobre nossas escolhas, frustrações e muitas responsabilidades e só um complemento arcar com o preconceito aonde quer que eu vá por ser uma jovem negra (JOVEM 91, CAJUEIRO, 2018).
Coisas boas são bem relativas, no meu caso, ainda sou jovem, escuto de pessoas mais velhas relatos de oportunidades que perderam, escolhas erradas, e estão velhas para isso, eu posso driblar isso ainda. Difícil na minha realidade é trabalhar e tentar estudar ao mesmo tempo, sendo que outros jovens só precisam estudar e se dedicar 100% (JOVEM 92, CAJUEIRO, 2018).
Bem difícil de resumir um assunto tão amplo e relativo, mas as coisas boas giram principalmente em torno de termos até certa idade tempo livre para estudar e fazermos o que gostamos, e começar um futuro do zero. A ruim varia de caso, no meu, foi começar a trabalhar cedo demais e não ter tempo para estudos ou lazeres que as outras crianças têm (JOVEM 93, CAJUEIRO, 2018).

<p>Hoje nós temos um acesso muito grande à informação, o que facilita muito as coisas. Porém, com esse excesso de informação, as cobranças parecem ser maiores, o que ajuda muito dos problemas mentais que eu e muitos jovens têm (JOVEM 94, CAJUEIRO, 2018).</p>
<p>A juventude é uma fase de aprendizado em todos os sentidos, quando começamos a adquirir responsabilidade, momento de nos divertir. Um ponto negativo de ser jovem é a pressão que pesa em nossas costas, conciliar trabalho com escola, ansiedade, pois, quando chegamos ao ensino médio, temos consciência que é uma fase decisiva em nossa vida (JOVEM 95, CAJUEIRO, 2018).</p>
<p>Hoje em dia, ser jovem é bom devido a ainda ter pessoas e organizações como vocês do Cajueiro para nos ajudar a entrar e crescer no mercado de trabalho. E a coisa ruim é que em nosso país a falta de oportunidade é muito grande (JOVEM 98, CAJUEIRO, 2018).</p>
<p>Dentre os fatores negativos em ser jovem, aponto: a pressão e a imposição que temos, seja ela no âmbito familiar ou social; a falta de incentivo para a realização de atividades que realmente nos despertem o interesse e que possam contribuir para a nossa formação intelectual e social; a falta de oportunidades de emprego para os jovens menos qualificados (que, na sua maioria, são negros e de baixa renda); problemas sociais e econômicos; vícios; <i>bullying</i>; preconceito, as nossas novas concepções em relação ao futuro da humanidade. Fatores positivos: a juventude, a força de vontade, a esperança (JOVEM 99, CAJUEIRO, 2018).</p>
<p>As coisas boas é que somos jovens, então estamos a todo vapor, querendo aprender, trabalhar, fazer algo, para nos manter ocupados, conhecer novas pessoas, descobrir o mundo de uma maneira diferente, se divertir com os amigos e vários outros lados bons que existem. O lado ruim é que é uma fase muito difícil, por mais que as pessoas nos julguem, e achem que é a hora da vida mais gostosa de viver, digo que não é assim não. Parece que o mundo vai desabar na nossa cabeça, fora as mudanças de pensamentos, sentimentos, sensações estranhas, e muitas coisas (JOVEM 100, CAJUEIRO, 2018).</p>
<p>É bom se sentir jovem, gosto da fluidez, da prontidão, de não aprisionar o novo, temos muita energia e disposição. Ruim é o difícil acesso à cidade, a pressão para passar no vestibular e a falta de lazer, o aprisionamento (JOVEM 101, CAJUEIRO, 2018).</p>
<p>É difícil ser jovem, negro e pobre na sociedade atual. Tive que trabalhar desde cedo. Agora que terminei meu ensino médio. Gostaria de uma oportunidade para mudar minha história... (JOVEM 102, CAJUEIRO, 2018).</p>

Fonte: Elaboração própria a partir das fichas de inscrição para o Trilha Uni do Cajueiro, 2022.

No quadro acima, podemos observar que há um sentimento de pressão sobre as juventudes, com “cobranças exageradas por parte da sociedade (casamento, faculdade, filhos, casa própria, automóveis, profissão e não nessa ordem)” (JOVEM90, CAJUEIRO, 2018). Essas cobranças, somadas à dificuldade de inserção no mercado de trabalho, têm gerado medo e ansiedade nas juventudes.

Bauman (2008) enfatiza que existem na atualidade três tipos de perigos que geram o medo e ansiedade no ser humano e, por conseguinte, nas juventudes. Para o autor, o primeiro perigo é causado pela “ameaça ao corpo e suas propriedades” (BAUMAN, 2008, p. 10). O segundo perigo, que gera o medo, vincula-se “[...] à segurança do sustento (condição

econômica, emprego) ou mesmo da sobrevivência no caso de invalidez ou velhice” (BAUMAN, 2008, p. 10). Entende-se o terceiro perigo como o mais complexo, já que envolve uma sequência plural de situações singulares, que, por sua vez, “[...] ameaçam o lugar da pessoa no mundo – posição na hierarquia social, a identidade, e de modo geral, a imunidade à degradação e à exclusão social” (BAUMAN, 2008, p. 10). As juventudes estão no coração dessas inseguranças: “Parece que o mundo vai desabar na nossa cabeça, fora as mudanças de pensamentos, sentimentos, sensações estranhas, e muitas coisas” (JOVEM100, CAJUEIRO, 2018).

Esses medos são potencializados quando se pontua a questão da raça: “são frustrações e muitas responsabilidades e só um complemento arcar com o preconceito aonde quer que eu vá por ser uma jovem negra” (JOVEM91, CAJUEIRO, 2018). O racismo estrutural segue presente e impactando significativamente o cotidiano desses jovens. “É difícil ser jovem, negro e pobre na sociedade atual. Tive que trabalhar desde cedo. Agora que terminei meu ensino médio. Gostaria de uma oportunidade para mudar minha história...” (JOVEM102, CAJUEIRO, 2018).

A invisibilidade do negro na maioria dos espaços de poder e de prestígio em nossa sociedade é uma forma de não reconhecimento. Pesquisas mostram como é grande o fosso que separa a população negra da branca na sociedade brasileira. Essa situação não se manifesta apenas no preconceito baseado na preterição que diminui as oportunidades de ascensão social para pretos e pardos. Esses dois grupos, também, apresentam os piores indicadores de qualidade de vida (OLIVEN; BELLO, 2017, p. 342).

Esse contexto é sentido e percebido pelos jovens que chegam ao Trilha Uni, como na resposta de um dos jovens que cita a “falta de oportunidades de emprego para os jovens menos qualificados (que, na sua maioria, são negros e de baixa renda)” (JOVEM99, CAJUEIRO, 2018). Ainda assim, essas juventudes que sentem na pele o preconceito, que apontam as dificuldades de ser jovem no Brasil, com tantos medos e inseguranças, sinalizam a força e esperança para a mudança desse cenário.

A parte boa é que nós somos a esperança de um mundo melhor, que a maioria de nós vem lutando para isso aconteça. Como jovem, eu diria que nossos governantes deveriam prestar mais atenção no que dizemos, pois nós queremos um país em que todos tenham direitos iguais, independente de sua raça, orientação sexual ou religiosa. Todos somos iguais perante a lei (JOVEM89, CAJUEIRO, 2018).

Observa-se que as juventudes do Trilha Uni são marcadas por contradições, pois, ao mesmo tempo que estão na periferia, que sofrem com preconceitos, racismos e cobranças, que padecem com a falta de atenção dos governantes, percebem-se como sujeitos de esperança e de

ação. Groppo (2017) assinala que toda sociedade é intrinsecamente contraditória e não poderia ser diferente com a juventude. Para o autor, “a condição juvenil na sociedade moderna é alvo e fruto de tensões, conflitos e rearranjos, parte das lutas sociais para estabelecer o domínio de certos grupos sociais, seu projeto político e visão de mundo” (GROPPO, 2017, p. 84). Nessa mesma direção, o quadro com as respostas das juventudes do ano de 2019 segue revelando os paradoxos do cotidiano das juventudes, como podemos observar.

Quadro 8 - O que as juventudes do Trilha Uni do ano de 2019 respondem e opinam sobre as coisas boas e as coisas ruins de ser jovem no Brasil.

No meu caso, ser mãe sem ao menos poder dar uma estrutura para minha filha, sem estar ingressada em uma faculdade e não ter uma vida estável (JOVEM 103, CAJUEIRO, 2019).
Estamos à flor da pele, prontos para curtir, no auge da diversão, mas também nos vemos presos nas responsabilidades como estudo, bolsas, emprego, e isso gera sempre dúvidas, que muitas vezes geram a desmotivação, e a pergunta: "será que vou conseguir?", " Eu sou capaz?" (JOVEM 104, CAJUEIRO, 2019).
A tecnologia vem ajudando muito o jovem a criar seu espaço, em todos os sentidos. O fácil acesso à educação, o tsunami de informações e a liberdade de expressão, porém, muitos usam as redes sociais para julgar e assim diferenciam totalmente o virtual da realidade. A falta de empatia vem sendo algo preocupante para a vida social dos jovens, criando novos padrões, separando a juventude, o que vem gerando ansiedade e depressão, doenças, que é uma das causas que mais mata jovens no século XXII. A tecnologia ajuda, mas vem criando monstros (JOVEM 105, CAJUEIRO, 2019).
O jovem brasileiro não tem muitas oportunidades, nada é fácil, conseguir um emprego (sem experiência) não é fácil, ser aprovado em uma universidade também não. O lado bom é que desejamos e lutamos pelo melhor todos dias. Mesmo com as dificuldades, isso é ter esperança de um dia melhor (JOVEM 106, CAJUEIRO, 2019).
Ser jovem hoje em dia é um pouco complicado, pois a fama criada por nós mesmos influencia negativamente. Fama como arruaceiros, desinteressados, irresponsáveis e por aí vai. Para nós, jovens com pouca estrutura familiar e renda baixa, é mais complexo ainda, pois não temos condições nem acesso a ensino de qualidade, deixando mais propício o acesso à criminalidade e ao mundo das drogas (JOVEM 107, CAJUEIRO, 2019).
Aprendizado rápido. Ansiedade, insatisfação social, supervalorização das redes sociais e pouca oportunidade de trabalho (JOVEM 108, CAJUEIRO, 2019).
A juventude é um momento de conhecer o mundo. Mas, infelizmente, o mercado de trabalho exige mais do que podemos oferecer e as universidades são bastante concorridas (JOVEM 109, CAJUEIRO, 2019).
As coisas boas é que hoje temos muitas possibilidades de aprender, e de ter acesso aos estudos em qualquer lugar que estejamos. E as coisas ruins é que não somos levados a sério, somos tratados como a juventude imatura; e outra coisas ruim é que não temos tantas possibilidades de ter um emprego. Minha opinião é que, em um século tão avançado como estamos, com tantas possibilidades de melhoria, onde deveríamos estar andando para a frente, nós só estamos andando para trás cada vez mais (JOVEM 110, CAJUEIRO, 2019).

<p>O bom em ser jovem atualmente é estar sempre com a informação na palma da mão, fazer amizades independente de cor, sexo e gênero, ter a liberdade de ser quem quisermos. E a parte ruim é que, apesar de toda essa liberdade de expressão, ainda existem pessoas intolerantes e desrespeitosas (JOVEM 111, CAJUEIRO, 2019).</p>
<p>A sociedade espera muito de nós, jovens. Espera que sejamos autênticos e que busquemos as novidades e modernidade. Isso, por um lado, é bom, pois estamos em constante mudança e em crescimento. Porém, esse grande crescimento tem dificultado a nossa vida, pois estamos sempre ansiosos, depressivos e nervosos (características da nossa nova sociedade tecnológica) (JOVEM 112, CAJUEIRO, 2019).</p>
<p>O bom de ser jovem é estar em constante aprendizado, poder olhar o mundo com a esperança de mudança, acreditar que tudo é possível, tentar de diversas formas a realização de um sonho e ter força para lutar por seus direitos. É difícil para o jovem lidar com toda a pressão jogada sobre ele, aprender a aceitar a rejeição, a cobrança, a falta de oportunidades por inexperiência (JOVEM 113, CAJUEIRO, 2019).</p>
<p>O jovem possui força para correr atrás dos seus sonhos, para poder fazer a diferença nos dias hoje. Ser jovem nos dias de hoje não é fácil, pois tantas coisas ruins ao alcance do jovem, e acaba tirando-o do seu caminho, tirando do seu sonho. Mais tem muitos jovem que estão prontos para mudar o mundo com seus conhecimentos e amor! E muitos criticam a vida do jovem, sem saber o que se passa em sua casa. Ao invés de estender a mão, ajudar ou até mesmo dar uma palavra de ânimo, a maioria das pessoas finge que não vê e sai. Pois isso, não é com elas e nem com ninguém da família dela, muitos jovens não têm privilégios de estudar, de ter um bom serviço. Precisávamos mudar o mundo (JOVEM 114, CAJUEIRO, 2019).</p>
<p>Ser jovem hoje em dia é complicado – digo, em questão de trabalho e reconhecimento. Outra dificuldade que temos é o não incentivo aos estudos por meio dos órgãos públicos. Por um lado, temos toda a disponibilidade para crescer– que, de certa forma, será por meio dos estudos (JOVEM 115, CAJUEIRO, 2019).</p>

Fonte: Elaboração própria a partir das fichas de inscrição para o Trilha Uni do Cajueiro, 2022.

No ano de 2019, o uso das tecnologias aparece como ponto positivo e negativo no cotidiano juvenil. Para Morin (2013), a globalização apresenta grandes vantagens no sentido de aproximar as diversas culturas do mundo, pois é possível conhecer em um clique não só as culturas contemporâneas, mas também as medievais. Entretanto, “a padronização passou a ser um fenômeno mundial” (MORIN, 2013, p. 17), que se expressa pela busca de um padrão de roupas, comidas, estilos, gostos e comportamentos. Segundo o autor, “[...] a globalização é a pior e a melhor das coisas” (MORIN, 2013, p. 11), e lidar com essa ambivalência e contradição está entre os maiores desafios do século XXI. Para um dos jovens do Trilha Uni: “A tecnologia ajuda, mas vem criando monstros” (JOVEM105, CAJUEIRO, 2019). Para outro, os jovens estão “sempre ansiosos, depressivos e nervosos (características da nossa nova sociedade tecnológica)” (JOVEM112, CAJUEIRO, 2019).

O Atlas da Juventude 2021 aponta que a ausência de oportunidade no mercado de trabalho também pode implicar negativamente a vida das juventudes.

O desemprego e o subemprego prejudicam os índices de saúde, felicidade, segurança pública, qualidade de vida e estabilidade socioeconômica da população. A baixa oferta de empregos decentes para os jovens e a dificuldade dos governos em enfrentar as vulnerabilidades às quais esse público está exposto, no mercado de trabalho, podem resultar em efeitos negativos duradouros ao longo da vida dos jovens (BRASIL, 2021b, p. 109).

A chuva de informações disponibilizadas pelas novas tecnologias, somada à dificuldade de encontrar trabalho, ou de conciliar trabalho com estudos, e à consciência de que “o mercado de trabalho exige mais do que podemos oferecer e as universidades são bastante concorridas” (JOVEM109, CAJUEIRO, 2019), têm gerado dúvidas nos jovens que chegam ao projeto, como: “Será que vou conseguir? Eu sou capaz?” (JOVEM104, CAJUEIRO, 2019). Questionamentos como esses evidenciam a redução da autoestima das juventudes, que colocam em dúvida o próprio potencial.

As desigualdades sociais e raciais impactam negativamente as subjetividades desses jovens, podendo gerar problemas de saúde, que foram ainda mais potencializados nos períodos de pandemia. “Associados aos transtornos mentais em adolescentes, estão: prejuízos como redução de chance de completar a educação básica, falta de coesão social e redução da capacidade de enfrentar as adversidades futuras” (VAZQUEZ *et al.* 2022, p. 305).

Segundo o depoimento de uma jovem brasileira no Atlas da Juventude, “Estamos vivendo um momento de retrocesso, o ápice de todas as violências simbólicas que já vivemos, e a balança sempre pesará para as juventudes marginalizadas, sendo elas pretas periféricas, LGBTQIA+ e femininas” (BRASIL, 2021b, p. 46).

De acordo com um dos jovens inscritos para o Trilha Uni, “o jovem brasileiro não tem muitas oportunidades, nada é fácil, conseguir um emprego (sem experiência) não é fácil, ser aprovado em uma universidade também não” (JOVEM106, CAJUEIRO, 2019).

Diante do aumento do desemprego e da desigualdade decorrente do atual cenário econômico, novas soluções precisam ser pensadas. Criar estratégias para que os jovens possam permanecer mais tempo estudando e consigam participar ativamente no mercado de trabalho de maneira decente são questões fundamentais para o momento de crise que o país vive (BRASIL, 2021b, p. 111).

O projeto “Na Trilha da Universidade” é apontado como uma oportunidade dada às juventudes, que já não se sentem e nem se percebem contempladas pelas políticas públicas de acesso e permanência na escola e na universidade. “Hoje em dia, ser jovem é bom devido a ter pessoas e organizações como vocês do Cajueiro para nos ajudar a entrar e crescer no mercado de trabalho” (JOVEM 98, CAJUEIRO, 2018).

É sabido que os cursos pré-vestibulares nascem das lutas sociais por meio de demandas das camadas populares e aparecem “como uma forma inovadora de resistência e de produção de alternativas contra o que parece ser uma lógica social estabelecida na sociedade brasileira, que produz e mantém estabilizadas na sociedade as hierarquias, as possibilidades e os lugares sociais para determinados grupos” (NASCIMENTO; IGNÁCIO; PINHEIRO, 2004, p. 200). Entretanto, não podemos esquecer que o direito à educação pública e de qualidade é dever do Estado, como apontado na Constituição de 1988. Pensar junto as juventudes sobre processos que lhes permitam experienciar o desenvolvimento de sua autonomia e sua emancipação é fundamental. Dessa forma, em diálogo constante com os jovens, é possível cobrar incisivamente e com propriedade a garantia de direitos que são deveres do Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pudemos observar que o ensino médio no Brasil é marcado, desde que surgiu, por um dualismo que acaba por reproduzir as desigualdades sociais do campo educacional. Por ser palco de disputas no campo político e social, para cada gestão que o país atravessa, esse nível de ensino recebe um caráter distinto, seja voltado à formação para o trabalho, seja à passagem para o ensino superior. Na primeira década do século XXI, quando o Brasil passou pela gestão do governo do PT, houve um esforço para a universalização do ensino médio, que ficou mais fácil de ser concretizada após a aprovação do Fundeb. Entretanto, esses esforços não foram suficientes para alterar de forma significativa e crescente o número de estudantes no ensino médio. Apesar de tornar mais acessível o ensino, as desigualdades continuaram a se repetir, mantendo-se o dualismo histórico de uma escola pública, cada vez mais desvalorizada e precarizada, destinada para a classe trabalhadora, e instituições privadas, com boas estruturas, direcionadas para a elite.

As políticas de ação afirmativa constituíram um marco importante na garantia de acesso ao ensino superior para jovens de escolas públicas, pretos e de famílias de baixa renda. Não se pode negar o avanço da educação superior, mesmo que em passos lentos. Na primeira década do século, a interiorização de universidades e institutos também ampliou o nível de acesso. O que caminhava a passos lentos teve, com o golpe de 2016, um momento de estagnação e retrocesso.

O governo Bolsonaro, por meio de sua atuação no MEC, fez notar o esnobismo de seus ministros, que acreditam que a educação deve ser reservada a elites intelectuais. É a volta do coronelismo, como se apenas os filhos dos senhores e donos das terras pudessem estudar. No estado de Goiás, ganham ênfase nesse processo a militarização das escolas e o projeto Goiás Tec, que, de acordo com as reflexões realizadas, distanciam cada vez mais os jovens de uma educação voltada para a conscientização e libertação. Além de provocar o encadeamento da desvalorização da escola pública, lugar onde se encontram majoritariamente as juventudes que chegam ao Trilha Uni.

O CAJUEIRO, localizado em Goiânia, aparece como uma associação que representa dentro desse contexto brasileiro um movimento de lutas sociais em defesa da vida das juventudes e, por conseguinte, luta para garantir os direitos dos jovens por meio de seus projetos, programas e publicações, sempre na perspectiva da educação popular. Esta dissertação se debruçou especialmente em um dos projetos do CAJUEIRO, o “Na Trilha da Universidade”, tendo como estudo de caso as juventudes que se inscrevem e participam do projeto visando a

alcançar o ensino superior por meio do Enem. O objetivo desta pesquisa foi a de refletir como os jovens do projeto na Trilha da Universidade se sentem e percebem o lugar que a sociedade destina para eles.

Por meio da pesquisa documental, os resultados demonstraram que as expectativas dos jovens que chegaram ao Trilha Uni entre os anos de 2016 e 2019 para serem aprovados no Enem, somadas as suas respostas no que diz respeito às coisas boas e coisas ruins de ser jovem no Brasil, evidenciam o sonho comum de acessar o ensino superior, mas que, por conta da baixa renda familiar, percebem-se tomados pelo desafio da inserção precoce no mercado de trabalho: “[...] não podemos apenas estudar, hoje é preciso trabalhar e estudar para que tenhamos como ajudar os pais em casa, já que o governo não valoriza o estudante” (JOVEM78, CAJUEIRO, 2017).

Alguns dos jovens relataram a dificuldade de conciliar trabalho e estudo, “muitos optam em trabalhar e esquecer o sonho de cursar uma faculdade, mesmo sabendo que com um curso superior torna mais favorável a vida social” (JOVEM61, CAJUEIRO, 2016). Outros relatam a dificuldade de inserção no mercado de trabalho enfatizando que, “em nosso país, a falta de oportunidade é muito grande” (JOVEM98, CAJUEIRO, 2018). Observa-se que o processo de inserção no mercado de trabalho para muitos jovens passa por um período longo de indeterminação e incerteza. As juventudes responsabilizaram em boa parte das respostas o governo pela falta de oportunidade tanto no acesso à educação, quanto na inserção no mercado de trabalho. Há um sonho e esperança de romper com o velho mundo colonial: “Que o país comece a ser governado por pessoas capacitadas, que os jovens tenham voz, uma educação de qualidade, projetos sociais que apresentem aos jovens um novo mundo” (JOVEM45, CAJUEIRO, 2018).

Há uma descrença em relação às ações governamentais voltadas para a juventude, que se somam ao desejo de que a corrupção acabe. Outros fatores que aparecem com relevância nas respostas dizem respeito à ansiedade que surge pelo excesso de cobranças por parte da família e da sociedade, e a dificuldade de ingresso no ensino superior.

[...] estamos cheios de sonhos, várias conquistas, mas o difícil é arrumar um emprego, quando termina o ensino médio você tem que decidir o seu futuro, entrar em uma faculdade e é claro que de graça, mas como não conseguimos de primeira a gente começa a pensar que não vai conseguir (JOVEM82, CAJUEIRO, 2017).

Evidencia-se assim que a luta pelo ensino público de qualidade deve ser permanente, pois muitos jovens desistem do sonho do ensino superior pelo fato de só conseguirem ser

aprovados em universidades privadas e não conseguirem se manter financeiramente no curso, ou pelo alto número de concorrência: “os jovens estão abandonados, não tem mercado de trabalho para os jovens adquirirem experiência, os que estão em escola pública no ensino básico têm uma educação precária e poucas chances de cursar uma boa faculdade” (JOVEM69, CAJUEIRO, 2016).

A partir do relato das juventudes e do *Relatório do Quarto Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação 2022* – elaborado pela Dired/Inep com base em dados da Pnad-c/IBGE, constatamos que a presença da juventude negra na escola é 10% inferior à presença de jovens brancos, se considerarmos que mais da metade da população brasileira (54%) é negra (BRASIL, 2020). Esses dados demonstram que a questão das cotas sociais e raciais ainda é uma provocação a ser incorporada no Brasil. Além dos sentimentos de exclusão em relação ao trabalho, da discriminação racial, da descrença com a corrupção, algumas jovens mencionaram a gravidez precoce e os desafios de “ser mãe sem ao menos poder dar uma estrutura para minha filha, sem estar ingressada em uma faculdade e não ter uma vida estável” (JOVEM103, CAJUEIRO, 2019).

Com tamanha diversidade de vivências, sentimentos e percepções, torna-se claro que, para compreender o cotidiano juvenil em sua complexidade, é necessário observar as múltiplas situações sociais em que esta fase da vida se desenvolve, considerando ainda as diferentes maneiras de ser jovem. Diante da multiplicidade de situações em que se encontram as juventudes que chegam ao Trilha Uni, a resposta à pergunta desta dissertação, sobre quais as percepções das juventudes que chegam ao Trilha Uni em relação ao seu lugar na sociedade, não poderia ser outra que não múltipla e diversa.

As juventudes denunciam a partir de sua vivência cotidiana que “Ser jovem é querer vencer mesmo sendo excluído por uma sociedade desigual, sem mesmo saber que está sendo excluído”, ao mesmo tempo anunciam que, com força de vontade, é possível acreditar “que se pode fazer um país melhor, um mundo melhor e igualitário” (JOVEM72, CAJUEIRO, 2016). Essas juventudes que estão na escola pública, pretos e pobres, que buscam o curso de educação popular preparatório para o Enem, gritam que não há em suas vidas mais espaço para receber preconceitos e intolerâncias, que, apesar das dificuldades e exclusão, vão tentar, sim, o acesso ao ensino superior. Vão sonhar e lutar, vão buscar o lugar que tradicionalmente a sociedade não tem destinado para elas. “E é nesse momento que entra a importância de projetos como esse, do projeto Trilha Uni Cajueiro, que vem como uma importante solução e alternativa para que possamos realizar o sonho de ter um curso superior” (JOVEM80, CAJUEIRO, 2017).

Quando pensamos na formação do Trilha Uni e demais projetos do CAJUEIRO, “pensamos na história de vida de cada um/a dos/as jovens que buscam formação, precisamos considerar que muitos/as deles/as estão impedidos de aprender. Esse exercício será, na maioria das vezes, ir de encontro com a dor” (TEIXEIRA; SILVA, 2012, p. 92). Isso porque, “[...] para jovens empobrecidos/as, aprender significa descobrir a escassez de espaço para construir-se enquanto pessoa no mundo, descobrir-se despossuídos de direitos etc.” (TEIXEIRA; SILVA, 2012, p. 92). Dessa maneira, ir ao encontro com essas juventudes que chegam ao Trilha Uni, ter disponibilidade para o diálogo, valorizar o saber de experiências desses jovens é também ir ao encontro de suas alegrias e suas dores, o que gera desafios, porque exige o exercício do cuidado em suas diversas dimensões, desde a criação de vínculos, até o desenvolvimento da autoestima.

Acreditar nas juventudes, organizar espaços para que elas tenham voz, vez e lugar, em um mundo que discrimina, violenta e as trata como pessoas não prontas, é colaborar para que tenham força e se reconheçam cada vez mais como sujeitas de transformação da história: “sempre surgem oportunidades como a desse projeto de ajudar a gente a acreditar que é possível sim e que nunca devemos desistir de nossos sonhos” (JOVEM82, CAJUEIRO, 2017). O projeto Trilha Uni, bem como as juventudes que chegam ao projeto, encontra-se à margem desta sociedade que domina e oprime. Assim sendo, temos esperança de que só o oprimido é capaz de romper com as estruturas de opressão, pois as maiores mudanças saem das margens, até porque quem está na situação de dominador é acomodado demais para querer mudar, a transformação vem da periferia.

O atual contexto brasileiro pede uma mudança de paradigma em caráter de urgência, pois vivemos no país da desigualdade, do racismo, do preconceito, no país da incompreensão, da desvalorização da ciência e da educação por parte do Estado. Mas as juventudes apontam caminhos, inclusive para as escolas públicas sucateadas: “acesso ao conhecimento com escolas boas, com mais infraestrutura, professores competentes” (JOVEM19, CAJUEIRO, 2016). Mas, para isso, é necessário promover melhores condições para o trabalho docente, seja em questão salarial, na carga horária de trabalho, até na infraestrutura da escola.

Uma escola pública, laica e de qualidade pode colaborar com “mais acesso ao ensino superior” (JOVEM19, CAJUEIRO, 2016). Entretanto, não é suficiente, pois, “além de tudo, [é preciso construir] um país livre de corrupção” (JOVEM19, CAJUEIRO, 2016) que seja capaz de “minimizar a grande lacuna entre ricos e pobres, a igualdade de classes sociais e, principalmente, investir na área da educação para que, dessa maneira, nossa sociedade seja feita de indivíduos que possam ter conhecimentos sociopolíticos” (JOVEM40, CAJUEIRO, 2018).

As preocupações ambientais são sinalizadas pelas juventudes, que afirmam ser necessário cuidar da natureza e fazer do Brasil um país sustentável. Os jovens acreditam que “uma minoria armada de educação se torna a rachadura capaz de desestruturar um sistema opressor” (JOVEM48, CAJUEIRO, 2019). De fato, podemos compreender que a educação não é a única alavanca para as mudanças sociais, mas ela pode, sim, ser essa pequena rachadura dentro da estrutura do sistema vigente.

A partir das respostas das juventudes, concluímos que criar alternativas de inclusão desses jovens em espaços escolares, universitários, de participação social e política é um desafio que precisa ainda ser enfrentado. O CAJUEIRO constantemente está na luta por esses espaços para as juventudes, e o apoio para instituições como essas também precisa ser pensado. Na atualidade, a fragilidade ocasionada pela pandemia e a urgência de propostas que “funcionem” podem despolitizar debates relacionados à educação e à juventude. Cabe à produção acadêmica fornecer contribuições que questionem, desvelem e elucidem a realidade. A urgência do contexto histórico-social por respostas imediatas precisa provocar o campo científico ao compromisso com a síntese ainda mais profunda da realidade, síntese esta que só será possível com o contato direto com o objeto da pesquisa.

Esta dissertação, ao propor investigar os sentimentos e percepções das juventudes que chegam ao Trilha Uni em relação ao seu lugar na sociedade, elucidou que, apesar dos avanços, como a universalização do ensino médio e a ampliação do acesso ao ensino superior por meio das políticas de ações afirmativas, o Brasil vive um processo de circularidade, reproduzindo desigualdades que surgiram desde a invasão dos portugueses e que precisam ser enfrentadas. O projeto de preparação para o Enem “Na trilha da Universidade” colabora no enfrentamento dessas desigualdades, e é um caso de tantos outros cursos de educação popular espalhados no Brasil que podem servir como sinal de esperança, uma esperança do verbo esperar, que convida para a ação. Afinal, apoiar o desenvolvimento pleno das juventudes em seus territórios significa que esse desenvolvimento deve perpassar pela educação desses jovens.

Ao propor o objetivo de investigar as percepções e sentimentos das juventudes do Trilha Uni em relação ao seu lugar na sociedade, esta dissertação buscou dar visibilidade à voz das juventudes, isso porque muito se pesquisa sobre os jovens, mas o que eles têm a dizer sobre suas vivências? É importante na sociedade como um todo, bem como na educação e na pesquisa, estabelecer espaços em que os jovens possam falar de sua realidade e apontar caminhos, ou seja, para além de pesquisar sobre as juventudes, é preciso pesquisar com elas. Irao encontro dessa realidade juvenil é ir ao encontro de uma multiplicidade e complexidade de temáticas que uma só dissertação não é capaz de abarcar, pois, por meio das respostas das

juventudes, deparamo-nos com desafios como: o ingresso no ensino superior, a entrada no mercado de trabalho, os desafios provocados pelo racismo estrutural, os desafios da escola pública, os desafios da pobreza, da corrupção, da descrença na política, dos prós e contras da globalização e da internet, as *fake news*, a ansiedade, o medo, a violência, as drogas, a gravidez precoce... Ainda nas respostas das juventudes, caminhos de esperança também foram apontados: o cuidado com o meio ambiente, a necessidade de mais amor e empatia, a esperança na construção de um mundo melhor.

Nesta Trilha rumo à Universidade, há grande complexidade, pois as juventudes não estão em caixinhas separadas, cada uma com um único conteúdo, e são múltiplos os temas que as envolvem. Apesar de cumprir o objetivo de investigar os sentimentos e percepções das juventudes, esta dissertação se deparou com o limite de não conseguir se aprofundar nesse emaranhado de sentimentos e percepções que fazem parte do cotidiano desses jovens. Entretanto, a pesquisa apresenta uma potencialidade para novas análises e, nesse ínterim, aproveito o ensejo para falar da importância de pesquisas que se proponham à escuta das juventudes e, em especial, das juventudes empobrecidas a quem são negados diuturnamente direitos básicos, como a educação de qualidade e o acesso à cultura e lazer. Os dados da pesquisa elucidam o quanto as juventudes podem contribuir em debates atuais e somar suas vozes nas lutas pela defesa da vida, do direito e da democracia. Dessa forma, valorizar, ampliar e estimular a criação de espaços que promovam a participação juvenil é cada vez mais necessário.

O CAJUEIRO, como pudemos observar, por meio de seus programas, projetos e publicações, atua de maneira profunda em boa parte das temáticas trazidas pelos jovens, tendo como desafio constante o contato e trabalho na perspectiva da integralidade dos sujeitos envolvidos em cada projeto. O Centro de Formação, Pesquisa e Assessoria em Juventude celebra em 2023 dez anos de atuação, dez anos que carregam consigo muitos motivos para festejar. Esta árvore que vem crescendo em terras do cerrado é símbolo, referência, sinal de resistência e esperança para aqueles e aquelas que amam e lutam em favor da vida das juventudes.

Termino a dissertação com outras duas interrogações: onde estão essas juventudes que passaram pelo Trilha Uni entre os anos de 2016 e 2019? Conseguiram acessar e permanecer na universidade? Quem sabe essas questões não rendam boas rodas de conversas com esses jovens, e também futuras pesquisas que possam contribuir com estudos voltados para a condição juvenil e educação no estado de Goiás. Sigamos!

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena. Identidades juvenis: estudo, trabalho e conjugalidade em trajetórias reversíveis. In: PINHEIRO, Diógenes *et al.* (Org.). **Agenda Juventude Brasil**: leituras sobre uma década de mudanças. Rio de Janeiro: Uni Rio, 2016.

ALEGO – Assembleia Legislativa do Estado de Goiás. Matéria que cria o programa Goiás Tec no Ensino Médio é aprovada em primeira votação. **Agência Assembleia de Notícias**, 10 jun. 2020. Disponível em: <https://portal.al.go.leg.br/noticias/110754/materia-que-cria-o-programa-goias-tec-no-ensino-medio-e-aprovada-em-primeira-votacao>. Acesso em: 20 abr. 2022.

ALMEIDA, Vitor Sergio de; SILVA Maria Vieira; RICHTER, Leonice Matilde. Dimensões Identitárias do Enem sob a percepção de docentes e discentes de escolas públicas. **Em Aberto**, Brasília, v. 34, n. 112, p. 159-172, set/dez. 2021.

ALVES, Miriam Fabia. Violência e juventude em Goiás: narrativas dos jovens de escolas públicas. **Inter-Ação**. Goiânia, v. 43, n. 2, maio/ago. 2018.

ALVES, Miriam Fabia. O Ensino médio na encruzilhada: do esvaziamento à crença na escola como caminho de mobilidade social. In: ALVES, Miriam Fabia; MATUTINO, Aurisberg Leite (Org.). **Juventudes**: Educação e religião em cenários de violência. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2016.

ALVES, Miriam Fábica; OLIVEIRA, Valdirene Alves de. O novo ensino médio: embuste de uma reforma participativa em Goiás. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 16, n. 34, p. 89-109, jan./abr. 2022. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde>. Acesso em: 15 jun. 2022.

ALVES, Miriam Fabia; TOSCHI, Mirza Seabra; FERREIRA, Neusa Sousa Rêgo. A expansão dos colégios militares em Goiás e a diferenciação na rede estadual. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 12, n. 23, p. 271-287, jul/out. 2018.

ALVES, Rubem. **Ensinar, Cantar, aprender**. Músicas de Marcilio Menezes. Campinas-SP: Papirus, 2008.

ARROYO, Miguel G. Os jovens, seu direito a se saber e o currículo. In: DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo; MAIA, Carla Linhares. **Juventude e ensino médio**: sujeitos e currículos em diálogo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

BARRETO, Maria Olinda. **Juventudes e ensino médio**: perspectivas formativas para o ensino médio em escolas públicas de Iporá, Goiás. 2019. 236 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

BAUMAN, Zygmunt. **Medo líquido**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. Coleção Primeiros Passos, 57. reimp. da 1. ed. de 1981. São Paulo: Brasiliense, 2013.

BRANDÃO, Zaia. **Pesquisa em educação**: conversas com pós-graduandos. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2002.

BRASIL. **Anuário Brasileiro da Educação Básica**. Ensino Médio- Metas do PNE. 2021a. Disponível em: <https://www.moderna.com.br/anuario-educacao-basica/2021/ensino-medio.html>. Acesso em: 13 mar. 2021.

BRASIL. **Atlas das juventudes**: evidências para a transformação da Juventude. 2021b. Disponível em: <https://atlasdasjuventudes.com.br/wp-content/uploads/2021/06/ATLAS-DAS-JUVENTUDES-COMPLETO.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2021.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estudo e análise, informação demográfica e socioeconômica 2. **Características étnico-raciais da população, classificação e identidades**. Rio de Janeiro, 2013a. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv63405.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar da Educação Básica 2013**: resumo técnico. Brasília: O Instituto, 2014a. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2013.pdf. Acesso em: 26 abr. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 abr. 2022.

BRASIL. Presidência da República – Casa Civil. **Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009**. Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal, dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, e dá nova redação ao § 4º do art. 211 e ao § 3º do art. 212 e ao caput do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm. Acesso em: 15 jun. 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Enem**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/search?SearchableText=enem>. Acesso em: 02 abr. 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Indicadores Consolidados Enem 2013**. Última atualização: 25 out. 2013b. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/downloads/2013/indicadores_consolidados_dados_nacionais_estados_enem_2013.pdf. Acesso em: 25 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Inep divulga o perfil dos candidatos ao exame de 2017**. 27 out. 2017b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/418-enem-946573306/56441-inep-divulga-o-perfil-dos-candidatos-ao-exame-de-2017>. Acesso em: 03 abr. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 15 jul. 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013.** Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. 2013c. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm. Acesso em: 03 abr. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.** Conversão da Medida Provisória nº 746, de 2016. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. 2017b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm. Acesso em: 03 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **MEC e Inep aguardam 5,5 milhões de candidatos para a primeira prova do exame neste domingo.** 31 out. 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/enem/mec-e-inep-aguardam-55-milhoes-de-pessoas-para-a-aplicacao-do-enem-2018-neste-domingo>. Acesso em: 03 abr. 2022.

BRASIL. Congresso Nacional. **Medida Provisória nº 746, de 2106** (Reformulação Ensino Médio). Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. 2016a. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/126992>. Acesso em: 03 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Número de inscritos supera 8 milhões na tarde do último dia; taxa deve ser paga até dia 25.** 20 maio 2016b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/36381-numero-de-inscritos-supera-8-milhoes-na-tarde-do-ultimo-dia-taxa-deve-ser-paga-ate-dia-25>. Acesso em: 10 maio 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 10 maio 2022.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação - Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. 2014b. Disponível em:

<https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 10 maio 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório do 4º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação**. 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resumo Técnico: Censo da Educação Básica 2017**. Brasília-DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resumo Técnico: Censo da Educação Básica 2020**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2021c.

CAJUEIRO. **Página inicial**. 2022. Disponível em: <https://cajueiro.org.br/>. Acesso em: 12 jun. 2022.

CAJUEIRO. **Projeto: Na Trilha da Universidade - Trilha Uni 2019**. O documento consta no Anexo F da presente dissertação. 2019.

CAJUEIRO. **Estatuto do Cajueiro**. O documento consta no Anexo G da presente dissertação. 2021.

CARRANO, Paulo; DAYRELL, Juarez. Juventude e ensino médio: quem é este aluno que chega à escola. In: DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo; MAIA, Carla Linhares. **Juventude e ensino médio: sujeitos e currículos em diálogo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

CARVALHO, Marília Pinto; SENKEVICS, Adriano Souza. Novas e velhas barreiras à escolarização da Juventude. **Retrato da Juventude**, Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, v. 34, n. 99, Mai-Ago, 2020.

CORREA, Licínia Maria; ALVES, Maria Zenaide; MAIA, Carla Linhares (Org.). **Cadernos Temáticos: Juventude Brasileira e Ensino Médio. O ensino médio no Brasil: desafios e perspectivas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

DALRI, Vera Regina; MENEGHEL, Stela Maria. **O ensino médio pós-LDBEN/1996: avanços e desafios**. ANPAE – 2011. Disponível em: <https://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompletos/comunicacoesRelatos/0537.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2022.

DAYRELL, Juarez; GOMES, Nilma Lino; LEÃO, Geraldo. Escola e Participação Juvenil: é possível esse diálogo? **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 38, p. 237-252, set/dez 2010. Editora UFPR.

DAYRELL, Juarez Tarcisio; JESUS, Rodrigo Ednilson. Juventude, ensino médio e os processos de exclusão escolar. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 37, n. 135, p. 407-423, abr.-jun., 2010.

DICK, Hilário. **A vocação profética da Juventude**. [S.l.: s.n.] [2010?]. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/55615035/A-vocacao-profetica-Hilario-Dick>. Acesso em: 20 abr. 2022.

FEFFERMANN, Marisa. **Vidas arriscadas: o cotidiano dos jovens trabalhadores do tráfico**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2006.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. 2. ed. rev. São Paulo: Global, 2007.

FERRAZ, Thaís. INEP divulga número de inscritos no Enem 2016. **Infoescola**, 24 maio 2006. Disponível em: <https://www.infoescola.com/noticias/inep-divulga-numero-de-inscritos-no-enem-2016/>. Acesso em: 03 abr. 2021.

FERRERETI; Celso João; SILVA; Monica Ribeiro da. Reforma do Ensino Médio no contexto da medida provisória nº 746/2016: estado, currículo e disputas por hegemonia. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 385-404, abr.-jun., 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/LkC9k3GXWjMW37FTtfSsKTq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 abr. 2022.

FLEURI, Reinaldo Matias. Aprender com os povos indígenas. **R. Educ. Pub.** Cuiabá, v. 26, n. 62/1, p. 277-294, maio/ago. 2017.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? **Dilemas. Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 14/15, p. 1-382, 2006.

FREIRE, Paulo. **A educação na cidade**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 49. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**. São Paulo: Unesp, 2000. Disponível em: <http://bancadetexto.blogspot.com.br/2010/01/cancao-obvia-paulo-freire.html>. Acesso em: 12 maio 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 43. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e ousadia: o cotidiano do professor**. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREITAS, Felipe da Silva. Juventude negra: qual é mesmo a diferença? In: PINHEIRO, Diógenes *et al.* (Org.). **Agenda Juventude Brasil: leituras sobre uma década de mudanças**. Rio de Janeiro: Uni Rio, 2016.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Pandemia, mercantilização da educação e resistências populares. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 13, n. 1, p. 636-652, maio 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/44442>. Acesso em: 1º abr. 2022.

GOIÁS. Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento. **Análise das matrículas da educação básica em Goiás**. Referência: 2017. Disponível em: <https://www.imb.go.gov.br/files/docs/releases/censo-escolar-educacao-basica/censo-escolar-educacao-basica-2017.pdf>. Acesso em: 15 maio 2022.

GOMES, Vinicius Borges. **Analogias populistas na narrativa presidencial**: contrapontos à ciência na Pandemia da COVID-19. Universidade Paulista. São Paulo, 2021.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

GROPPO, Luís Antônio. **Introdução à Sociologia da Juventude**. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

KUENZER, Acácia. Trabalho e escola: a flexibilização do ensino médio no contexto do regime da acumulação flexível. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 38, 2017.

LEÃO, Geraldo; DAYRELL, Juarez Tarcísio; REIS, Juliana Batista dos. Juventude, projetos de vida e ensino médio. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 32, n. 117, p. 1067-1084, out.-dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/Jr9sGWbKhNRCFwFBMzLg34v/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 20 abr. 2022.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas-SP: Editora na UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios). Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4594598/mod_resource/content/1/LE_GOFF_HistoriaEMemoria.pdf. Acesso em: 20 abr. 2022.

LIMA, Nathália Ronfini de Almeida; CAMPOS, Milton N. Entre o agendamento da mídia e o desinteresse: meio ambiente nas comunidades em rede de jovens. **Revista Diversitas: Perspectivas em Psicologia**, v. 16, n. 1, p. 37-53. Universidad Santo Tomás Bogotá, Colombia. Junio - 2020.

MARGULIS, Mario. **La juventude es más que una palabra**. 3. ed. Buenos Aires: Biblos, 2008.

MATUTINO, Aurisberg Leite; VIEIRA, Luis Duarte. **Rodas de Conversa**: juventude e Projeto de Vida: transgredir para construir outras possibilidades. Goiânia: Gráfica e Editora América, 2021.

MESQUITA, Silvana Soares de Araujo; LÉLIS, Isabel Alice Oswaldo Monteiro. Cenários do Ensino Médio no Brasil. Pontifícia Universidade Católica do Estado do Rio de Janeiro – PUC. Rio de Janeiro, Brasil. **Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 89, p. 821-842, out./dez/ 2015.

MESQUITA, Marcos Roberto; MARQUES JUNIOR, Gessé; SIMÕES, Anderson Azevedo. **A juventude brasileira e a educação**. [S.l: s.n.], p. 38-46, 2012. Disponível em: <https://juventudebr.emnuvens.com.br/juventudebr/article/view/141/139>. Acesso em: 20 abr. 2022.

MORAIS, Erievania Melo; SANTOS, Camila Rodrigues; PAIVA, Irene Alves. Políticas públicas de educação no contexto neoliberal: um breve balanço. **Revista Inter-legere**. UFRN, v. 4, n. 31, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/25900>. Acesso em: 20 abr. 2022.

MORIN, Edgar; **Como viver em tempo de crise?** Tradução Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

NASCIMENTO, Alexandre do; IGNÁCIO, Jocelene; PINHEIRO, Fernando. Das ações afirmativas dos movimentos sociais às políticas públicas de ação afirmativa: o movimento dos cursos pré-vestibulares populares e a democratização do ensino superior. **Revista – UECE - O público e o privado**, v. 2, n. 3, jan./jun. 2004. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/opublicoeprivado/article/view/2548/2145>. Acesso em: 20 abr. 2022.

OLIVEIRA, João Ferreira de. Políticas, gestão e novas formas de regulação da educação superior: reconfigurações tensões e desafios. In: MACIEL, Carina Elisabeth; GOMES, Marcilene Pelegrine; SIQUEIRA, Romilsom Martins (Org.). **Políticas educacionais democráticas em tempos de resistência**. Brasília, ANPAE, 2021. Disponível em: <https://www.seminariosregionaisanpae.net.br/BibliotecaVirtual/10-Livros/POLITICAS-EDUCACIONAIS-DEMOCRATICAS-v2.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2022.

OLIVEN, Arabela Campos; BELLO, Luciane. Negros e indígenas ocupam o templo branco: ações afirmativas na UFRGS. **Revista Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 23, n. 49, p. 339-374, set./dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/yyZDqQmVcv4FdYKPMrdJQKM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 abr. 2022.

PAIS, José Machado. A construção sociológica da juventude – alguns contributos. **Análise Social**, v. XXV, 1990, p. 139-165.

PAIS, José Machado. **Culturas Juvenis**. Coleção Análise Social – sob a direção do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Imprensa Nacional Casa da Moeda. [199-?].

PIERO, Alexandre *et al.* Como desenvolver a integração do grupo de jovens? 2. ed. São Paulo: CCJ Centro de Capacitação da Juventude, 2013 (Coleção na trilha do grupo de jovens).

PORTES, Écio Antonio. **Trajetórias escolares e vida acadêmica do estudante pobre da UFMG**: um estudo a partir de cinco casos. Universidade Federal de Minas Gerais, 2001.

RESÊS, Erlando da Silva; PAULO, Wesley Garcia de. A posição de docentes acerca da militarização de escolas públicas em Goiás. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**: RBPAE, v. 35, n. 3, p. 700 - 724, set./dez. 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpaee/article/view/96115>. Acesso em: 15 jun. 2022.

SAINT-EXUPÉRY, Antonie. **O pequeno príncipe**. Rio de Janeiro: Pocket Ouro, 2008.

SALATA, André. Ensino Superior no Brasil das últimas décadas. Redução nas desigualdades de acesso? **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, v. 30, n. 2. May-Aug. 2018. p. 219-

253. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/125482/142069>. Acesso em: 15 maio 2021.

SANTOS, Dyane Brito Reis Santos. Curso de branco: uma abordagem sobre o acesso e a permanência de estudantes de origem popular nos cursos de saúde da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). **Revista Contemporânea de Educação**, v. 12, n. 23, jan/abr de 2017.

SANTOS NETO, José Paulos dos. **O debate sobre as ações afirmativas em teses e dissertações entre 2013 e 2020: do ingresso à permanência na Educação Superior**. Salvador: FLACSO/FPA, 2021.

SILVA, Joaquim Alberto Andrade; VIEIRA, Luís Duarte; SILVA, Roberta Agustinho. **Pastoral da Juventude: um jeito de ser e fazer: somos igreja jovem**. Brasília-DF: PJ, 2012.

SILVA, Maria das Graças Martins da; VELOSO, Tereza Christina Mertens Aguiar. Acesso à educação superior: significados e tendências em curso. **Série Estudos**, Campo Grande, nº 30, p. 221-253, jul./dez. 2010.

SILVA, Sandorlei Aparecido; OLIVEIRA, Eulália Gonçalves Souza. Projeto Goiás TEC – ensino médio ao alcance de todos: o Estado gestor e o desmonte da profissão docente. **Revista Panorâmica**, v. 1, Edição Especial, 2021.

SILVA, Tarcisio Augusto Alves. As políticas públicas de juventude no Brasil pós-golpe de 2016: o cenário de ataque aos direitos sociais; 1 Política & Trabalho. **Revista de Ciências Sociais**, nº 54, jan./jun. 2021, p. 150-167.

SOUZA, Alessandra Miranda de *et al.* **Rodas de conversa: diálogo na construção de direitos**. Goiânia: Gráfica e Editora América, 2016.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão a Bolsonaro**. Edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

SPOSITO, Marília Pontes. Juventude e educação: interações entre a educação escolar e a educação não formal. **Revista Educação e Realidade**, v. 33, n. 2, p. 83-98 jul/dez 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3172/317227052007.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2022.

SPOSITO, Marília Pontes; SOUZA, Raquel; SILVA, Fernanda Arantes. A pesquisa sobre jovens no Brasil: traçando novos desafios a partir de dados quantitativos. **Educ. Pesquisa**. São Paulo, v. 44, e170308, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/cdSt3xCththpDM9rwbrNGVg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 abr. 2022.

TAFFAREL, Celi Nelza Zülke; NEVES, Márcia Luzia Cardoso. Tendências da educação frente à correlação de forças na luta de classes: uma análise do governo Bolsonaro na perspectiva educacional. **Estudos IAT**, Salvador, v. 4, n. 2, p. 310-329, set., 2019. Disponível em: <http://estudiosiat.sec.ba.gov.br/index.php/estudiosiat/article/viewFile/153/201>. Acesso em: 20 abr. 2022.

TEIXEIRA, Carmem Lúcia; SILVA, Lourival Rodrigues da. **Escola de educadores/as de adolescentes e jovens: formação para acompanhamento Juvenil**. Goiânia: Casa da Juventude Padre Burnier; PUC Goiás, 2012. (Coleção Caminhos)

TEIXEIRA, Carmem Lúcia; SILVA, Lourival Rodrigues da. (Org.). **Rodas de Conversa a Juventude quer viver**. Goiânia: Casa da Juventude Padre Burnier, 2011.

VAZQUEZ, Daniel Arias *et al.* Vida sem escola e saúde mental dos estudantes de escolas públicas na pandemia de Covid-19. Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) – São Paulo (SP), Brasil. **Revista Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 133, p. 304-317, Abr-jun 2022.

VENTURA, Magda Maria. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. **Rev SOCERJ.**, v. 20, n. 5, p. 383-386 set./out. 2007. Disponível em:
http://sociedades.cardiol.br/socerj/revista/2007_05/a2007_v20_n05_art10.pdf. Acesso em: 15 abr. 2022.

VIEIRA, Luis Duarte (Org.). **Rodas de conversa pela vida das companheiras!** Enfrentando os ciclos de violência contra mulher. Goiânia: Gráfica e Editora América, 2020.

ANEXO A – ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA COM DELIBERACAO E APROVACAO DO NOVO ESTATUTO DO CAJUEIRO - 2020



ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA COM DELIBERACAO E APROVACAO DO NOVO ESTATUTO DO CAJUEIRO - CENTRO DE FORMAÇÃO, ASSESSORIA E PESQUISA EM JUVENTUDE.

Às nove 9:30 (nove horas e trinta minutos) do dia 14 do mês de março de 2020, em segunda convocação, cumprindo a exigência de 1/3 dos associados, conforme art. 17, PU do Estatuto, com a presença dos associados e convidados, foi oficialmente aberta a **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE APROVACAO DO NOVO ESTATUTO; APROVACAO DA PRESTACAO DE CONTAS 2019; DELIBERACAO SOBRE O PLANEJAMENTO DO QUINQUENIO; APROVACAO DAS POLITICAS DE PROTECAO; INFORMES**, com sede, domicílio e foro na cidade de Goiânia, estado de Goiás, na Rua 83, 361, Setor Sul – CEP: 74.083-195, regido pelo Estatuto Social aprovado em Assembleia realizada no dia 09 (nove) de março de 2013, devidamente registrado no Cartório do 2º Tabelionato de Protesto e Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos de Goiás, sob o nº 1119063, três (03) de junho de 2013. A Assembleia realizou-se na Pousada Monjolo, GO 483, KM 02, Nerópolis/GO. De início, a Presidenta **CARMEM LÚCIA TEIXEIRA**, acolheu os presentes, sócios, parceiros e convidados, mencionou o nome de parceiros do Cajueiro, dentre eles: Cônegas, Missionárias de Jesus Crucificado, Labuela, Promenor, DKA, ADVENIT, Centro Cultural Cara Video, Oblatos de Maria Imaculada. Adiante citou pessoas que contribuem de alguma forma com associação memorando o Projeto Sou Cajueiro, e posteriormente agradeceu aos gabinetes de Adriana Acorsi e Karlos Cabral, e ao grupo UBUNTU de Ceres pela presença, em seguida observou que a Associação está vinculada ao Observatório de Juventudes na Contemporaneidade da UFG. Após a acolhida informou a existência de quórum suficiente para começar a pauta, desta maneira, iniciou-se a coordenação dos trabalhos conforme edital. Sendo o primeiro ponto de discussão da proposta do novo estatuto, a Presidenta com Assessoria da Vice-presidenta Miriam Fabia Alves e da Advogada Dra. Maria Inês do Rosário Brito OAB/GO nº55.162, utilizaram data show, para que todas os associados tivessem visão como um todo do estatuto, desta forma foi realizada a leitura do estatuto e durante a leitura os associados destacaram os capítulos e artigos para esclarecimento e duvidas. Após a leitura foram feitos os esclarecimentos e sugestões de mudança dos artigos destacados pelos associados. Após a conclusão das discussões, foi aprovado por unanimidade o NOVO ESTATUTO que segue em anexo. Em continuidade á pauta, a presidente, apresentou a prestação de contas do ano de 2019, já aprovada no conselho fiscal. De acordo com o relatório financeiro, a Instituição possuiu saldo positivo, no valor de R\$ 188.667,98 (cento e oitenta e oito mil e seiscentos e sessenta e sete

reais e noventa e oito centavos) em 2019, de uma receita total no valor de R\$ 334.533,39 (trezentos e trinta e quatro mil reais e quinhentos e trinta e três reais e trinta e nove centavos), e despesas totais no valor de R\$ 145.186,95 (cento e quarenta e cinco mil reais e cento e oitenta e seis reais e noventa e cinco centavos). Em seguida, a presidente abriu o debate informado aos associados que as notas fiscais e os detalhamentos da prestação de contas encontram-se na sede do Cajueiro, e estão disponíveis para consulta, restando, portanto, as contas aprovadas, sem ressalvas. Seguindo a pauta, foi iniciada a discussão do Planejamento do quinquênio de 2021 a 2026. Sugestões foram colocadas tais como: o fortalecimento do Trilha Une; a valorização da comunicação da juventude através da arte; colaboração com assessorias nos diversos grupos e movimentos juvenis existentes em Goiânia, ajudando-os a pensar projeto devida, mística e espiritualidade, ampliar as publicações nos espaços de mídia do Cajueiro, participar ativamente dos conselhos (de juventude, direitos humanos, da mulher), pensar numa formação continuada com os jovens do Trilha Une, para que estes se sintam fomentados a participar da disputa de conselhos tutelares, valorização da biblioteca, priorizar a análise de conjuntura nas atividades da associação. As sugestões apontadas serão analisadas e encaminhadas ao FORUM por uma comissão, indicada nesta Assembleia, que será composta pelos seguintes associados: Carmem, Arilene, Sandra, Clara e Francisco. Assim, a presidenta seguiu a assembleia expondo os informes, que foram os seguintes: Seminário Nacional do Bemviver que será realizado de 01 a 03 de maio no Centro Cultural Cara Vídeo, a ser organizado pela Rede Caminhos de Esperança; Fórum de Planejamento que ocorrerá em Setembro. Por ultimo apontou o desafio de reproduzir um material sobre projeto de vida e construir uma proposta de formação sobre essa temática.

Por fim, a Presidenta agradeceu a participação de todos e todas. Nada mais havendo a ser tratado deu-se por encerrada a Assembleia e eu, **HELIA MARINA MONTEIRO**, secretaria, lavrei esta ata, assinando-a, e em seguida colhi as assinaturas da Presidente, Vice Presidente, 1ª Tesoureira .

Secretária da Assembleia: _____

Presidenta: _____

Vice Presidenta: _____

1ª Tesoureira: _____

ANEXO B – RELATORIO ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA DO CAJUEIRO 2021

Ao dia 24 de Março de 2021, estiveram reunidos/as virtualmente em Assembleia Extraordinária do Centro de Pesquisa em Juventude Cajueiro os/as seguintes associados/as: Cidinha, Gecineia, Geraldo, Joara, Marta, Flavio, Katiuska, João, Regina, Marcelo Lemos, Ines Brito, Alessandra, Erika, Helen Clara, Simone, Berg, Claudia, Vera Maria, Marcia, Rezende, Samuel, Rayner, Carmem, Francisco, Bruna Junqueira, Padre Célio, Delma, Irene Santos, Rogerio, Janaina, Ednaldo, Danielle Aguiar, Mirim, Rita Silva, Arilene, Mercedes, Hélia Marina;

Mirian Fabia iniciou a assembleia a agradecendo a presença de todos e todas, e pediu para organização da reunião que os/as associados/as mantivessem os microfones desligados. Rezende e Rayner convidam para o momento de espiritualidade, acolhem cada um/a com o carinho do abraço on-line, e trouxeram o mantra: Deus é amor, arriscamos viver por amor, Deus é amor, ele afasta o medo, em seguida fizeram a leitura da profecia de Daniel e posteriormente o Video: Carta dos professores as Paulo Freire com o intuito de gerar a reflexão que existem anjos que nos cuidam, que os anjos estão participando da reunião. Pediram para que em comunhão com o universo emanemos boas energias para ajudar a pensar as propostas do Cajueiro;

Após o momento de espiritualidade, Carmem acolheu todas as pessoas, dizendo que a possibilidade de nos vermos alimenta a esperança, a Palavra de Paulo Freire é o esperar, e é nesse desejo que cada um emane as energias para o cajueiro para que seja um espaço que gere frutos de bondade para o mundo, Justificou a ausência de alguns associados e em seguida Mirian apresentou os pontos de pauta, e encaminhou para Janaina e Inês que iniciaram fazendo memória do estatuto aprovado na última assembleia.

Janaina inicia a apresentação do novo estatuto, Inês resumiu o que foi conseguido trabalhar e fez memoria dos principais pontos, sendo eles:

capítulo 1, denominação 7, das finalidades, foi ampliado o publico alvo do cajueiro

No artigo 4, finalidade, inciso 1º promover parcerias públicas e privadas

2º ampliação dos direitos sociais

Artigo 5º regularização da atuação do cajueiro no âmbito individual e em rede, atua e articula em rede

6º atribuição a diretoria, mantém a determinação

capítulo 2

Artigo 8º paragrafo 2º presença da anuidade obrigatória, os associados ficaram sujeitos a uma contribuição anual que será fixado anualmente

Artigo 10, dentro dos deveres do sócio, pagar em dia a anuidade

Artigo 11, presença da responsabilidade civil, visando as dinâmicas de exclusão de sócios que não cumprirem.

12 e 13, excluir automaticamente o sócio falecido, ou se auto excluir

Artigo 17 - capítulo 3º a assembleia se reúne a cada 2 anos;

A diretoria muda a sua estrutura – Presidente, Vice Presidente, Secretário, Tesoureiro

Artigo 34 – reforça a anuidade dos sócios,

Mirian perguntou se havia algum questionamento, ninguém se manifestou e a mesma encaminhou para Samuel conduzir o próximo ponto da pauta, que foi o processo de prorrogação do mandato da Diretoria e do Conselho Fiscal do Cajueiro. Samuel lembrou a composição dos membros da Diretoria: Carmem, Mirian, Marcia, Hélia. Conselho Fiscal: Net, Claudia, Padre Geraldo, Franciso, Rezende e Samuel, apresentou como única proposta a prorrogação de mandato por mais um ano, como só havia esta proposta, Samuel pediu que quem fosse contrário se manifestasse no chat do Zoon e os favoráveis permanecessem como estavam. Por unanimidade, houve a aprovação da proposta.

A Comissão eleitoral, Samuel, Joara e Bruna, declararam empossada a diretoria para o próximo ano.

Em seguida a tesoureira Marcia passou para o próximo ponto de pauta e iniciou a Apresentação da proposta aprovada da contribuição das pessoas associadas e outras questões da tesouraria ressaltando o artigo 10 da Assembleia, no qual um item prevê o pagamento de anuidade dos/as associados/as, Marcia apresentou a proposta de valores de contribuição e ressaltou que o valor a ser pago corresponde a mais ou menos 1,4 % do salário mensal que cada associado/a recebe, a ideia é fazer o depósito na conta do Banco do Brasil, ressaltou a necessidade de pensarmos como faremos a logística de pagamento, que o próprio associado dirá quanto recebe e por isso o quanto poderá contribuir, aqueles associados que não possuem salário são isentos de pagamento. Marcia apresentou a diferença entre a contribuição do

associado e a campanha Sou Cajueiro e ressaltou ainda as datas limites para o valor ser depositado. Sendo eles até o dia 31 de Agosto sem Juros a partir desta data aqueles que não efetuarem o pagamento tem até o dia 31 de Dezembro para pagar todavia com acréscimo de juros.

Janaina faz uma ponderação sobre a necessidade de como fazer uma lembrar as pessoas em relação ao valor a ser pago, e questionou sobre qual o mecanismo que o Cajueiro vai usar para dizer ao sócio que ele esta inadimplente.

Marcia respondeu que podemos fazer lembretes apenas para definir a data, e disse que este lembrete pode ser realizado por e-mail. Mirian enfatiza que podemos enviar um e-mail dizendo dos valores e prazos logo após a Assembleia Extraordinária. Inês contribui trazendo a ideia de que poderia se pensar uma metodologia que os sócios pudessem pagar o ano todo, para dividirem o orçamento durante o ano. Mirian diz que é melhor deixar a coisa acontecerem até o próximo ano e a partir daí se necessário pensamos numa outra possibilidade;

Mirian encaminhou questionando aos associados/as se poderíamos instituir a anuidade para esse ano, pediu que os favoráveis permanecessem como estavam e os não favoráveis escrevessem no chat, não havendo manifestação, decidiu-se que a anuidade passa a ser paga a partir deste ano de 2021. E que será enviado aos sócios/as três lembretes um após a assembleia, outro em Agosto, e outro em Dezembro;

Mirian encaminhou para Carmem e Berg realizarem o ultimo ponto da pauta com Informes da Diretoria Atividades 2020/2021;

Carmem ressaltou que a ideia de trocar as informação é para nos animarmos e pensarmos que mesmo em tempos difíceis muitas coisas foram realizadas, e juntos podemos celebrar.

Trouxe as atividades realizadas pelo Projeto Trilha Uni que começou presencialmente em 2020, todavia as aulas foram interrompidas e depois começou como atividade remota e foi mantendo o dialogo com a Promenor que é uma das colaboradoras do projeto. E para 2021 em conversa com a coordenação, foi decidido que as atividades comecem em Agosto; Rede Caminho de Esperança têm 21 instituições parceiras, em 2020 foi aprovado o projeto da DKA, organizou-se um plano e projeto de 2020-2022 pensando em redes de proteção a vida. 3 Seminários, com participantes de 23 estados; Janaina, Berg e Luis Duarte como coordenação;

Projeto tecendo redes de proteção a vida, material rodas de conversa, pela vida das companheiras, em parceria com a Pastoral da Juventude; Carmem trouxe o nome dos envolvidos da publicação, 5 mil exemplares físicos.

Este projeto tem o financiamento da DKA.

Cursos Virtuais: Ensino Médio – Educadores

Dois cursos, ideia de gerar renda pro cajueiro, o primeiro Projeto de Vida e BNCC, o valor foi 100,00 R\$;

4 escolas da rede publica participaram; Colaboração de muitas mãos.

Lives em 2020, ao todo o cajueiro realizou 17 lives.

Projeto Jovem Comunica -

Ações solidárias – Arilene e Angela

Comunicação/ tesouraria/ adm. Cajueiro

Livraria

Solicitou da Emenda Parlamentar ao Karlos Cabral, atualizar o espaço do centro Cultural Cara Video; 100.000 R\$

Forum de Planejamento 2021-2025

Carmem apresentou como sugestão a necessidade de ampliar a equipe.

Disse das frases que escolhemos juntos para celebração dos oito anos do Cajueiro;

Edinaldo questionou que na parte do Trilha Uni pode ser acrescentado o relatório justificando a suspensão do projeto em virtude da pandemia, primeiro em relação as datas do ENEM, e as mantenedoras também tem isso como objetivo principal. O Enem esta com muitas incertezas; E também enfatizar como a crise econômica chegou nos nossos jovens. Gerando dificuldade de pagar internet, ou investir em tecnologia para estar nas aulas.

Mirian fala que não temos tudo relatado, mas demonstra o esforço coletivo do cajueiro em manter as atividades mesmo em tempos tão difíceis. São esforços importantes na formação de educadores, formação continuada de professores;

Reafirma a importância do trabalho coletivo, agradece a todos os participantes e diz que continuamos juntos em 2021, que será também um ano de muitos desafios; Mirian sugere ainda que sejam feitos adesivos dos oito anos do Cajueiro.

Carmem convida o Berg para dizer da compra de um espaço em Senador Canedo. Berg inicia sua fala dizendo que já havia sido ressaltado em assembleias anteriores este sonho de comprar um terreno. O terreno comprado fica a 18 Km de Goiânia, será um espaço coletivo, de laser, de convivência. Berg apresenta o loteamento, mostra onde fica o lote do Cajueiro de quem tem o tamanho de 2500 m, e diz que os cinco lotes ao lado são de pessoas parceiras do Cajueiro.

Berg falou ainda sobre a parceria com a UEG, para pensar o espaço coletivo e depois pensar um projeto de arquitetura onde cada um independente pode fazer a sua construção. Temos além do lote a reserva, somados ficam mais ou menos 8 mil metros. Já tem energia, será um condomínio de chácaras; Berg encerra com as perguntas: e agora como manter o espaço? como

cada um pode colaborar? Rita pergunta se terá tacha de condomínio - Berg diz que só a partir da infraestrutura ficar pronta.

Mirian ressalta que podemos encaminhar para o encerramento, Samuel faz a foto oficial. E encaminha para o momento de espiritualidade; Rayner inicia o momento de oração, Joara declama uma de suas poesias que fala sobre esperança, logo após um vídeo, de dois irmãos; onde um garoto explica porque ama o irmão. Rezende encerra dizendo para sermos gentis, amorosos, generosos.

ANEXO C – ATA REUNIÃO AMPLIADA CAJUEIRO 12 DE MARÇO DE 2022



Depois de dois anos da última assembleia presencial do CAJUEIRO que aconteceu em Março de 2020, no dia 12 de Março de 2022 sábado, aconteceu a reunião ampliada do Cajueiro de forma híbrida, parte dos participantes estavam presentes em Nerópolis e outra parte via plataforma virtual, foi além de tudo um momento de memórias, matar a saudade, renovar a fé, a força e a esperança, entendendo que os tempos atuais são tenebrosos para gente de esperança e sonhos, a reunião em grupo anima para a caminhada. **Espaço CAJUEIRO – Senador Canedo:** Para animar a esperança, a reunião trouxe a boa nova para o grupo ampliado com a notícia da aquisição do Espaço CAJUEIRO na cidade de Senador Canedo, Aurisberg trouxe fotos do espaço e também explanou como foi o processo de compra do local, o sonho desde 2013 de buscar um local para a sede do Cajueiro começa a ser concretizado, Berg enfatizou que a sede é um lugar nosso, de responsabilidade coletiva, que o cajueiro não tem financiamento para construção da sede, mas tem o espaço, as perguntas que surgiram foram as seguintes: o que temos? Quanto tempo vamos levar? Quais as metas? Esta será mesmo a sede ou uma extensão do Cajueiro? Na oportunidade também foi tratada a questão do Espaço Cultural lugar em que o Cajueiro esta atualmente, o espaço será vendido para a Igreja Anglicana, que a principio pretende continuar com os projetos do Espaço Cultural, agradecemos a Delma responsável pelo local até o momento, pela acolhida generosa com o grupo Cajueiro. **Prestação de Contas e instituições parceiras:** Márcia tesoureira do CAJUEIRO fez o relato dos projetos, a começar pelo Projeto Trilha Uni, dizendo que a receita do mesmo vem da Promenor, em seguida do projeto Tecendo Redes de Proteção e Comunicação com tem recursos da DKA, ADVENIT e Conêgas, adiante apresentou também recursos de emendas parlamentares que Samuel e Janaina estavam a frente e que estes recursos foram gastos com publicação e aquisição de computadores para o Cajueiro; a instituição possui ainda recursos do campanha SouCajueiro. Na atualidade o CAJUEIRO possui recursos, que podem assegurar a sua sustentabilidade por um período, além do patrimônio terreno do espaço CAJUEIRO, Marcia destacou que de 2019 a 2021 o crescimento de questões financeiras foi evidente que não poderiadeixar de dizer da importância do trabalho da Janaína que foi a coordenadora administrativa e que nas nossas ações a Janaína esta presente. Rezende parabenizou pela prestação de contas, para que nossas instituições tenham longevidade essa organização financeira é de suma importante, é preciso criar essa cultura da transparência e que se tiver cursos para formar gentenossa para aprender essa prestação de contas é fundamental. O cajueiro produziu muito nos últimos anos, o Cajueiro é teimoso, o dinheiro que ficou em caixa são doações de pessoas que prestam serviço e não cobram, é a forma que o Cajueiro faz para garantir a continuidade, Cajueiro tem uma equipe de professores, doutores, mestres que produz materiais e não cobramnada, uns doam mais o tempo e outros as suas habilidades, e se conseguimos garantir isso, é o que fará a diferença no grupo. **Projetos realizados e planejados:** Carmem e Luis deram continuidade na reunião, explanando a logica dos programas e dos projetos, sendo eles

subdivididos em: Assessoria, Formação Integral, Pesquisa e Sustentabilidade e dentro de cada programa destes os projetos e suas ações, no programa de Assessoria, os projetos que estão em funcionamento englobam, assessorias a instituições e entidades a convites de organizações, articulação das redes em favor da vida, a juventude quer viver, Campanha Nacional pelo fim do ciclo de violência contra a mulher, esses projetos de redes em favor da Vida, são financiados pela DKA, e uma ação concreta é apoiar a campanha da PJ que também esta sendo apoiada pela ADVENIT. No programa Formação Integral seis projetos estão incluídos: mística do bem viver na qual temos falado do projeto “seminários do bem viver” que, ao longo dos anos tem sido realizado ao menos uma vez por ano, tanto o projeto da DKA quanto o da Advenit se findam nos seminários, surgiu a indicação neste momento de pensar um seminário de Comunicação não violenta, além dos seminários há também ofício nas casas, romaria dos mártires, cursos virtuais, Projeto de Vida, BNCC direcionado para as escolas que também foi uma fonte de captação de recursos, civilização do amor, na trilha do grupo de jovens, metodologia das rodas de conversas, são cursos que já foram realizados, e cursos que estão previstos para acontecer: comunicação não violenta, marcos legais da proteção, curso pelo fim dos ciclos de violência contra as mulheres. previsto para acontecer esse ano e ano que vem, dentro do projeto de formação integral destaca o na trilha da comunicação, prevê a formação de uma rede de comunicadores jovens, controle de Políticas Públicas, Conselho Estadual de Juventude, a aplicação das rodas de conversa, Educação Popular: Grupos de Estudo, Educação e Juventude que reúne sempre na primeira segunda feira de cada mês, Projeto de Vida, TrilhaUni que garante o acesso a universidade de jovens da periferia além de acompanhamento do projeto devida dos jovens que fazem o curso. No programa de pesquisa o Cajueiro conta com o Observatório Juventudes da Contemporaneidade, ações de formação e pesquisa, indicação de publicação de Ebook a partir dos resumos recebidos em 2021. Foi pensada na reunião a possibilidade de publicar anais, organizar um livro, fazer chamada para quem participou do seminário, o Cajueiro possui várias publicações, as duas últimas foram as rodas de conversa pela vida das companheiras, juventude e redes de proteção, historia em quadrinhos de marcas invisíveis, pesquisa condição juvenil. No programa Sustentabilidade há quatro projetos, gestão administrativa e financeira: captação de recursos, campanha Sou Cajueiro, loja virtual, Entidades parceiras: Advenit, DKA, Missionárias de Jesus Crucificadas, Conegas, Emendas parlamentares, Promenor. Gestão de Pessoas, Plano de comunicação, mídias digitais, lives, ofícios virtuais, fortalecimento de uma equipe de comunicação para publicar e divulgar o Cajueiro. Carmem e Luiz enfatizaram a necessidade de pensar o que queremos fazer para os próximos anos e na relação com as instituições parceiras. **Encaminhamentos:** Samuel fez os encaminhamentos para a divisão dos grupos, que foram divididos tanto com as pessoas que estão no espaço virtual quanto no espaço presencial, após apresentação dos grupos, Rezende apontou sobre a inteligência analítica, que é importante olhar essas ações num contexto pós pandemia, pautado na saúde do mundo, é transversalidade com a questão dos novos encontros presenciais, a necessidade do encontro, até para a gente se curar, para além das vacinas, o cajueiro precisa pensar nisso, são nossas ações acontecendo. A questão ambiental, o planeta em crise todas as grandes ações humanistas estão pensando em questões ambientais, desde o lixo da agua, sustentação sustentabilidade e economia, economia de Francisco, os jovens precisam estar presentes, assembleia como ação hibrida, as guerras cibernéticas, a inteligência virtual, no submundo tem coisas mais complexas que nos afetam. Ronan pensa o cajueiro antes e pós, há

um desmonte da cultura, o Cajueiro pode ser um ponto de Cultura, de que forma podemos fomentar as formações, ação de ponto de Cultura para o Cajueiro? É desafio enquanto coletividade, afiar os instrumentos de trabalho, Janira fez uma provocação, questionando como que a opção pelos jovens esta se dando nos lugares em que atuamos, fazer o link da juventude que esta na academia pro Cajueiro, afinar um grupo para pensar um planejamento para além de 2022. O que precisamos pensar é em como fazer a ponte, como fazer que este jovem chegue no Cajueiro? O que precisamos pensar para que a juventude se aproxime? Pequena estratégia de ponte. Estar atento a questão das saúdes emocionais, principalmente em relação a juventude, a questão do medo, como trabalhamos o não medo com essas pessoas, como recolocamos as nossas esperanças e sonhos no cenário. Alimentação, agrotóxicos, como resgatar a questão ambiental nas nossas atividades; Do alimento que comemos; Cada projeto que pensamos é preciso colocar a seguinte questão: temos condições de fazer isso? Se olharmos a estrutura, organização CAJUEIRO, como funcionar de forma fluida? Nós precisamos nos organizar para cuidar da saúde. Só o que foi apresentado é muita coisa, e temos também o desafio de pensar os processos políticos, poucas pessoas aderem a esta discussão, precisamos de pessoas nas politicas, de estarmos nos espaços. Mirian faz os encaminhamentos, dizendo que diretoria do Cajueiro precisa se organizar aproveitando o que for sistematizado para o próximo ano e pensar um planejamento para os próximos cinco anos para que o mesmo seja apresentado ano que vem, desta forma surgiu a proposta para no final do ano fazer um fórum de planejamento para amadurecer o planejamento, provavelmente para o mês de Outubro, e de outubro até fevereiro amadurecer os planejamentos para os próximos cinco anos. Berg sugeriu que o Fórum seja um final de semana inteiro para aprofundar melhor, e aqui fazemos um dialogo mais amplo da celebração dos 10 anos do CAJUEIRO. **Informes:** Marcia fala da Anuidade, na última assembleia em 2020, estava prevista no estatuto, é dever no associado pagar em dia a anuidade. apenas 18% dos associados estão adimplentes. Rita informa que as aulas do trilha começam no dia 02 de Abril e serão nos sábados a tarde, cada sábado precisa de pelo menos duas pessoas para ajudar no lanche, na comida. Rayner sugeriu enviar um bilhete fraterno lembrando da anuidade, Hélia e Janira trouxeram o relato da reunião com o Bispo. Berg enfatiza que precisamos de uma equipe para pensar a Romaria. Samuel, Berg, Graça se disponibilizaram a ajudar no processo de participação da Romaria.

Por fim, a Presidenta agradeceu a participação de todos e todas. Nada mais havendo a ser tratado deu-se por encerrada a reunião ampliada e eu, **HELIA MARINA MONTEIRO**, secretaria, lavrei esta ata, assinando-a, e em seguida colhi as assinaturas da Presidente, Vice Presidente, 1ª Tesoureira .

Secretária da Assembleia: _____

Presidenta: _____

Vice Presidenta: _____

1ª Tesoureira: _____

ANEXO D – FICHA DE INSCRIÇÃO PARA O TRILHA UNI 2019



Nome completo _____ Data de nascimento: _____

Endereço de e-mail: _____

Telefone: _____ Whatzapp: _____ Instagram: _____

Endereço completo: _____

Estudou ou estudam em escola: () Pública () Conveniada () Particular

Você trabalha? _____ Se sim, você trabalha em que ramo de serviço?

Qual é a profissão do seu sonho? _____

Qual curso pretende entrar na Universidade? _____

Qual a sua raça/etnia/cor? _____ Qual a sua orientação sexual?

_____ Qual a sua religião? _____

Você participa de algum grupo ou organização? _____

O que você espera do projeto na Trilha da Universidade?

() Aprovar no Enem

() Preparar para ser um sujeito histórico e intervir na construção de um mundo melhor

() Conseguir um bom emprego

() Ampliar o conhecimento e a visão de mundo

Escreva em 5 linhas: Que mudanças você deseja para o Brasil? Como você vai colaborar nestas mudanças?

Escreva em 5 linhas: Diga as coisas que são boas e coisas que são difíceis de ser jovem hoje. Dê sua opinião como jovem.

Como você ficou sabendo do Projeto na Trilha da Universidade - TrilhaUni?

Já fez prova do ENEM ou Vestibular? _____

Qual a sua escolaridade? _____

Se concluiu o Ensino Médio, em que ano foi a conclusão? _____

Qual é a renda familiar, somando todas as pessoas da casa? _____

Quantos moradores tem na sua casa? _____

Tipo de moradia: Própria Alugada Cedida Financiada

Você tem alguma necessidade especial? _____

ANEXO E – RELATÓRIO ORGANIZADO PELA PRESIDENTE DO CAJUEIRO CARMEM LÚCIA TEIXEIRA EM 2018, SOBRE O PERFIL DOS JOVENS DO TRILHA UNI



Perfil dos jovens que ingressaram no projeto Na Trilha da Universidade

Os dados da ficha de inscrição colaboram para conhecer com mais profundidade as pessoas que se candidatam para participar do projeto Na Trilha da Universidade #TrilhaUni. É um projeto que tem como objetivo preparar jovens empobrecidos/as que desejam continuar seus estudos e ingressar nas universidades públicas.

O projeto está em sua 9ª Edição e já passaram por este projeto cerca de 540 jovens. Vários deles já aprovados em universidades públicas e privadas, em vários cursos. Também, pelos cursos passaram vários educadores/as e coordenadoras/es.

O projeto é fruto de uma ação voluntária de pessoas e conta com a colaboração de vários grupos e instituições: Centro Cultural Cara Video, o programa ProAfro/PUC-GO, Missionárias de Jesus Crucificado, dois grupos da Espanha – Promenor e La Abuela, Observatório Juventudes na Contemporaneidade. Nestas últimas edições tivemos apoio do mandato do Karlos Cabral com as cópias. Neste ano de 2018, estamos com a parceria da Universidade Estadual de Goiás.

O projeto é um esforço de muitas pessoas e grupos. As/os jovens que estiveram e estão no projeto trazem suas trajetórias e experiências, sonhos e desejos de mudar de vida. Estas terras são sagradas, por isto convido você para ler estes dados.

Nesta nona edição foram inscritos quase 200 jovens. Destes foram selecionados/as 60 pessoas.

Acolhemos 39 mulheres e 21 homens jovens de 17 a 26 anos, moradores nas cidades de Aparecida de Goiânia (11), Goiânia (42), Senador Canedo (3) e Trindade (1). Moram em diversos bairros.

O projeto visa atender jovens que são de escolas públicas neste ano 55 são oriundos de escola pública e 5 de escola conveniadas. Há um descrédito do ensino público e muitas vezes se faz uma campanha de desmoralização desta política pública. Sabe-se que se investe muito pouco, desde os salários dos professores/as, das condições físicas das escolas, da falta de equipamentos pedagógicos para facilitar o ensino/aprendizado. Muitos das pessoas que se candidatam trazem o perfil do estudante pobre de escola pública: são analfabetos funcionais, sabem decodificar a escrita, porém com grande dificuldade para leitura e interpretação. Vítimas da alienação, por isto, incapazes de ler a realidade pessoal e social onde se situa.

Quanto ao trabalho

A condição da juventude empobrecida é sempre de trabalho e estudo. Não é diferente entre uma juventude que estão com idade entre 17 a 26 anos, conforme os dados da idade. Vamos encontrar jovens que já trabalharam e que hoje estão desempregados (9) nove destes já vivem esta condição, 04 (quatro) trabalham como aprendizes e 34 (trinta e quatro) não trabalham. A maioria dos que trabalham estão no comércio 9 (nove), depois na indústria 3 (três), e ainda como autônomos, comunicação, educação, banco, mecânica e órgão público. O fato alguns destes jovens estarem trabalhando e estudando já comprometem o estudo, o corpo, depois de um dia de trabalho, terá muito mais dificuldade de se concentrar e a capacidade de aprendizagem diminuídas. Estas barreiras para manter uma classe a serviço de outra classe que concentra os meios de produção.

Diversidade do grupo inscrito

O projeto visa atender jovens dos mais variados perfis e colaborar para que possam tornar consciente as condições diversas que trazemos a partir de nossa realidade humana. Quando perguntados/as sobre a sua cor (auto declaração) das 60 pessoas: a cor negra foi assumida por 16 (dezesesseis), a cor branca 15(quinze), e a maioria se identifica como parda 29 (vinte e nove). Também perguntamos sobre a orientação sexual, um tema ainda, carregado de preconceito, encontramos as pessoas que se indicaram bissexuais 6 (seis), homossexuais 2 (dois), heterossexuais 46 (quarenta e seis) e não desejam informar 7 (sete). Estas duas questões para muitas pessoas trazem constrangimentos porque são marcadas por uma cultura de embranquecimento e heteronormativa, indicam “normalidade” imposto pelo dualismo a que

somos submetidos/as e uma série de outros fatores que impedem as pessoas de reconhecimento dos fatores que marcam a sua identidade diversa em um mundo plural.

No que se refere a religião a diversidade também se apresenta, a maioria são jovens cristãos. Sendo Cristão Católico 21 (vinte e um), Cristão Evangélico 23 (vinte e três), Cristão Espírita 1 (um) e os/as jovens que não praticam nenhuma religião 16 (dezesseis). Na questão participar em atividades coletivas o grupo de jovens tem 14 (quatorze) que informaram que já participaram, possivelmente ligados à religião, grupos artísticos 3 (três), grupo étnico 1 (um), em organização não governamental ONG 3 (três), também jovens que informaram que não participam foram 16 (dezesseis) e não responderam 26 (vinte e seis).

Condições socioeconômicas da juventude

No questionário foi pedido para dizer sobre a renda familiar: jovens que indicaram que a renda é de 0 a 1 salário 14 (quatorze), de 1 a 2 salários 30 (trinta), de 2 a 3 salários 12 (doze), de 3 a 4 salários 4 (quatro), e mais de 5 salários (1). Um outro dado é sobre a moradia: própria 30 (trinta), alugada (24), cedida 3 (três) e financiada 2 (duas)

E os sonhos que trazem tanto da Profissão como do curso que desejam ingressar

É um campo muito diverso e, muitos deles, são profissões mais tradicionais, algumas delas oferece culturalmente o título de doutor/a, e são profissões que inspiram saída da condição de pobreza. O interessante é a amplitude de interesses na profissão dos sonhos. Vejam: Advogados – 3, agronomia (1), arquitetura (3), Assistente social (1), Ciências Sociais (2), delegado/a (4), dentista (3), designer (2), enfermeiro (2), engenheiro (3), farmácia (2), Fisioterapia (2), Juiz (1), mecânico (2), medicina (9), medicina veterinária (7), Nutricionista (1), pedagoga (2), Perícia/polícia (2), professor (5), promotora (1), psicólogo (3), Técnico em alimentação e futebol (2).

Na pergunta sobre o Curso que pretende ingressar na Universidade temos uma ideia dos cursos: Arquitetura (3), Ciências Sociais (3), Designer (2), Direito (12), Educação Física (3), Enfermagem (2), Engenharia civil, elétrica, mecânica, agronomia (5), Farmácia (2), fisioterapia (2), geofísica (1), letras (1), medicina e veterinária (11), nutrição (2), odontologia (2), pedagogia (2) psicologia (3), serviço social (1), não informaram (2).

Neste campo das profissões e cursos há uma exigência de aprofundar os projetos de vida para conhecer melhor as nossas capacidades e aptidões, assim como, o lugar da realização

humana, quando se trata do que queremos contribuir para a construção de um mundo melhor, como pessoas que criam e constroem para além do capital e da sobrevivência. Desmistificar com à juventude empobrecida, o que está imposto a ela nas escolhas profissionais e porque escolhemos uma ou outra profissão.

Há uma pergunta que fala do objetivo porque o jovem se interessa em participar do projeto TrilhaUni das três respostas fechadas indicadas no questionário a maioria indicou que quer participar para aprovar no ENEM 37 (trinta e sete), na questão para ampliar o conhecimento 16 (dezesseis) e para se preparar para atuar no mundo como sujeito histórico foram 8 (oito) pessoas. Aqui há um desafio para o projeto, a mentalidade pode ser a de um curso preparatório comum, ou seja, comercial, conteudista como é a experiência escolar. Esta busca precisa ser parte da atenção do curso, mas o desafio é construir com eles/elas uma cultura dos aprendizados que trazemos, ampliação da leitura de mundo, diversas formas de conhecer e de aprender afim de que a entrada na Universidade seja para permanecer e mudar este ambiente de aprendizagem que tem uma cultura de exclusão das pessoas empobrecidas e, também, vivera universidade ou seja, a diversidade que somos no mundo e para o mundo.

Estes jovens que se inscreveram para o projeto já trazem a experiência da prova do ENEM, as maiorias responderam que “Sim” 49 (quarenta e nove) e algumas pessoas mais de uma vez, e somente 11 (onze) ainda não fizeram. O interessante é que temos 27 pessoas que ainda estão cursando ou estão com o ensino médio incompleto.

Como estes jovens se informaram sobre o projeto TrilhaUni

A força da divulgação está no “boca a boca”, as pessoas amigas e conhecidas são indicadas como a maioria 33 (trinta e três), pelas Redes Sociais 11 (onze), pelo Jornal Daqui 8 (oito), pelo Folheto organizado pelo CAJUEIRO 7 (sete), e pela PUC-TV 1 (uma). Pode-se dizer que o conjunto destes meios facilitam que a informação chegue ao jovem que busca oportunidades de mudar suas vidas através da entrada na universidade. Porém, aqui o desafio será envolver os/as jovens que participam do projeto para serem eles/elas os que chegam a outros que buscam este caminho de formação.

O perfil tem uma finalidade

Nós como Centro de Formação, Assessoria Pesquisa em Juventude buscamos atuar articulando estes três campos da ação. Conhecer à juventude empobrecida, suas necessidades e sonhos para aproximar melhor e atender as demandas que ela nos traz.

Os dados apontam que o grande desafio será manter o interesse de público, uma vez, que o sistema que os mantém alienados/as, também injeta uma dose de mágica, o dia a dia, de trabalho e estudo, proposta de curso a noite, a gratuidade, são fortes elementos para desistirem de seus sonhos. Assim, como as exigências de ensino aprendizagem que tem a tarefa de nos tirar do lugar, incomodar com novas perguntas, também, fazem com que os jovens não avancem e prefira se refugiar nesta prisão na qual o sistema os mantém, para esta tarefa de abrir os olhos, posicionar-se no mundo, reconhecer-se diversos.

Desafios que são apresentados a nós equipe educadora e para os/as jovens que estão se inscrevendo para fazer um caminho de abrir as portas para a Universidade. Há um desafio que é o da sustentabilidade do projeto para garantir a presença da juventude: uma boa proposta pedagógica, lanche, biblioteca, material didático, acompanhamento pessoal ao projeto de vida...

Pedido de ajuda para continuar oferecendo o projeto

O desafio maior é a sustentabilidade do projeto. O CAJUEIRO é uma associação de pessoas que são profissionais em diversas áreas e que acredita que o mundo pode ser melhor, por isto organizamos projetos com o propósito de defender a vida. A juventude quer viver com mais educação, transporte, saúde, alimentação, lazer de qualidade e nós queremos somar neste esforço. Todos os dados nos movem para continuar este esforço.

Convidamos você que deseja colaborar com um mundo melhor para colaborar com o projeto: doando alimentos para o lanche ou um valor financeiro, um pouco de cada pessoa, pode fazer diferença na vida da juventude empobrecida. Você pode doar o seu tempo, o seu trabalho. Pode nos procurar para conhecer melhor os projetos.

Carmem Lucia Teixeira

Educadora de Escola Pública, pesquisadora de juventude, da direção do CAJUEIRO.

ANEXO F – PROJETO TRILHA UNI 2019



Projeto

Na Trilha da Universidade –TrilhaUni 2019

1 APRESENTAÇÃO

O projeto Na Trilha da Universidade (TrilhaUni) desenvolvido pelo Centro CAJUEIRO desde 2013 oferece formação pós-média para os jovens empobrecidos, com o objetivo de prepará-los para a vivência social politicamente ativa e o ingresso nos estudos universitários, reconhecendo e respeitando a diversidade com vistas a um novo projeto societário e de vida pessoal.

O Projeto TrilhaUni se baseia na perspectiva da educação Popular Freireana fundamentado nos princípios da educação popular, e considerando a diversidade cultural e socioeconômica do público deste projeto. Assim sendo, faz-se necessário um Projeto Político-Pedagógico que apresente proposta específica, que contemple os objetivos que fomentaram sua origem e os fundamentos que embasam o seu fazer.

2 JUSTIFICATIVA:

Nos últimos anos o Projeto vem sendo executado três meses por semestre, de segunda as sextas-feiras em um único local, com o intuito de garantir a participação de jovens de várias regiões da grande Goiânia e região metropolitana, embasado em um processo de ação e reflexão, na escuta e no diálogo com os e as envolvidos e envolvidas no Projeto, foi identificado, que um dos maiores desafios foi garantir uma maior participação de presença dos jovens nas atividades, devido as condições sociais e econômica dos mesmos, sem apoio e políticas que possibilite aos jovens sua inserção em uma universidade e ao mercado de trabalho. Assim, foi proposto que nesta XI edição o Projeto fosse de forma condensada, ou seja, fossem realizadas as atividades em um único dia, com proposito de diminuir os gastos financeiros com transportes e o tempo de estudos e trabalho dos jovens durante a semana.

3 IDENTIFICAÇÃO E METODOLOGIA

Propiciar aulas dinâmicas, disponibilizando instrumentos que estimulem a criatividade e o senso crítico dos jovens, para que sejam diligentes às diversas formas de aprendizagem e aos diferentes saberes disponíveis e, assim, alcancem uma formação ampla, reflexiva e emancipatória, esta proposta está estruturada de forma dinâmica que possa garantir a participação dos jovens e educadores envolvidos e envolvidas no Projeto, pensada da seguinte forma:

- 1º Construção da Proposta para o TrilhaUni 2019
- 2º Identificar Educadores/militantes para trabalhar as temáticas;
- 3º Apresentar a proposta a diretoria do CAJUEIRO;
- 4º Construir o material de divulgação do Projeto
- 5º construir material informativo/formativo sobre dicas do Enem.
- 6º Realizar as atividades/aulas todos os sábados dia todo, com 4hs pela manhã e 4hs a tarde
- 7º Realizar uma atividade, com oficinas simultâneas de Arte e Comunicação
- 8º Realizar uma atividade com lideranças de outros cursinhos Populares de Goiás

4 TEMATICAS A SEREM TRABALHADAS:

EIXO GERAL – 30 anos de democracia no Brasil e seus impactos sociais na Vida das Juventudes.

(Trabalhar as novas configurações de juventudes; retrocessos de direitos; os ataques a democracia, as mídias e seu poder, questões ambientais vigentes e questões econômicas)

- Ampliar o conhecimento em relação aos direitos fundamentais da pessoa humana;
- Promover reflexão crítica e permanente diante das questões políticas e sociais;
- Incentivar e contribuir com a integração das diversas lutas populares e específicas, potencializando ações conjuntas;

5 TEMAS DOS ENCONTROS:

1. Ditadura x Democracia (Eixo de Humanas) (Nesse eixo queremos abordar historicamente as conquista pela democracia, os direitos conquistados, os processos de resistências, para

assim partimos para esse processo que estamos ,de retrocessos de direitos e impactos sociais, individuais.Compreendendo, analisando a conjuntura e ampliando horizontes.)

2. Questões demográficas e configurações de juventudes (Atualidades. Humanas e linguagens) (Compreender a leitura social de juventudes, como elas se configuram em suas diversas fronteiras, trabalhando com o público alvo a questão da identidade, projeto de vida, direitos sociais, culturais e econômicos.
3. Eixo Natureza: Questões Ambientais, agrotóxicos, petróleo, desmatamento, demarcação de terras indígenas. (Ao trabalhar este eixo, pensamos em temas atuais e que afetam diretamente nossos direitos e democracia, mapeamos alguns possíveis temas para construção.)
4. Eixo Exatas: Dominar linguagens, compreender fenômenos, enfrentar situações-problemas, construir argumentação e elaborar propostas. (Em exatas, trabalharemos matemática básica, dicas de estudos, temas que caem na prova com maior frequência e dúvidas dos educandos.)

- ❖ Formação de Educadores: Ao pensar um tema geral, é preciso que todos os educadores e demais envolvidos nesse primeiro semestre do projeto, caminhem em um propósito. A formação seria um momento para ampliar os conhecimentos, analisando a conjuntura atual, as juventudes presentes e o plano de trabalho, na proposta da educação popular.
- ❖ Articular uma atividade (Seminário, rodas de Conversa, Oficina) com lideranças de outros cursinhos Populares no Estado de Goiás para trocas de Experiências.

Duração: abril a junho, 1 atividade por semana - (organizar os horários em uma grade horária)

Coordenação: Um (a) coordenadora (a) para todo processo – remunerada

Equipe de Coordenação: Ter uma equipe de militantes de apoio e pensar o processo colaboradores/as Educadores (a) militantes dos grupos e movimentos populares para trabalhar as temáticas.

Realização: Centro de Formação, Assessoria e Pesquisa em Juventude- CAJUEIRO

Instituições apoiadoras/parcerias: ProMenor, Centro Cultural Cara Vídeo, IF Goiano.

Comunicação e divulgação:

Processo de mobilização e inscrição dos jovens

Construção do perfil do grupo –coordenação e voluntários/as

ANEXO G – ESTATUTO DO CAJUEIRO

ESTATUTO SOCIAL DO CAJUEIRO CENTRO DE FORMAÇÃO, ASSESSORIA E PESQUISA EM JUVENTUDE

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINALIDADES

Art. 1º - O CAJUEIRO - CENTRO DE FORMAÇÃO, ASSESSORIA E PESQUISA EM JUVENTUDE, fundado em 9 de março de 2013, é uma associação civil, de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, de caráter social e cultural, voltada para formação, assessoria, pesquisa, defesa e promoção dos direitos de adolescentes e jovens, adolescentes em conflito com a lei, negros, migrantes e refugiados, LGBTQI+, deficientes, mulheres, vítimas de exclusão e violência, com sede provisória no município de Goiânia, Estado de Goiás na Rua 83, n.361, Setor Sul, CEP 74.083-195.

Art. 2º - A associação terá duração por tempo indeterminado e não fará qualquer discriminação de raça, cor, gênero ou religião, na admissão de associados e em suas práticas.

Art. 3º - O CAJUEIRO - CENTRO DE FORMAÇÃO, ASSESSORIA E PESQUISA EM JUVENTUDE, também é denominado Centro de Juventude Cajueiro ou simplesmente Cajueiro.

Art. 4º - O CAJUEIRO - CENTRO DE FORMAÇÃO, ASSESSORIA E PESQUISA EM JUVENTUDE tem por finalidades:

- I. promover formação, assessoria e pesquisa com participação e intercâmbio entre pessoas, grupos e organizações sociais públicas e privadas afins;
- II. lutar para garantir os direitos sociais à saúde, educação, trabalho, moradia, cultura, segurança e meio ambiente saudável aos cidadãos, sobretudo aos adolescentes e jovens, adolescentes em conflito com a lei, negros, migrantes e refugiados, LGBTQI+, pessoas com deficiência, mulheres, e vítimas de exclusão e violência;
- III. organizar e acompanhar projetos comunitários, pesquisas e publicações, feiras e bibliotecas;
- IV. proporcionar e incentivar formação integral de lideranças, nas seguintes áreas: metodologia, políticas públicas, espiritualidade, defesa de direitos, saúde, sexualidade, gênero, economia solidária, arte e cultura, prevenção contra violências, dentre outras;

- V. incentivar e promover valores dos direitos humanos, da espiritualidade libertadora, cultura popular, organização e mobilização em vista da transformação social;
- VI. promover projetos sociais, cursos e seminários para capacitação de agentes comunitários, lideranças, gestores, educadores e organizações sociais;
- VII. promover a ética, cultura de paz, cidadania, direitos humanos, democracia e outros valores universais.

Parágrafo Único - A Associação não distribui entre os seus associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, aplicando-os integralmente na consecução do seu objetivo social.

Art. 5º - No desenvolvimento de suas atividades, a Associação observará os princípios básicos previstos em nosso ordenamento jurídico, tais como: da legalidade, autonomia, impessoalidade, moralidade, ética, publicidade, economicidade e da eficiência.

Parágrafo Único - Para cumprir seu propósito, a Associação atuará individualmente ou em rede, por meio da execução de planos de ações, programas ou projetos, captação de recursos, prestação de serviços a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público e privado que atuem em áreas afins.

Art. 6º - A Associação orientará seu funcionamento por meio de Regimento Interno proposto pela diretoria e aprovado pela Assembleia Geral.

Art. 7º - A fim de cumprir suas finalidades, O CAJUEIRO - CENTRO DE FORMAÇÃO, ASSESSORIA E PESQUISA EM JUVENTUDE poderá se organizar e atuar em redes, com outras instituições em qualquer parte do território nacional e internacional, para realizar a sua missão e objetivos.

CAPÍTULO II

DOS ASSOCIADOS, SEUS DIREITOS E DEVERES

Art. 8º - O CAJUEIRO - CENTRO DE FORMAÇÃO, ASSESSORIA E PESQUISA EM JUVENTUDE é constituído por número ilimitado de associados, que compartilham os objetivos e

princípios da Associação, sendo seu ingresso e exclusão aprovados pela Assembleia. São associados:

I. fundadores: aqueles que participaram da Assembleia de fundação da Associação, assinando a respectiva ata e comprometendo-se com as suas finalidades;

II. novos associados: aqueles que foram integrados à Associação a partir da indicação dos associados reunidos em Assembleia;

§ 1º - Os associados não respondem subsidiária, nem solidariamente pelas obrigações da Associação, não podendo fiar em seu nome, salvo se expressamente autorizados pela Diretoria;

§ 2º - Os associados ficarão sujeitos a uma contribuição anual solidária que será fixada pela Diretoria, com base em critérios estabelecidos pela Assembleia Geral.

Art. 9º - São direitos de todos os associados:

I - participar e tomar parte, com direito a voz e voto, nas assembleias;

II - candidatar-se, votar e ser votado nas assembleias;

III - apresentar projetos e programas para deliberação;

IV - frequentar a sede da Associação;

V - convocar Assembleia Geral, mediante requerimento assinado por 1/5 dos sócios.

Art. 10 - São deveres de todos os associados:

I. cumprir as disposições estatutárias e regimentais;

II. acatar as decisões das Assembleias;

III. zelar pelo bom nome e pelo fiel cumprimento dos objetivos da Associação;

IV. zelar pelo patrimônio da Associação;

V. participar ativamente das atividades propostas pela Associação e satisfazer pontualmente os compromissos que contraíu com a Associação.

VI. pagar em dia sua anuidade.

Art. 11 – Será passível de responsabilização o associado que descumprir quaisquer das obrigações estabelecidas no Art. 10.

§ 1º - As penalidades obedecerão à natureza e à gravidade da infração e serão as seguintes:

- a) advertência;
- b) suspensão;
- c) exclusão.

§ 2º - Terá seus direitos suspensos o associado que estiver inadimplente quanto ao pagamento da contribuição anual.

§ 3º - Os processos disciplinares serão instaurados mediante denúncia formal ou de ofício pela Diretoria e respeitarão o direito do Contraditório e da Ampla Defesa.

§ 4º - A Diretoria poderá suspender provisoriamente alguns ou todos os direitos estatutários do associado até conclusão do processo disciplinar, tendo em vista o interesse maior da Entidade.

§ 5º - A recomendação de exclusão de associado será feita à Assembleia, mediante fundamentação consubstanciada, por:

- a) associados;
- b) diretoria.

Art. 12 – A exclusão do associado somente será admitida se houver justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso.

§ 1º - As denúncias deverão ser protocoladas junto à Diretoria que analisará e apresentará relatório para apreciação e aprovação em Assembleia Geral.

§ 2º - O sócio que responde a processo de exclusão terá prazo de 10 dias para apresentar seu recurso junto a Diretoria, contado prazo a partir do comunicado da decisão em Assembleia Geral.

§ 3º - Finalizado o prazo recursal, a exclusão será publicada nos meios oficiais de comunicação do Cajuciro.

§ 4º - O sócio falecido será excluído automaticamente.

Art. 13 - É direito do associado desligar-se do *Cajueiro*, protocolando seu pedido junto à Secretaria da Associação.

CAPÍTULO III DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO

Art. 14 - O *CAJUEIRO - CENTRO DE FORMAÇÃO, ACESSORIA E PESQUISA EM JUVENTUDE* é composto pelos seguintes órgãos de administração:

- I. Assembleia Geral;
- II. Diretoria;
- III. Conselho Fiscal.

Parágrafo Único - A Associação não remunera, sob qualquer forma, os cargos de sua Diretoria e do Conselho Fiscal.

Seção I DA ASSEMBLEIA GERAL.

Art. 15 - A Assembleia Geral é o órgão soberano da Associação e se constituirá pelos associados em pleno gozo de seus direitos estatutários.

Art. 16 - Compete privativamente à Assembleia Geral:

- I. apreciação e aprovação do Balanço Anual e demais relatórios financeiros do exercício anterior, do Orçamento e Plano Anual de Trabalho para o novo exercício;
- II. eleger a Diretoria e o Conselho Fiscal;
- III. decidir sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais;
- IV. decidir sobre a extinção da Associação, nos termos do Artigo 42;

- V. aprovar ou excluir, em última instância, algum associado;
- VI. aprovar ou reformar o Estatuto e o Regimento Interno da Associação;
- VII. fixar os critérios para o estabelecimento do valor da contribuição anual dos associados;
- VIII. aprovar as normas para a eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- IX. eleger a comissão que conduzirá o processo eleitoral;
- X. homologar os resultados da eleição e dar posse aos eleitos;
- XI. destituir membros da Diretoria ou do Conselho Fiscal, pelo não cumprimento de suas obrigações estatutárias;
- XII. estabelecer os critérios de admissão de novos associados;
- XIII. deliberar sobre casos omissos e não previstos neste Estatuto.

Art. 17 - A Assembleia Geral se reunirá ordinariamente uma vez a cada dois anos e extraordinariamente sempre que necessário.

Art. 18 - A convocação da Assembleia Geral será feita por meio de edital afixado na sede da Associação, ou por qualquer outro meio eficiente, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Único - A Assembleia Geral se instalará em primeira convocação com a maioria absoluta dos associados e, em segunda convocação, meia hora depois, com o número de associados presentes.

Art. 19 - Todas as deliberações da Assembleia Geral deverão ser aprovadas pela maioria simples dos votos dos associados presentes.

Parágrafo único - Para as deliberações referentes a alterações estatutárias, destituição de membros da Diretoria e Conselho Fiscal e dissolução da Associação, exige-se o voto de 2/3 (dois terços) dos presentes à Assembleia especialmente convocada para esse fim, não podendo a Assembleia deliberar, em primeira convocação, sem a presença da maioria absoluta dos associados, ou com menos de 1/3 (um terço), nas convocações seguintes.

BRUNO MARQUES PEREIRA

Art. 20 - A Assembleia Geral se realizará, extraordinariamente, quando convocada:

I - pela Diretoria;

II - pelo Conselho Fiscal;

III - por requerimento de 1/5 (um quinto) dos associados.

Art. 21 - A Associação adotará as práticas de gestão administrativa necessárias e suficientes, para colher a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios e vantagens pessoais, em decorrência da participação nos processos decisórios.

Seção II

DAS ELEIÇÕES

Art. 22 - A eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal da Associação será realizada, em Assembleia Geral, por escrutínio secreto perante uma Comissão Eleitoral ali mesmo escolhida, podendo seu trabalho ser fiscalizado por qualquer associado. A composição e funcionamento da Comissão serão fixados em regulamento a ser elaborado pela Diretoria da Associação.

§ 1º - A convocação das eleições será feita com antecedência de, no mínimo, trinta dias, por circular enviada a todos os associados em pleno gozo de seus direitos.

§ 2º - Terminada a votação, a Comissão Eleitoral procederá imediatamente à apuração dos votos e lavratura da competente ata.

Art. 23 - Podem votar e ser votados, para a Diretoria e Conselho Fiscal, os associados em pleno gozo de seus direitos e que estiverem filiados à Associação, há pelo menos um ano antes da data das eleições.

Art. 24 - Para as eleições da Diretoria e do Conselho Fiscal deverão ser formadas chapas completas e independentes.

§ 1º - Em caso de empate, nas eleições, será declarada vencedora a chapa cujo conjunto dos membros forem mais antigos na Associação.

§ 2º - Os associados aptos a votar, votarão em uma das chapas apresentadas, de forma independente para a Diretoria e para Conselho Fiscal.

§3º - Na composição das chapas não poderá ter parentes até segundo grau na Diretoria e Conselho Fiscal ao mesmo tempo.

Seção III

DA DIRETORIA

Art. 25 - A Diretoria será composta por no mínimo 04 (quatro) membros a saber: Presidente, Vice-Presidente, Secretário e Tesoureiro.

§ 1º - O mandato da Diretoria será de 02 (dois) anos, permitindo apenas uma recondução.

§ 2º - Para ser candidato a qualquer cargo da Diretoria e do Conselho Fiscal, o interessado deverá:

- a) ser associado há, no mínimo, um ano;
- b) ser sócio participativo e consciente dos fins e objetivos da Associação;
- c) estar em dia com suas obrigações estatutárias.

Art. 26 - Compete à Diretoria:

- I. elaborar e submeter à Assembleia Geral a proposta de Plano de Ação da Associação;
- II. cumprir e fazer cumprir este Estatuto e o Regimento Interno;
- III. executar a programação anual de atividades da Associação;
- IV. elaborar e apresentar à Assembleia Geral o relatório anual de atividades e de prestação de contas;
- V. reunir-se com instituições públicas e privadas para mútua colaboração em atividades de interesse comum;
- VI. contratar e demitir funcionários;
- VII. propor a admissão e exclusão de associados;
- VIII. representar a Associação ativa e passivamente, em juízo ou fora dele;
- IX. convocar e presidir as Assembleias;
- X. solicitar dos grupos e equipes que prestem contas, periodicamente, das atividades realizadas;

Estatuto Associação Rest. 4 1272113

XI. dar publicidade a todos os atos da Associação.

Art. 27 - A Diretoria se reunirá ordinariamente a cada dois meses, ou extraordinariamente, quando necessário.

Art. 28 - Compete ao Presidente da Associação:

- I. representar a Associação ativa e passivamente, em juízo ou fora dele;
- II. convocar e presidir as Assembleias;
- III. outorgar procuração em nome da Associação, estabelecendo poderes e prazos de validade;
- IV. assinar, juntamente com o tesoureiro, documentos de escritura pública de compra e venda e/ou doações de imóveis, compra e venda de veículos, documentação para abertura de conta bancária, bem como cheques e outros documentos necessários à movimentação financeira;

Art. 29 - Compete ao Vice Presidente da Associação:

- I. substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos;
- II. assumir o mandato, em caso de vacância, até a convocação de nova Assembleia por um prazo máximo de 60 (sessenta) dias;
- III. prestar, de modo geral, sua colaboração ao Presidente;

Art. 30 - Compete ao Secretário da Associação:

- I. secretariar as reuniões da Diretoria e das assembleias e redigir as atas;
- II. publicar todas as notícias das atividades da Associação;
- III. manter sob sua responsabilidade os livros, documentos e arquivos relativos à Associação;
- IV. manter atualizado o cadastro dos associados;
- V. elaborar, semestralmente, relatórios das atividades desenvolvidas pela Associação e disponibilizá-los para conhecimento geral.

Art. 31 - Compete ao Tesoureiro da Associação:

- I. arrecadar e contabilizar as rendas, auxílios e doativos, mantendo em dia a escrituração da Associação;

- II. pagar as despesas autorizadas pela Diretoria;
- III. apresentar, mensalmente, relatórios de receitas e despesas;
- IV. apresentar ao Conselho Fiscal a escrituração da Associação contemplando os relatórios de desempenhos financeiro e contábil e as operações patrimoniais realizadas;
- V. arquivar e manter atualizados os documentos relativos à tesouraria;
- VI. manter todo o numerário em estabelecimento bancário;
- VII. assinar os cheques e ordens de pagamento juntamente com o Presidente.

Seção IV

DO CONSELHO FISCAL

Art. 32 - O Conselho Fiscal é o órgão responsável por fiscalizar a administração contábil-financeira da Associação e será composto por 3 (três) associados, mais 03 (três) suplentes, eleitos em Assembleia, com mandato de 02 (dois) anos e posse no ato de sua eleição, permitida apenas uma recondução.

§ 1º - O mandato do Conselho Fiscal deverá coincidir com o mandato da Diretoria.

§ 2º - Em caso de vacância, o mandato será assumido pelo respectivo suplente até o término do mandato.

Art. 33 - Compete ao Conselho Fiscal:

- I. examinar os livros de escrituração da Associação;
- II. opinar sobre os balanços e relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da Associação;
- III. convocar extraordinariamente a Assembleia-Geral e apresentar qualquer irregularidade verificada nas contas da Associação;
- IV. requisitar ao Tesoureiro, a qualquer tempo, documentação comprobatória das operações econômico-financeiras realizadas pela Associação.

V. acompanhar o trabalho de eventuais auditores externos independentes;

Parágrafo único - O Conselho Fiscal se reunirá ordinariamente a cada 03(três) meses e, extraordinariamente, sempre que necessário.

CAPÍTULO IV

DOS RECURSOS FINANCEIROS

Seção I

DAS FONTES DE RECURSOS

Art. 34 - Constituem fontes de recursos da Associação:

- I. as doações e dotações, legados, heranças, subsídios e quaisquer auxílios que lhe forem concedidos por pessoas físicas ou jurídicas, de direito privado ou de direito público, nacionais ou estrangeiras, bem como os rendimentos produzidos por esses bens;
- II. as receitas provenientes dos serviços prestados (assessorias, consultorias, treinamentos e outros), da venda de publicações, dos objetos e outras produções próprias ou de parceiros, de doações de associados/as, bem como as receitas patrimoniais;
- III. receita proveniente de contratos, convênios e termos de parceria, celebrada com pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privada;
- IV. rendimentos financeiros e outras rendas eventuais;
- V. anuidade dos associados.

BRASIL 16/06/2011 17:11:23

Seção II

DO PATRIMÔNIO

Art. 35 - O patrimônio da Associação será constituído por bens móveis, imóveis, semoventes, ações e títulos da dívida pública.

Art. 36 - No caso de dissolução da Associação, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra entidade sem fins lucrativos e econômicos, com o mesmo objetivo social, qualificada nos termos da Lei nº. 9.790, de 23 de março de 1999.

Art. 37- Na hipótese da associação obter e, posteriormente, perder a qualificação instituída pela lei 9.790/99, o acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdeu aquela qualificação, será contabilmente apurado e transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da mesma Lei, preferencialmente que tenha o mesmo objetivo social e que seja registrada no Conselho Nacional da Assistência Social.

Seção III

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 38 - A prestação de contas da Associação observará no mínimo:

- I. os princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade;
- II. a publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para o exame de qualquer cidadão;
- III. a realização de auditoria, inclusive por auditores independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto de Termo de Parceria, conforme previsto em regulamento;
- IV. a prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos será feita, conforme determina o Parágrafo único do Art. 70 da Constituição Federal.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 39 - O exercício financeiro e fiscal da Associação coincidirá com o ano civil.

Art. 40 - A Associação aplica suas rendas, seus recursos e eventual resultado operacional integralmente no território nacional na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais.

Art. 41 - Seus diretores e conselheiros não recebem remunerações, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

Art. 42 - A Associação será dissolvida por decisão da Assembleia Geral, convocada para esse fim.


Art. 43 - O presente Estatuto poderá ser reformulado, a qualquer tempo, por decisão da maioria absoluta dos sócios, em Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim, e entrará em vigor na data de seu registro em Cartório.


Art. 44 - Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria e referendados pela Assembleia Geral.

Art. 45 - Fica eleito o foro da cidade de Goiânia, Estado de Goiás, para dirimir quaisquer dúvidas que possam vir a existir.

Art. 46 - Este, no que diz respeito à linguagem, contempla a questão de gênero, leia-se "homens e mulheres".

Goiânia - GO, 14 de março de 2020.


Carmem Lucia Teixeira
Presidente


Miriam Fábila Alves
Vice-Presidente

[Redacted]
Helen Maria Monteiro

[Redacted]
Secretária

[Redacted]
Márcia Maria dos Anjos Mascarenhas

[Redacted]
Primeiro Tesoureiro

[Redacted]
Bruna Junqueira Ribeiro

[Redacted]
Segunda Tesoureira

[Redacted]
Maria Inês do Rosário Brito

2º TABELIONATO DE PROTESTO E REGISTRO
DE PESSOAS JURÍDICAS TÍTULOS E DOCUMENTOS

Protocolizado em 14/01/21 e registrado por
processo digital sob nº 1.279.111, averbado
no Registro de Pessoas Jurídicas à margem do
registro nº 6.257, no livro A-12.
boa fé.



Seu digital: 0169230311015513460004
Consulta em <https://see.tjgo.jus.br/buscas>

Emolumentos	72,37	I.S.S.	3,62	Despesas	0,00
Fundesp	7,34	Fundesp	3,79	Estado	2,17
Funpenal	2,60	Fundesp	2,17	Funccomp	2,43
Adv. Dat.	1,45	Funprogr	0,40	Feesa	1,81
Fundecf	0,99	Tx. Jud.	10,47		
Fundespg	1,45	Total	130,64		

Goiania, 14 de janeiro de 2021.

- Recibo de Execução - 1044
- Recibo de Execução - 1045
- Recibo de Execução - 1046
- Recibo de Execução - 1047
- Recibo de Execução - 1048
- Recibo de Execução - 1049
- Recibo de Execução - 1050
- Recibo de Execução - 1051
- Recibo de Execução - 1052
- Recibo de Execução - 1053
- Recibo de Execução - 1054
- Recibo de Execução - 1055
- Recibo de Execução - 1056
- Recibo de Execução - 1057
- Recibo de Execução - 1058
- Recibo de Execução - 1059
- Recibo de Execução - 1060
- Recibo de Execução - 1061
- Recibo de Execução - 1062
- Recibo de Execução - 1063
- Recibo de Execução - 1064
- Recibo de Execução - 1065
- Recibo de Execução - 1066
- Recibo de Execução - 1067
- Recibo de Execução - 1068
- Recibo de Execução - 1069
- Recibo de Execução - 1070
- Recibo de Execução - 1071
- Recibo de Execução - 1072
- Recibo de Execução - 1073
- Recibo de Execução - 1074
- Recibo de Execução - 1075
- Recibo de Execução - 1076
- Recibo de Execução - 1077
- Recibo de Execução - 1078
- Recibo de Execução - 1079
- Recibo de Execução - 1080
- Recibo de Execução - 1081
- Recibo de Execução - 1082
- Recibo de Execução - 1083
- Recibo de Execução - 1084
- Recibo de Execução - 1085
- Recibo de Execução - 1086
- Recibo de Execução - 1087
- Recibo de Execução - 1088
- Recibo de Execução - 1089
- Recibo de Execução - 1090
- Recibo de Execução - 1091
- Recibo de Execução - 1092
- Recibo de Execução - 1093
- Recibo de Execução - 1094
- Recibo de Execução - 1095
- Recibo de Execução - 1096
- Recibo de Execução - 1097
- Recibo de Execução - 1098
- Recibo de Execução - 1099
- Recibo de Execução - 1100

14/01/21 Prot. nº 327313

(Handwritten mark)